

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

THIANA DE SOUZA CAIRO

**TURISMO CULTURAL RURAL: Uma alternativa de
Desenvolvimento para a Costa do Cacau.**

ILHÉUS

2003

THIANA DE SOUZA CAIRO

**TURISMO CULTURAL RURAL: Uma alternativa de
Desenvolvimento para a Costa do Cacau.**

Dissertação apresentada, para
obtenção do título de Mestre em
Cultura & Turismo, à Universidade
Estadual de Santa Cruz.

Área de Concentração: Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Estrela
Barroco.

ILHÉUS

2003

Cairo, Thiana de Souza

Turismo Cultural Rural: Uma alternativa de Desenvolvimento para a costa do cacau.

Ilhéus (Ba): UESC, 2003.

v, 187 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz.

Bibliografia

1. Costa do Cacau. 2. Cultura. 3. Turismo
I. Título

THIANA DE SOUZA CAIRO

TURISMO CULTURAL RURAL: Uma alternativa de Desenvolvimento
para a Costa do Cacao.

Dissertação apresentada, para
obtenção do título de Mestre em
Cultura & Turismo, à Universidade
Estadual de Santa Cruz.

Área de Concentração: Turismo

Orientador: Prof. Dr.^o Hélio Estrela
Barroco

Ilhéus - BA, 06/11/2003

Hélio Estrela Barroco – Dr.
UESC
(Orientador)

Janete Ruiz de Macedo – Dr.^a.
UESC

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz – Dr.^a
Universidade do Rio Claro

*A meus pais, Neuza Maria de Souza Cairo e Wanderlei Rocha
Cairo*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela inspiração constante no decorrer das pesquisas.

Ao Coordenador do Mestrado em Cultura e Turismo, meu Orientador, o Prof. Dr. Hélio Estrela Barroco, pela presença constante e dedicação.

Ao amigo Antônio Joaquim Bastos da Silva pelo incentivo nos momentos difíceis.

À amiga Lidiana Aires Dias pela força e apoio.

Aos colegas da turma I, a Minha Turma II (pelos momentos inesquecíveis) e III, que colaboraram com a minha pesquisa.

A professora Cristiane Cerqueira, coordenadora do Núcleo de Turismo e aos estagiários Alexandro e Isis.

À querida funcionária Graça Argolo, pela paciência e constante atenção.

As discentes Michele e Michella pela ajuda nas fotos presentes na pesquisa.

Às amigas Sueli, Elen e Jurema pelo incentivo e amizade.

Aos proprietários das fazendas pelas informações e atenção dispensadas.

Aos funcionários da CENEX/CEPLAC, os Senhores João Felipe Savoia Orrico, Josias Silva Macedo e Neilton Marques Perlira, pela atenção e ajuda constante nas pesquisas.

A Luiz Henrique Farias da imprensa da UESC pelo apoio na formatação do trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA E QUADROS.....	vii
Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Considerações Gerais.....	01
1.2 Conceito de Turismo.....	10
1.2.1 Cultura, Patrimônio, Identidade e Turismo.....	12
1.3 O Turismo Rural.....	22
1.4 O Turismo Cultural Rural.....	27
2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	33
3. OBJETIVOS.....	37
3.1 Objetivo Geral.....	37
3.2 Objetivos Específicos.....	37
4. HIPÓTESE.....	38
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	39
5.1 A História da Terra dos Frutos de Ouro.....	52
6. METODOLOGIA.....	56
6.1 Área de Estudo.....	57
6.1.1 Ilhéus.....	60
6.1.2 Canavieiras.....	61
6.1.3 Itacaré.....	62
6.1.4 Santa Luzia.....	63
6.1.5 Una.....	64
6.1.6 Uruçuca.....	64
6.2 Coleta de Dados.....	65
6.3 Universo/Amostra.....	67
6.4 Métodos e Tratamento dos Dados.....	70
6.5 Variáveis da pesquisa.....	71
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
7.1 Fazendas Cadastradas pela da Bahiatursa.....	74
7.1.1 A Fazenda Rainha do Sul.....	75
7.1.2 A Fazenda Santa Cruz.....	80
7.1.3 A Fazenda Tororomba.....	85
7.1.4 A Fazenda Santo Antônio.....	89
7.1.5 A Fazenda Primavera.....	91
7.1.6 A Fazenda Vida.....	97
7.1.7 A Fazenda Boa Esperança.....	100
7.1.8 Fazenda Alto da Esperança.....	102
7.1.9 A Fazenda Ardenas.....	105
7.1.10 A Fazenda Villas de São José.....	108
7.2 Fazendas na Costa do Cacau com potencialidades para a formação do Turismo Cultural.....	112
7.2.1 O processo produtivo do cacau, suas lendas e histórias como atração Rural.....	

turística.....					114
...					
7.2.1	Fazendas	do	Eixo	Ilhéus-	122
Uruçuca.....					
7.2.1.1	Fazenda		Terezinha	de	126
Jesus.....					
7.2.1.2	Fazenda		Rio	do	132
Braço.....					
7.2.1.3	Fazenda		Estrela	da	137
Manhã.....					
7.2.1.4				Fazenda	142
Remanso.....					
7.2.1.5				Fazenda	146
Norma.....					
7.2.1.6				Fazenda	148
Riachuelo.....					
7.2.1.7				Fazenda	151
Provisão.....					
7.2.2	Fazendas	do	Eixo	Ilhéus-	157
Itabuna.....					
7.2.2.1				Fazenda	158
Alegrias.....					
7.2.2.2				Fazenda	161
Diva.....					
7.2.2.3	Fazenda			Porto	164
Novo.....					
8.	CONSIDERAÇÕES		FINAIS	E	170
SUGESTÕES.....					
REFERÊNCIAS.....					179
...					
APÊNDICE	I	–	Endereços	das	fazendas
pesquisadas.....					185

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS	PÁGINAS
01- Cadeia Produtiva do Turismo.....	05
02- Mapa do Estado da Bahia.....	07
03- Mapa da Costa do Cacau – Bahia.....	08
04- Características do Turismo Rural.....	41
05- Mapa da Geografia Turística do Estado da Bahia.....	58
06- Mapa de acesso a cidade de Ilhéus.....	60
07- Mapa do Sul da Bahia, Costa do Cacau.....	69
08- Casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus.....	127
09- Casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus.....	127
10- Jornais antigos encontrados na Fazenda Terezinha de Jesus.....	128
11- Interior da casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus.....	129
12- Interior da casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus.....	129
13- Casa sede da Fazenda Rio do Braço.....	133
14- Casarões utilizados pela novela Renascer da Rede Globo na Fazenda Rio do Braço.....	134
15- Objetos e documentos de interesse histórico-cultural encontrados na Fazenda Rio do Braço.....	137
16- Vista parcial do entrono do Rio do Braço.....	138
17- Antiga Estação de trem situada na Fazenda Estrela da Manhã.....	139
18- Capela situada na Fazenda Estrela da Manhã.....	139
19- Barcaças da Fazenda Remanso.....	142
20- Casa sede da Fazenda Remanso.....	143
21- Casa sede da Fazenda Remanso.....	143
22- Casa sede da Fazenda Norma.....	147
23- Piscina desativada da Fazenda Norma.....	147

24- Secagem do cacau na Fazenda Riachuelo.....	149
25- Casa sede da Fazenda Riachuelo.....	150
26- Dique em construção da Fazenda Riachuelo.....	150
27- Rio que corta a Fazenda Provisão.....	152
28- Casa sede da Fazenda Provisão.....	152
29- Capela da Fazenda Provisão.....	153
30- Entrada da Fazenda Provisão.....	154
31- Entrada da Fazenda Provisão.....	154
32- Entrada da Fazenda Provisão.....	155
33- Casa sede da Fazenda Alegrias.....	159
34- Sede da Fazenda Alegrias.....	159
35- Sede da Fazenda Alegrias.....	160
36- Casa sede da Fazenda Diva.....	162
37- Sede da Fazenda Diva.....	163
38- Rio que corta a Fazenda Porto Novo.....	164
39- Casa sede da Fazenda Porto Novo.....	166
40- Casa sede da Fazenda Porto Novo.....	166

LISTA DE QUADROS

QUADROS

PÁGINAS

01- Principais atividades - Zona Turística da Costa do Cacau.....	59
02- Aspectos turísticos na Fazenda Primavera de acordo com o modelo PFOA	94
03- Tipologias das fazendas da Zona Turística da Costa do Cacau cadastradas no órgão da Bahiatursa.....	111
04- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Terezinha de Jesus.....	126
05- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Rio do Braço.....	136
06- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Estrela da Manhã.....	141
07- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Remanso.....	142
08- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Norma.....	146
09- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Riachuelo.....	149
10- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Provisão.....	153
11- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Alegrias.....	160
12- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Diva.....	162
13- Benfeitorias e Implementos da Fazenda Porto Novo.....	165

TURISMO CULTURAL RURAL: Uma alternativa de Desenvolvimento para a Costa do Cacau.

Autora: THIANA DE SOUZA CAIRO

Orientador: Dr. HÉLIO ESTRELA BARROCO

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral inventariar e verificar as possibilidades e condições favoráveis do turismo cultural rural enquanto uma alternativa sócio-econômica e cultural para a Costa do Cacau. Outrossim, buscou-se ainda, realizar uma análise crítica do *status quo* existente nas propriedades de turismo rural da zona turística citada, as quais se encontram inseridas no cadastro da Bahiatursa, no que tange à sua localização, enquadramento conceitual frente à tipologia do turismo, aspectos ligados à infra-estrutura, atrações turísticas presentes nas propriedades, entre outras peculiaridades. Também se buscou verificar as possibilidades do aproveitamento do patrimônio arquitetônico rural (importância histórico-cultural) e demais recursos naturais, como atrativos para a prática do turismo cultural rural nas fazendas situadas na Costa do Cacau, não contempladas no cadastro supracitado, bem como verificar o interesse dos proprietários com relação à atividade turística nestas propriedades. Além disso, objetivou-se ainda sugerir ações de planejamento para a implantação e desenvolvimento desta atividade na região. Quanto ao referencial teórico utilizado neste estudo, discutiu-se questões pertinentes, ao turismo rural e cultural, planejamento turístico e história regional da saga do cacau. No que se refere aos procedimentos metodológicos, utilizou-se o método descritivo, visando alcançar os objetivos outrora explicitados, bem como uma pesquisa bibliográfica para a discussão teórica, observações "in loco", levantamentos fotográficos e entrevistas estruturadas - via utilização de formulários, nas pesquisas de campo realizadas nas fazendas. Dos resultados alcançados, verificou-se que as fazendas inseridas no cadastro da Bahiatursa que ofertam o Turismo Rural, não se enquadram em tal modalidade, pois não preenchem os requisitos indispensáveis à sua configuração, salvo a Fazenda Ardenas, embora esteja momentaneamente com sua atividade estagnada. Em contrapartida, tanto estas, como outras propriedades não contempladas pelo órgão citado, mas que se encontram na Costa do Cacau, apresentam potenciais para formatar o produto "Turismo Cultural Rural", além de outras vertentes do "Turismo no Espaço Rural" e "Turismo Rural". Enfim, foram propostas ações que podem ser implementadas para o desenvolvimento da atividade turística, em especial, o Turismo Cultural Rural na Costa do Cacau.

PALAVRAS-CHAVE: turismo rural; turismo cultural; fazendas de cacau; espaço rural.

Rural cultural tourism: An alternative of Development for the Coast of the Cacao.

Author: THIANA DE SOUZA CAIRO

Adviser: Prof. Dr. HÉLIO ESTRELA BARROCO

ABSTRACT

This research had as general objective to inventory and to verify the possibilities and favorable conditions of the rural cultural tourism while a socioeconomic and cultural alternative to Costa of the Cocoa. Likewise, it was still looked for, to accomplish a critical analysis of the existent *status quo* in the properties of rural tourism in the mentioned tourist area, inserted in the register of Bahiatursa, with respect to yours location, framing conceptual front to the typology of the tourism, linked aspects to the infrastructure, present tourist attractions in the properties, among other peculiarities. Also she looked for to verify the possibilities of the use of the rural architectural patrimony (historical-cultural importance) and other natural resources, as attractions for the practice of the rural cultural tourism in the located farms in Costa of the Cocoa, no meditated in the foregoing register, as well as to verify the proprietors' interest regarding the tourist activity in these properties. Besides, it was still aimed at to suggest planning actions for the implantation and development of this activity in the area. As for the theoretical referencial used in this study, it was discussed pertinent subjects, to the rural and cultural tourism, tourist planning and regional history of the saga of the cocoa. With respect to the methodological procedures, the descriptive method was used, seeking to reach the objectives formerly explicitados, as well as a bibliographical research for the theoretical discussion, observations "in loco". photographic risings and structured netrevistas, through use of forms in the researches of fields accomplished in the farms. Of the reached results, it was verified that the farms inserted in the register of Bahiatursa that they present the Rural Tourism, are not framed in such modality, because they don't fill out the indispensable requirements to yours configuration, except for Farm Ardenas, although it is momentarily with yours stagnated activity. In compensation, so much these, as other properties no meditated by the mentioned organ, but that are at Costa of the

Cocoa, they present potentials to format the product tourism Rural Cultural haul of other slopes of the tourism in the Rural Space and Tourism Rural. Finally, they were proposed actions that they can be implemented for the development of the tourist activity, in especial, the Rural Cultural Tourism in the Coast of the Cocoa.

KEY-WORDS: Word- key : rural tourism; cultural tourism; cocoa farms; space rural.

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O turismo gera muitos benefícios à sociedade que recebe, através da promoção do desenvolvimento regional, aumento da renda e do consumo. Outros benefícios aparecem sob a forma da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento das relações sociais. Do ponto de vista formal, segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT apud Barreto (1999), o turismo é composto pela soma das relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntária, motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.

Contudo, o turismo perpassa diversas vertentes da sociedade, apresentando reflexos nos âmbitos sócio-econômico, culturais, ambientais, entre outros. Zimmermann (1996, p. 13) entende que o turismo pode ser focalizado de maneira abstrata, ou seja, como um fenômeno que se refere ao movimento de pessoas dentro do próprio país ou cruzando fronteiras. "Este movimento revela

'elementos' como interações e relacionamentos individuais e grupais, compreensão humana, sentimentos, percepções, motivações, pressões, satisfação, noção de prazer, etc". Neste sentido, o autor explicita que a anatomia do fenômeno turístico é basicamente composta de três elementos: o homem, o espaço e o tempo. "Estes são os elementos representativos das condições de existência do fenômeno, sem os quais não existiria o ato turístico".

O homem no decorrer da história, sempre almejou descobrir o novo e compartilhar de realidades diferentes do seu dia-a-dia, não sendo tal aspiração diferente no contexto turístico. Pelo contrário, é neste prisma que se pode verificar, a "sede" pelo desconhecido, a busca do prazer e satisfação de motivações, tais como: econômicas, culturais, políticas e sociais. Aliás, é sabido que as viagens para o homem, desde os tempos mais remotos, sempre significaram novos desafios, desejos e conquistas.

No que concerne a este aspecto, Ignarra (1999), relata que o hábito de viagens a um local diferente é um fenômeno antigo na história da humanidade. Em termos históricos, a atividade turística teve início quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, principalmente motivado pela necessidade de comércio em outras regiões. Com o advento do capitalismo comercial, ocorreu uma ampliação da atividade, em virtude da necessidade de expansão das rotas dos comerciantes. As viagens que a princípio eram apenas terrestres passaram a incluir também roteiros marítimos. Posteriormente, com o advento das ferrovias no século XIX, o turismo ganhou um impulso maior, uma vez que foi possível deslocamentos a distâncias maiores em um tempo mais curto. Finalmente, com a aviação definiu-se mais um passo relevante para o desenvolvimento do turismo.

Ainda referente aos aspectos históricos do desenvolvimento do turismo, Oliveira (2000, p.25) destaca que a melhoria nos meios de transporte representou um fator decisivo para a transformação da atividade num fenômeno de massas. Após a Segunda Guerra Mundial, com a utilização do avião como meio de transporte de civis, a prática foi intensificada tendo em vista o menor tempo gasto nos deslocamentos e aos preços mais acessíveis. “A partir de 1980, o desenvolvimento tecnológico permitiu que os serviços turísticos, englobando todas as áreas da atividade, passassem a ser mais rápidos, mais eficientes e com preços mais baixos.” Enfim, com a globalização, o mundo ficou cada vez menor e as pessoas mais próximas.

Assim, verifica-se que a atividade turística apresenta um crescimento considerável em todas as esferas da sociedade, ultrapassando as fronteiras de sua atuação, impactando assim, os demais setores sociais. Em outras palavras, seu efeito multiplicador é notório, tornando-se indispensável para o desenvolvimento das nações.

O turismo gera diversas mudanças nas localidades que se utilizam desta atividade, seja nos seus aspectos positivos - devido ao aumento das suas receitas, incremento na demanda de mão-de-obra para serviços turísticos, elevação na arrecadação de impostos, melhoria da qualidade de vida, entre outros, seja nos vários aspectos negativos como, por exemplo, a degradação dos recursos naturais.

No Brasil, o turismo impacta 52 segmentos diferentes da economia, segundo a matriz insumo-produto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apud

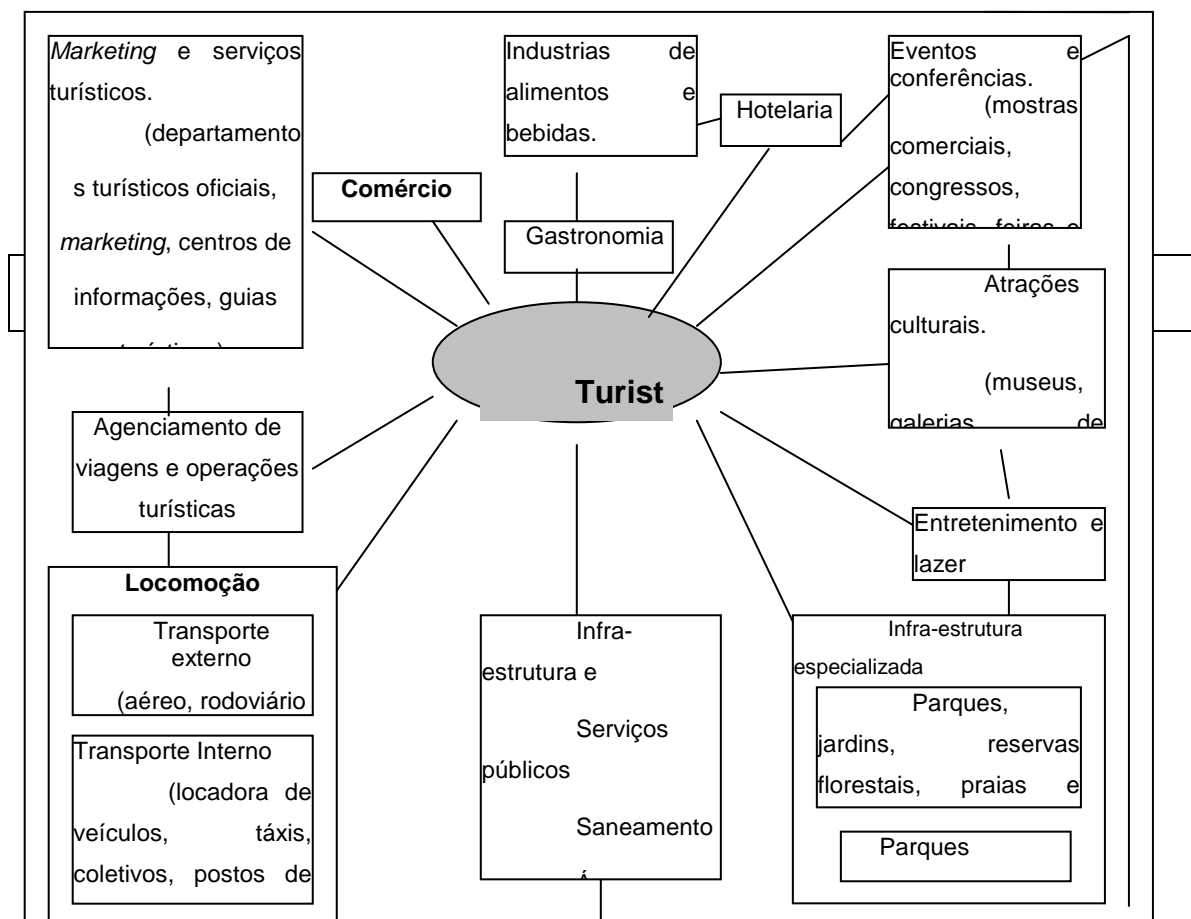
Carvalho (2000), gerando emprego formal e informal, que absorve desde a mão-de-obra mais qualificada em áreas que se utilizam desde alta tecnologia, até as de menor qualificação.

Todavia, segundo Trigo (1998), a situação do Brasil no que tange a atividade turística, é, muito desconfortável, não sendo difícil detectar as suas causas, seja através da estrutura urbana precária, da violência no trânsito e da violência urbana, entre outros, os quais prejudicam a imagem do país frente ao resto do mundo. Em suma, pode-se afirmar que o turismo liga-se às saúdes econômica, social e política do país.

Neste sentido, é fácil verificar que as localidades que dispõem de certas peculiaridades favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística devem possuir uma série de equipamentos condizentes com as necessidades dos turistas, cujo perfil representa-se pelo binômio exigência e qualidade. O sistema turístico apresenta externalidades, abrangendo aspectos micro e macroeconômicos. O gestor do turismo deverá ter uma visão estratégica, observando sempre os diversos fatores externos a serem considerados. Isto requer uma mentalidade para mudanças que apresenta três fases: aceitação, entendimento e compromisso. No enfoque sistêmico do turismo, verifica-se uma multiplicação de variáveis que estão rigorosamente entrelaçadas como: equipamentos, telefonia, gastronomia, transporte, meio ambiente, serviços públicos, estradas, segurança pública, entre outros. (PETROCCHI, 2001).

Abordando a cadeia produtiva do turismo, Bonfim (2001) observa que a atividade turística apresenta-se de forma bem complexa, revelando uma ligação

intrínseca com o setor de serviços. Conforme demonstra a Figura 01, verifica-se uma interdependência da atividade com diversos setores da sociedade, como àqueles ligados a infra-estrutura especializada, equipamentos turísticos e serviços públicos.



Fonte: ICF Kaiser *apud* Bonfim (2001,p.9)

Figura 01 – Cadeia Produtiva do Turismo

No que tange aos reflexos nas esferas sociais e culturais, observa-se que a atividade turística promove um intercâmbio entre os diversos povos, a partir do contato das comunidades locais com os visitantes. Tal peculiaridade, ora provoca

benefícios, ora malefícios, conforme a maneira que se dinamiza em determinada localidade. É devido a este aspecto, que cada vez mais se busca minimizar impactos negativos oriundos do turismo, buscando formatá-lo segundo preceitos de sustentabilidade, ou seja, harmonizando as esferas ambientais e sócio-econômicas.

Visto as externalidades e inter-relações da atividade turística, torna-se possível perceber que determinados locais apresentam condições de promover o crescimento do setor de forma satisfatória. No Brasil, tem-se o Nordeste do país, em especial, o Estado da Bahia, enquanto local que apresenta vantagens comparativas para o turismo, apresentando um perfil apto para o seu desenvolvimento.

A região Nordeste apresenta um vasto mercado voltado para a atividade turística. O estado da Bahia de *per si*, constitui local privilegiado, pois oferece belas paisagens, diversidade de flora e fauna, praias, cachoeiras, riqueza cultural composta de diversos personagens, do folclore, capoeira, carnaval, festas juninas, comidas típicas, entre outros, podendo ser explorado pelos diversos prismas do turismo, como o ecoturismo, turismo rural, turismo de negócios, etc. (Cairo, 2001, p.5)

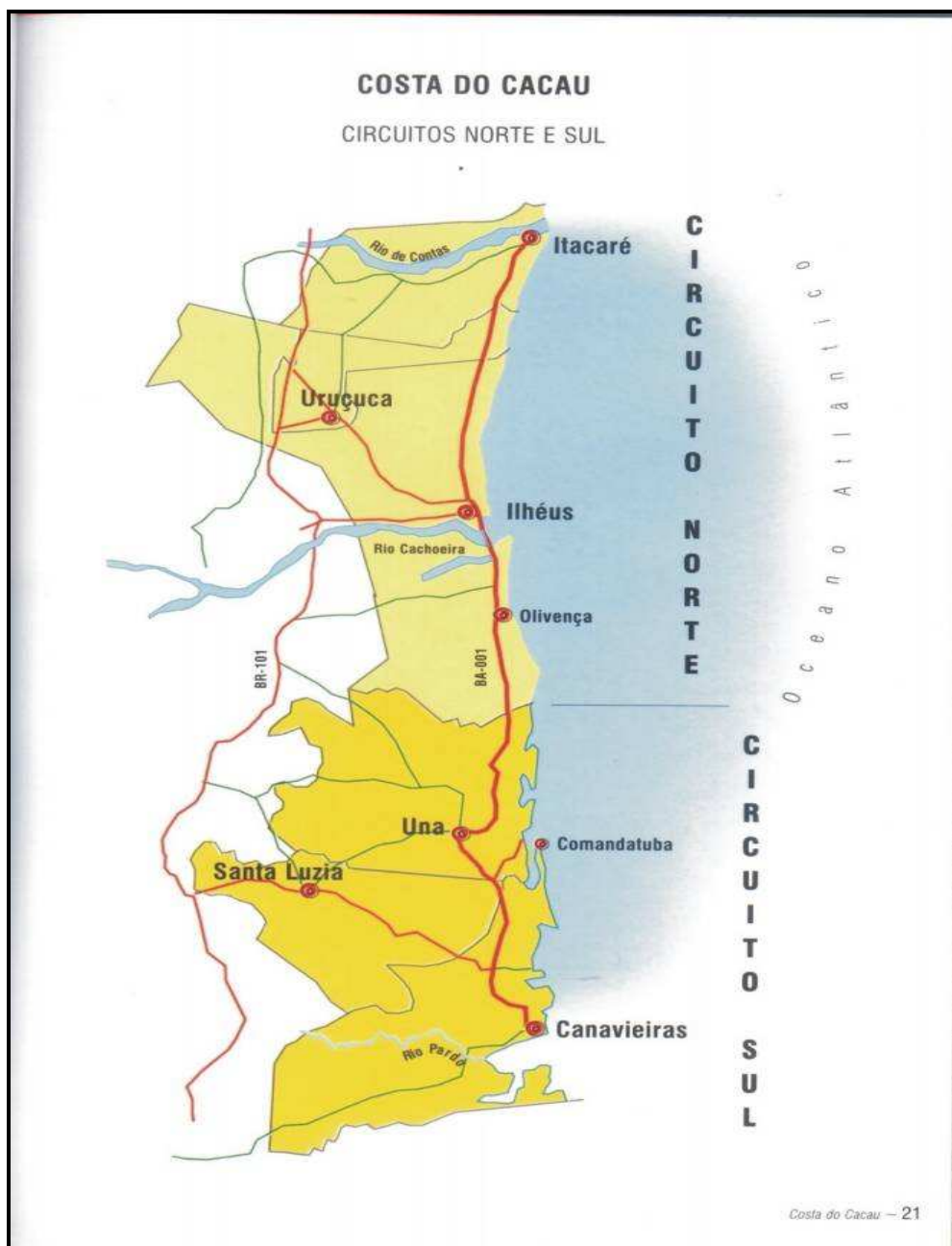
Outrossim, Almeida (1998) destaca o Estado da Bahia (Figura 2) como um pólo essencial para o desenvolvimento do turismo, devido ao seu excelente perfil e atrativos naturais e histórico-culturais.



Fonte: <http://www.guianet.com.br/ba/mapaba.htm>

Figura 2: Mapa do Estado da Bahia

Assim, faz-se mister que a zona turística da Costa do Cacau no estado da Bahia (Figura 3) busque alternativas para superar os entraves oriundos da crise regional, visando valorizar o potencial presente no local, através das fazendas de cacau, das belezas naturais e riquezas culturais, a partir da esfera do turismo.



Fonte: Bahiatursa (1998) apud Fontes (2001, p.135)

Figura 3: Mapa da Costa do Cacao - Bahia

A atividade turística apresenta diversas modalidades que variam de acordo com suas peculiaridades, como o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo da natureza, turismo de saúde, turismo rural, turismo cultural, turismo cultural rural entre outros.

O turismo rural é aquele praticado em áreas rurais (fazendas, sítios ou chácaras) tendo como objetivo proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar das atividades do meio rural, como: andar a cavalo, ordenhar vacas, passear de carroça, tomar banho de rio ou cachoeira, caminhar pelos campos, entre outros. “É intensamente procurado por pessoas que residem em grandes centros urbanos e que precisam de um descanso físico e mental” (OLIVEIRA, 2000, p.72).

No que se refere ao turismo cultural, sabe-se que as viagens das pessoas que objetivam esta modalidade são provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar seus conhecimentos, de conhecer as potencialidades e hábitos de outras populações, civilizações e culturas diferentes, de participar de manifestações artísticas ou, ainda, por motivos religiosos (BARROCO, 2002).

Neste sentido, o turismo cultural combina fatores diversos para permitir a uma pessoa desfrutar de uma manifestação de expressão cultural, definindo-se como visitantes motivados pela herança histórica, artística, científica ou estilo de vida oferecido por uma comunidade (CUNHA apud BARROCO, 2002).

Visto as definições supracitadas, observa-se que o Turismo Cultural Rural, objeto de estudo desta pesquisa, compreende um misto das vertentes do turismo rural e do turismo cultural, sendo definido por Fucks (2002 p.203) como o movimento de volta ao passado que emerge na atualidade, despertando o interesse pela cultura rural, não deixando de ser uma reconciliação com a própria história, numa tentativa de resgatar as raízes culturais e a identidade brasileira.

A autora relata ainda que a apropriação do patrimônio arquitetônico rural pelas atividades de turismo multiplicam as possibilidades do seu aproveitamento como atrativo para as novas demandas da sociedade.

Assim, observa-se que o turismo cultural rural vem crescendo e ocupando espaço na preferência dos visitantes, cujos desejos estão voltados à busca de um contato mais estreito com a natureza, através da fuga dos grandes centros urbanos em troca da tranquilidade proporcionada por esta modalidade cada vez mais promissora. Outrossim, também é intenso por parte dos turistas, a procura do contato com novas culturas¹, fato este que pode ser considerado como uma peculiaridade, ou seja, um diferencial no que se refere à região cacaueteira.

Destarte, a utilização dos espaços rurais tem sido encarada não mais apenas pela ótica da exploração agrícola, mas sim pela perspectiva do desenvolvimento de outras oportunidades que harmonize de forma sustentável as atividades do homem com o meio ambiente. O turismo cultural rural vem sendo desenvolvido não apenas como uma alternativa econômica para os produtores que se encontram em dificuldades, mas também para aqueles que buscam através desta atividade, novos caminhos para a diversificação frente às possibilidades de recuperação econômica, em virtude das diversas crises que afetam o meio rural. Neste sentido, o turismo cultural rural surge como uma modalidade que busca harmonizar o binômio cultura e meio ambiente, a partir de seus reflexos nos âmbitos sócio-econômicos, culturais e ambientais.

1.2 CONCEITO DE TURISMO

¹ Aqui entendida, segundo Viertler (1999, p.18) como apanágio da sociedade humana, na qual possibilita oferecer “um panorama de estilos ou modos de vida, valores e aspirações dos mais diversos”.

Existem diversos conceitos atribuídos ao turismo na literatura nacional e internacional. O seu caráter multidisciplinar, bem como sua construção ainda recente, demanda a necessidade de delimitação no que se refere ao marco teórico adotado, com o intuito de nortear esta pesquisa, visando assim corroborar com as análises posteriores.

Neste sentido, sem aprofundar no mérito das discussões da validade ou não dos conceitos existentes na doutrina, buscar-se-á neste momento, elencar aquele que mais se adequa às necessidades deste estudo.

Após analisar diversos conceitos do turismo, Sancho (2001, p.39) cita diversos elementos comuns entre eles:

- Existe um movimento físico dos turistas que, por definição, são os que se deslocam fora de seu lugar de residência;
- A estada no destino deve ser durante um período não permanente;
- O turismo compreende tanto a viagem até o destino como as atividades realizadas durante a estada;
- Qualquer que seja o motivo da viagem, o turismo inclui serviços e produtos criados para satisfazer as necessidades dos turistas.

Segundo a OMT apud Sancho (2001, p.38) o turismo corresponde às atividades que “realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras”.

Outrossim, adotou-se como base nesta pesquisa, a proposta de Rejowski apud Portuguez (1999, p.78), como segue:

O turismo é um fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicílio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve aspectos tanto econômicos, quanto sociais, naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas[...]

Tal posicionamento possibilita caracterizar a prática turística, em contraponto a um fluxo excursionista, muito comum por exemplo, em propriedades que ofertam o turismo rural, a partir do sistema *day use*. Neste, o turista passa o dia nas propriedades rurais e retorna no final da tarde, muitas vezes por inexistência de alojamentos que impossibilita, conseqüentemente, o pernoite. Assim, o excursionismo pressupõe um deslocamento temporário inferior a 24 horas, contrário ao turismo, conforme explicitado. A expressão visitante, por sua vez, será citada neste estudo de forma genérica, sendo aplicada tanto para os excursionistas (deslocamento inferior a 24 horas) quanto aos turistas (deslocamento superior a 24 horas).

1.2.1 CULTURA, PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E TURISMO

Nos tempos atuais, a cultura constitui-se de uma preocupação bem viva, uma vez que “o desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social [...]”. É neste sentido que ao se discutir sobre cultura, deve-se pensar na humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência (SANTOS, 1994, p.7).

Devido à interação entre os diversos povos, sociedades e grupos humanos, a dimensão para compreender a cultura não deve estar dissociada da necessidade de considerar esta variedade de relações, já que a discussão sobre a mesma perpassa a análise da própria realidade social que o indivíduo se insere.²

Cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma. Como sinônimo de refinamento, sofisticação pessoal, educação elaborada de uma pessoa, cultura foi usada constantemente desde então e o é até hoje.³

A partir do século XIX, a preocupação com a cultura se generalizou como uma questão científica e as ciências humanas passaram a tratá-la de forma sistemática, pois até então, os principais questionamentos poderiam ser enquadrados em interpretações de cunho religioso. Assim, “a moderna preocupação com a cultura nasceu associada tanto a necessidades do conhecimento quanto às realidades da dominação política”.⁴

Parafrazeando Santos (1994, p.44-45), a cultura é um produto da história de cada sociedade, é uma dimensão do processo social, da vida em sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções ou apenas uma parte da vida social, independente da mesma. Ou seja, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social.

Diante desta perspectiva, ao se pensar na atividade turística, inegável é o reconhecimento das inter-relações desta com a cultura. É sabido que o turismo

² Ibidem, 1994.

³ Ibidem, 1994, p.27.

⁴ Ibidem, 1994.

impacta não apenas a esfera econômica de um destino, uma vez que seus efeitos são também sociais, ambientais e culturais. Há assim, certos reflexos, ora favoráveis, ora desfavoráveis, que ultrapassam a simples percepção material, influenciando mais profundamente na vida dos nativos, ou seja, na sua forma de pensar e agir, em especial, no tocante à cultura local, modificando para certos estudiosos, as condutas e ainda a personalidade das populações autóctones.

Apesar das divergências concernentes aos impactos oriundos dos deslocamentos dos povos, hoje necessários no contexto do mundo moderno, torna-se inevitável o contato de culturas diversas onde os visitantes e os nativos vivenciam a alteridade, possibilitada pelo fenômeno turístico. Neste sentido, existem constantes indagações entre os doutrinadores acerca das inter-relações do turismo com a cultura, onde para alguns, o primeiro possibilitaria o resgate e a valorização cultural, e para outros, tem-se a chamada problemática cultural, a partir da descontextualização da cultura, onde o turismo configuraria como um fenômeno que descaracteriza a identidade cultural em determinada comunidade local.

Como cediço, a descoberta do novo e a interação dos homens uns com os outros, sempre foram motivos de incitações para os seres humanos. As viagens, que sempre foram praticadas desde os tempos mais remotos, possibilitavam “conhecer o desconhecido”, além de outras prioridades políticas, econômicas e sociais. Neste contexto, o turismo sempre se configurou como uma ferramenta capaz de satisfazer essas necessidades dos povos, cujas motivações possibilitaram o crescimento e importância desta atividade no mundo atual.

Zimmermann (1996, p. 19) entende que o homem, um ser nômade por excelência, migra temporariamente, “impulsionado por uma ou mais das forças culturais, econômicas, políticas e sociais que animam sua trajetória sobre a face da terra [...] Anseia por conhecimento novo, numa busca perpétua por paisagens, emoções, experiências e registros”.

Outrossim, Ruschmann (1999) relata que, a partir da segunda guerra mundial, o turismo evoluiu de forma considerável, devido às conseqüências relacionadas à produtividade empresarial e o poder de compra das pessoas, entre outros. Um dos grandes motivos que ocasionou o aumento dos fluxos turísticos deve-se aos impactos psicológicos da vida urbana e à falta do verde, cujas conseqüências, geram impactos negativos do turismo nas comunidades receptoras, pressões ambientais e mudança na preferência dos turistas. Assim, a autora explicita que os impactos sobre a cultura local levaram a uma certa sensibilização, através da criação de normas que limitem o consumo exacerbado dos turistas pelos valores culturais. Neste sentido, aborda que:

É impossível desconsiderar a cultura como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Entretanto, o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes.⁵

Vale ressaltar que a cultura é o grande vetor que torna possível conhecer os pormenores de uma região e de um dado momento histórico, sendo desta forma, um fator de grande relevância para os povos. O dinamismo das sociedades atuais vem provocando dificuldades nas tentativas de preservação do

patrimônio cultural, surgindo assim, a atividade turística como uma das alternativas possíveis, de uma preservação mais ativa, uma vez que, o bem patrimonial deve ser encarado como algo integrado ao quadro econômico-financeiro local, regional e nacional. (PELLEGRINI FILHO, 1997).

Compartilhando com esta mesma opinião Barroco (2000, p.9) explicita que a cultura representa a matéria prima básica da atividade turística, sendo assim imprescindível que essa relação de proximidade leve em consideração políticas que tenham, como principal desafio, o desenvolvimento mútuo dos setores. “Observe-se que pesquisas recentes evidenciam que 32% dos turistas estão muito interessados em produtos culturais, entre outros.”

Destarte, Viertler (1999, p.18-20) relata que a cultura fornece referenciais básicos para o comportamento individual e preside à organização da sociedade. O seu desdobramento é manifestado pela diacronia, tornando-se possível captar o seu sentido mais profundo, através do estudo das suas transformações no decorrer do tempo. “Assim, compreender a distribuição espacial do homem envolve necessariamente resgatar a sua história com outro homem [...], a distribuição do homem no seu espaço físico significa igualmente um ‘encontrar-se no mundo’[...]”.

Outrossim, é válido ressaltar o conceito de patrimônio adotado nesta pesquisa. Segundo Barreto (2002, p.9), o patrimônio pode ser classificado em natural e cultural. O primeiro corresponde às riquezas “que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas.” Quanto ao patrimônio cultural a

⁵ (Ibidem, 1999, p.50)

autora ressalta que o seu conceito “vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura”.

Dessa forma, observa-se ainda conforme os ensinamentos da autora, que atualmente, há consenso de que a noção de patrimônio cultural é ampla, incluindo assim não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só “as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.”⁶

Dessa forma, este trabalho adota o conceito de patrimônio cultural mencionado por Toledo (2003):

Patrimônio cultural é a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, transmitida de geração em geração. Constitui a soma dos bens culturais de um povo. Ele conserva a memória do que fomos e somos, revela a nossa identidade. Expressa o resultado do processo cultural que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca. Apresenta, no seu conjunto, os resultados do processo histórico. Permite conferir a um povo a sua orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores, estimulando o exercício da cidadania, a partir de um lugar social e da continuidade no tempo.

Ademais, Reis (2003, p.1) ressalta que “a revitalização do patrimônio significa a ressignificação das manifestações culturais, tornando-a viva, ao ganhar sentido para as pessoas e, especialmente, ao aguçar a identidade.”

O patrimônio pode ser definido como bem cultural, tangível ou intangível, que desperta o sentimento de valor e identidade e que expressa a própria cultura. O homem, ao construir um monumento ou um sobrado está manifestando sua cultura através do estilo arquitetônico da obra.⁷

⁶ Ibidem, 2002, p.11

⁷ Ibidem, 2003, p.2

Ainda segundo Reis (2003) o processo de revitalização deverá ser benéfico para a sociedade, ao transformar o lugar em um espaço agradável para os cidadãos e para os turistas, a partir do respeito às características culturais da população e da arquitetura das construções, não podendo distorcer o seu significado artístico.

O uso adequado do patrimônio tem que exercer duas funções: garantir o respeito à cultura, inclusive no que se refere aos estilos artísticos e garantir o significado histórico e a comunidade, que não pode ser excluída do processo de decisão sobre o uso do patrimônio ou mesmo dos benefícios econômicos advindos da atividade turística. O desenvolvimento tem de representar a inserção social, pois entendo que a participação é essencial para que os impactos não degradem o lugar e os confrontos entre comunidade e turistas não se estabeleçam; além disso, o lugar deve gerar empregos para a comunidade, oportunidade de comercialização do artesanato e de prestação de serviços. Paralelamente, as escolas necessitam fortalecer os estudos sobre a história e cultura local.⁸

Segundo Moletta & Goidanich 1998 apud Fucks 2002, muitas áreas rurais podem também oferecer um turismo cultural, na medida em que propiciem situações de interação entre os turistas e o patrimônio cultural local. A integração dos atrativos, sobretudo do patrimônio arquitetônico existente no meio rural, é fundamental para o desenvolvimento turístico.

“No Brasil, muitas sedes de antigas fazendas ligadas aos ciclos econômicos, outrora pertencentes a titulares do Império, têm se constituído como bons exemplos de aproveitamento turístico de bens históricos”. (FUCKS, 2002, p.6)

A existência de exemplares significativos do patrimônio arquitetônico no meio rural - que resistiram aos episódios de um passado histórico (Abolição, pela República, pela imigração, pela urbanização e pela industrialização) e à ação predatória humana - aliada às novas tendências para a prática do turismo e do lazer, possibilitam que

⁸ Ibidem, 2003, p.9.

estes remanescentes sejam convenientemente apropriados como recurso educacional e turístico.⁹

A produção arquitetônica adquire sua importância quando entendida como testemunho vivo ou “representante de um passado que se quer conservar” (BARRETO, 2001, p.106 apud FUCKS, 2002, p.10). Com efeito, o patrimônio edificado do meio rural “apresenta-se como registro acumulado da história e da cultura de várias gerações. Sendo assim, é importante compreendê-lo em sua evolução, como espaço de morar, conviver e trabalhar [...]”.¹⁰

Assim, esta pesquisa aborda o patrimônio cultural construído (tangível), ou seja, os testemunhos visuais das propriedades situadas na Costa do Cacau, enquanto uma alternativa para a oferta turística rural. Ressalta-se que o patrimônio material é um instrumento de grande relevância para o resgate da cultura e história local, imprescindível assim para a vertente do turismo cultural rural.

No que tange a problemática do turismo e a identidade cultural, Lane (1981, p.16), ao relatar como os seres humanos se tornam sociais, explicita que estes necessitam de outras pessoas em todos os momentos de sua vida, sendo um fator fundamental de sua sobrevivência. Mais adiante, indaga acerca da individualidade das pessoas e das características peculiares de cada um, em contraponto aos papéis sociais que determinam as relações sociais, relatando que o viver em grupos “permite o confronto entre as pessoas e cada um vai

⁹ Ibidem, 2002, p.9.

¹⁰ Ibidem, 2002, p.10.

construindo o seu 'eu' neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros”

Vê-se que é inegável a influência exercida pela história, cultura e pelos processos sociais na conduta e no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. As premissas histórico-sócio-culturais identificam as coletividades, uma vez que ao se buscar explicações psicológicas dos indivíduos de *per si* e de sua relação com os demais, faz-se mister considerar os valores e crenças presentes no meio social no qual estão inseridos, assim como as peculiaridades do momento histórico vivido pelos mesmos. É neste sentido que tais aspectos influenciam as condutas e a personalidade dos indivíduos. O melhor entendimento psicológico que se pode obter dos indivíduos “deve considerar o meio sócio-cultural, assim como ele se caracteriza em dado momento histórico, pois é nele que circulam valores e crenças [...]” (KRÜGER, 1995, p.66).

Vale ressaltar que a influência aqui analisada concretizar-se-á através da percepção, pois é através da mesma que se obtém conhecimento pela via sensorial, ou seja, é através deste processo psicológico básico, que as pessoas se relacionam com tudo que está a sua volta. Assim, é a percepção que está na base da cultura e da sociedade, pois estes fatores só influenciarão se forem percebidos. Ainda, ao se buscar um conhecimento crítico das relações interpessoais e processos sociais, torna-se imprescindível a consideração dos fatores histórico-sócio-culturais que influenciam no panorama atual e, por conseguinte, o modo de pensar, agir e viver das pessoas. Em suma, a conduta e a personalidade dos seres humanos sofrem influência dos aspectos

supramencionados, pois as pessoas são construtoras e construídas pela sociedade na qual se inserem.

Stuart Hall (1997) ao abordar a temática da identidade cultural na pós-modernidade, relata que o sujeito vivencia uma crise de identidade, devido à fragmentação de seu lugar no mundo social e cultural e de si mesmo. O processo de globalização, segundo ele, gera impactos sobre a identidade cultural dos indivíduos, cujas mudanças refletem em todos os aspectos da sua vida social alterando, desta forma, os modos de vida através do estabelecimento de uma interconexão social em dimensões globais. Assim, vê-se que o sujeito pós-moderno constitui-se de várias identidades, devido às transformações estruturais e institucionais, e sua conseqüente fragmentação, ou seja, sendo concebido como um indivíduo sem identidade fixa ou permanente.

É diante da perspectiva supracitada, que se pode vislumbrar de que maneira há uma modificação na identidade cultural das comunidades receptoras, ressaltando, porém que não é o fenômeno turístico o único fator de tal transformação.

Independente do fato turístico, a cultura é passível de mudanças, uma vez que “as tradições ditadas pelos costumes são processos sociais que sofrem modificações ao longo do tempo e que só sobrevivem através de formas de adaptação diversas” (HOBBSAWN apud DIAS, 2001, p.13).

Nada do que é cultural pode ser estanque, porque a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental. No entanto, às vezes fala-se de uma cultura como se fosse um produto, uma coisa com começo, meio e fim, com características definidas e um ponto final (SANTOS, 1994, p.47).

Diante do exposto, constata-se que todas as manifestações culturais sofrem transformações no decorrer do tempo, reconhecendo-se que a atividade turística poderá contribuir para a aceleração deste fenômeno em função da presença dos turistas se for alicerçada a partir de um planejamento ineficiente e descomprometido, uma vez que conforme fora abordado, as mudanças são inerentes à cultura, ou seja, há um processo dinâmico que lhe é peculiar. Portanto, para se conduzir uma interação responsável entre visitantes e visitados, faz-se necessário um planejamento turístico participativo entre todos os agentes envolvidos, desmistificando o efeito negativo causado pelo contato entre os mesmos, colimando-se, desta forma, o resgate e sustentabilidade dos valores sócio-culturais da comunidade.

1.3 O TURISMO RURAL

Turismo rural, agroturismo, turismo no meio rural, turismo sustentável, turismo verde, turismo cultural no meio rural, turismo ecorural, turismo ecológico, turismo alternativo, turismo da natureza[...] Afinal, como delimitar o significado do “Turismo Rural” frente à variedade de conceitos elencados pela doutrina?

Um novo parâmetro que se estabelece quando se pensa na atividade turística liga-se à crescente preocupação mundial com o meio ambiente, pensando uma modalidade de turismo sustentável, cujos preceitos voltam-se a uma visão de longo prazo, de modo contrário ao imediatismo e cunho meramente econômico pregado por àqueles que propõem uma ampliação da atividade não consubstanciado nestas questões.

Conforme aborda Ruschamann (1999), o meio ambiente constitui a 'matéria-prima' do turismo e, conseqüentemente estabelece contato com a natureza, além de servir como mais uma motivação para as viagens, uma vez que o homem urbano agredido em seu meio, opta pela fuga destes grandes centros a partir da 'busca do verde'.

Na realidade, a configuração da postura citada, emerge das perspectivas do turismo contemporâneo, marcado pela proliferação de formas alternativas, contrapondo ao turismo convencional, segundo afirma Tulik (1997, p.136):

As novas estruturas econômicas, o desenvolvimento da urbanização e os efeitos decorrentes deste fenômeno, bem como os valores captados do ambientalismo, entre muitos outros fatores, se alinham para explicar a proliferação destas formas alternativas de praticar e de entender o turismo. Embora existentes há muito tempo, algumas dessas modalidades ressurgem renovadas por iniciativas públicas e particulares e vêm garantindo a revitalização de áreas decadentes e estagnadas. É o caso do chamado turismo rural.

Ainda sob os esclarecimentos desta autora, no que tange à literatura existente do Turismo Rural, observa-se uma grande variedade de expressões, conceitos e termos que variam conforme a realidade de cada país. Criam-se também neologismos, multiplicam-se denominações genéricas ou específicas,

dissipam-se confusões terminológicas. Alguns autores se mostram despreocupados com a resolução deste problema conceitual, adotando por vezes a expressão Turismo Rural de forma indistinta ao Turismo no Espaço Rural.

Neste sentido, faz-se necessário elencar certos conceitos das vertentes aqui mencionadas para uma maior compreensão da temática discutida.

No entendimento de Moletta *apud* Mira (2002, p.2), o Turismo Rural em termos gerais é:

Uma atividade de lazer que o homem urbano procura junto ‘as propriedades rurais produtivas’ buscando resgatar suas origens, o contato com a natureza e a valorização da cultura local [...] A atividade turística que ocorre no meio rural poderá enquadrar-se em alguns tipos de turismo, tais como: turismo ecológico, turismo esportivo, turismo cultural ou turismo de aventura. Já o turismo rural está relacionado com os acontecimentos do dia-a-dia da vida do meio rural e as atividades envolvidas na produção agropecuária, considerando-se estes os principais atrativos. [...] O turismo rural reserva aos interessados oportunidades de interação e integração com o meio rural produtivo [...] É importante lembrar que o ponto de destaque deste segmento é a convivência com a lida dos animais e da terra.

Assim, observa-se que o turismo rural apresenta uma peculiaridade que o diferencia frente às demais modalidades do turismo, ou seja, o fato de ser desenvolvido em espaços que possuem uma atividade produtiva agropecuária, possibilitando desta forma vivenciar o dia-a-dia destes locais. O turismo rural seria uma espécie do gênero turismo no meio rural. Este último, cujo campo de atuação é mais amplo, englobaria as tipologias citadas. Assim, percebe-se que o turismo rural pressupõe uma ativa interação do turista com a atividade rural da propriedade, ou seja, com a sua atividade produtiva, sob pena de inexistência e inviabilidade desta vertente do turismo.

O espaço rural abarca diversas modalidades do turismo, onde a configuração de um produto turístico, necessariamente, não implicará na

ausência de outros prismas. Uma propriedade que oferta o turismo rural, por exemplo, não exclui a modalidade turismo ecológico. O que é preciso demarcar para fins de planejamento e *marketing* do local, é o foco central que se pretende desenvolver num determinado espaço rural, para que não se incorra em propagandas enganosas e a conseqüente frustração por parte do visitante, ou seja, não se pode divulgar a ocorrência de uma modalidade que não condiz com a realidade. Isto é possível quando certas vezes há um desconhecimento por falta dos empreendedores das peculiaridades de um certo produto turístico ofertado. Um exemplo é de uma propriedade que difunde a prática de turismo rural sem manter no local uma atividade agropecuária produtiva, oferecendo aos visitantes outras atividades também agradáveis, porém destituída da característica fundamental desta vertente do turismo.

Prosseguindo nas análises, cabe conceituar as demais classificações citadas com o intuito de fortalecer a distinção essencial do turismo rural. Dentre estas atividades, destaca-se o agroturismo. À primeira vista poder-se-ia conceber ambos como sinônimos, porém é válido analisar como a doutrina o formata enquanto produto turístico.

O agroturismo é entendido como uma derivação do turismo rural, uma vez que se dá uma interação mais efetiva entre o visitante com a natureza e as atividades agrícolas (TULIK, 1997).

Em seu livro *Agroturismo e Desenvolvimento Regional*, Portuguez (1999, p.77) ao abordar os aspectos conceituais do mesmo, comenta que esta atividade poderá ser entendida como uma vertente de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, “de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo

que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais”.

Destarte, relata acerca da grande confusão terminológica no estudo do turismo rural, abordando a opinião de diversos estudiosos, posicionando-se da seguinte forma: “O resultado mais óbvio desse fato é a proliferação de trabalhos - científicos ou não- comprometidos com uma infinidade de termos, que, pelo fato de serem imprecisos, resultam na aceitação de ‘submodalidades’ do turismo rural: turismo verde, turismo naturalista [...], o agroturismo”.¹¹

Assim, mediante a grande diversidade de termos, o autor assume a expressão turismo em espaço rural por considerá-lo mais abrangente, tornando menos ambígua do que apenas turismo rural, uma vez que a atividade turística assumirá características próprias para cada configuração socioespacial. Neste sentido reforça:

[...] o agroturismo adquiriu infinidade de feições, que por vezes o faz confundir-se com modalidade diversas, de modo que cabe assumir postura mais aberta, na tentativa de não fragmentar demais os parâmetros conceituais em função dos tipos de práticas recreativas aí existentes, das quais se pode destacar o ‘turismo ambiental’, ‘de aventura’, ‘de eventos’, ‘de saúde’, entre outros.¹²

Enfim, Rodrigues (2001, p.109) alerta que, para pertencer a modalidade do agroturismo, tendo como base a classificação europeia, os turistas devem participar das lidas como força de trabalho.

¹¹ (ibidem, 1999, p.72)

¹² (PORTUGUEZ, **op.cit.**, p. 74).

O Turismo Ecológico ou Ecoturismo reflete a preocupação da atividade na preservação natural e convivência harmônica do homem com o meio ambiente. Tal postura encontra-se em consonância com a linha que preza pela sustentabilidade da atividade turística, ou seja, o turismo sustentável, interagindo de forma racional no tripé: recursos naturais, financeiros e humanos. Acredita-se que a vertente do turismo rural, se conduzida de maneira responsável, apresenta as peculiaridades destas modalidades aqui expostas, uma vez que, conforme já explicitado, a ocorrência de uma tipologia não impede a configuração de outras.

Segundo Barroco (2000, p.6), o ecoturismo é um produto turístico que apresenta um “real potencial econômico-social e seu desenvolvimento propiciará a divulgação do patrimônio ambiental dos brasileiros e de outras pessoas estrangeiras que quiserem usufruí-lo.” Assim, o turismo não poderá ficar alheio à questão ambiental, pois a ecologia representa um forte argumento na geração de fluxos de pessoas para as zonas naturais.

Dessa forma, observa-se que o turismo rural atende à aspiração acima mencionada, servindo como uma ferramenta indispensável na propagação desta nova postura ambiental que a atividade turística de modo geral vem direcionando.

Portanto, após as convergências e divergências aqui elencadas acerca das várias acepções do turismo rural pelos diversos estudiosos, este estudo caminhará de acordo com a seguinte diretriz:

O Turismo Rural é uma modalidade do turismo no espaço rural (este concebido no sentido *lato senso* das atividades no meio rural), cujo diferencial concerne à existência de uma ‘atividade agropecuária produtiva’ que possibilite ao turista uma interação com a natureza a partir da convivência do dia-a-dia das

propriedades, além do contato e da riqueza cultural que se estabelece entre visitantes e visitados.

1.4 O TURISMO CULTURAL RURAL

Uma vez delimitado o conceito do Turismo Rural, concebendo-o também como vetor de contato com a cultura, a proposta deste estudo circunscreve-se ao prisma do Turismo Cultural Rural. Isto posto, faz-se mister conceituar o turismo cultural e mostrar suas peculiaridades, buscando assim criar as interfaces com o turismo rural.

Segundo Oliveira (2000, p.69) O turismo cultural é aquele praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas, estudantes em busca de novos conhecimentos. “São as viagens organizadas exclusivamente para este fim [...]. Esse tipo de turismo tem um público muito específico. A atração cultural passa a ser a única motivação para visitar um país...”

Swarbrooke (2000, p.35) explicita que o turismo cultural apresenta vários tipos de recursos que estão inter-relacionados, como v.g. no campo das artes, “quando o recurso pode ser um teatro ou um concerto que nele aconteça. Da mesma forma, caminhadas por trilhas temáticas costumam incluir visitas a fabricas e lojas de alimentos.”

Destarte, o autor supracitado aborda que, em um sistema de turismo cultural, os setores público e privado tem um papel importante a ser

desempenhado. O primeiro deverá promover o *marketing* da destinação. O segundo por sua vez, além de gerenciar os recursos culturais e de promovê-los, também deverá preparar os fornecedores e intermediários de serviços de apoio. É interessante ressaltar que esta vertente do turismo varia entre as diferentes regiões geográficas. “[...] Nas áreas rurais e montanhosas o turismo cultural se volta para a observação de estilos de vida tradicionais”.¹³

Sob este âmbito, presume-se que a riqueza cultural concernente aos estilos de vida tradicionais, em especial, “a saga do cacau”, a partir da área de abrangência deste estudo, possibilitará a definição e consolidação da vertente do turismo cultural rural de forma significativa.

A relação intrínseca do “rural” com o “cultural” é notória, não podendo vislumbrá-las de forma dissociada, uma vez que os aspectos desta última, são também “matéria-prima” para a primeira.

O desenvolvimento do turismo no espaço rural faz com que as comunidades resgatem, preservem e valorizem todas as formas culturais locais e regionais como gastronomia, utensílios domésticos, artesanato, móveis, arquitetura e outras que, posteriormente, serão utilizadas como atrativos turísticos para motivar as pessoas a praticar o turismo no espaço rural. (LIMA & MATIAS, 1999, p.105)

Lucas (2000, p.12) argumenta que “a participação, o envolvimento e o compromisso das comunidades no processo de revitalização de seus recursos culturais são fatores decisivos para o sucesso do turismo rural”. A cidadania cultural fundamenta-se na autenticidade, integridade e identidade das

¹³ (idem, p.37)

comunidades. Por isso, “ a mobilização da comunidade na defesa e promoção de sua identidade, bens e valores culturais são aliados poderosos do turismo cultural.”

O turismo cultural é a união da autenticidade, da promoção de serviços de atendimento ao visitante e do desenvolvimento econômico local e regional, em que profissionais e proprietários ou administradores de bens culturais trabalham juntos para desenvolver uma indústria [...] Pesquisas recentes sobre turismo cultural nos Estados Unidos apontam sua importância para a economia do país [...] São 6,6 milhões de empregos diretos, mais de 8,9 milhões de empregos indiretos [...] A pesquisa também identifica quem é o turista cultural. ‘ Ele gasta mais, permanece por mais tempo no lugar, seu itinerário é complexo, com grande número de destinações incluídas, além de participar de eventos e temas diversos, ele gosta de fazer compras. ¹⁴

Neste sentido, observa-se que o turismo rural representa uma ferramenta importante de desenvolvimento da responsabilidade cultural. Certas vezes, o turista é visto como vilipendiador da cultura tradicional, cujo contato destrói os valores sócio-culturais das localidades que visitam. Ao contrário, o turismo no ambiente rural pode representar o papel de agente capaz de resgatar e preservar uma parte significativa da cultura tradicional (PIRES, 2001).

Em uma pesquisa realizada em Porto Belo, Santa Catarina, pelo projeto “Caminhos de Dentro” realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Itajaí (SANTOS, et al., 2002), buscou-se avaliar o potencial turístico da área rural do município, a fim de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda para a população local, bem como transformar as raízes culturais da região em um forte ponto de apoio para políticas turísticas que reduzam o efeito da sazonalidade do turismo de sol e praia no litoral meridional brasileiro. Observa-se desde já, certas similaridades destes objetivos com a realidade presente na área de estudo desta pesquisa.

¹⁴ (idem 2000, p.12)

Nesta iniciativa, discutiu-se pontos relevantes acerca do Turismo Rural e Cultural, alertando-se que o desconhecimento das origens, formação sócio-econômica, costumes, lendas, dizeres e saberes da região poderão descaracterizar o seu patrimônio cultural. Assim, os pesquisadores partiram dos conceitos supramencionados, adotando-se os seguintes pressupostos teóricos:

- O Turismo foi entendido como um conjunto de atividades ligadas ao deslocamento de pessoas com fins de lazer;
- A Cultura, concebida como um modo de vida e de pensamento (CUCHE, 1999 apud SANTOS, 2002), portanto, sob o prisma antropológico segundo o qual o homem é animal amarrado a teias de significados, que ele mesmo teceu. Neste sentido, “a cultura são essas teias e sua análise, estudá-la é promover inúmeros significados” (GEERTZ, 1978, apud SANTOS, 2002, p.14).

Desta forma adotou o conceito de Turismo Cultural como:

[...] atividade em que as pessoas se deslocam com a intenção de agregar um valor às suas horas de lazer, buscando conhecer outros modos de vida e as deferentes visões de mundo que proporcionam. Muita gente que vive na cidade hoje sonha em entrar em contato com a vida do campo, consumir alimentos frescos, presenciar a ordenha das vacas, respirar ar puro, admirar paisagens naturais... **Neste ponto, encontra-se um denominador comum entre o turismo cultural e o turismo rural**, consistindo este último, na exploração das atividades agropecuárias, paralelamente ao turismo, em propriedades rurais segundo Guzzatti, 1998 apud Santos (2002, p.14, grifo nosso)

Conforme exposto, verifica-se que o Turismo Cultural Rural representa uma denominação ainda em fase de construção, não sendo concebida ainda pelos operadores do turismo como uma tipologia.

Segundo Barroco (2002, p.11), o turismo cultural rural corresponde a uma nova concepção de turismo cultural que vem ganhando espaço na literatura e nos produtos formatados. Entretanto, ressalta que “a noção de patrimônio cultural rural é recente, assim como a descoberta de seu valor turístico”. Em seguida aborda:

A França é respeitadíssima em matéria de turismo cultural, com suas grandes atrações como o Louvre, Versailles, Castelo de Loire, gastronomia e alta-costura. Entretanto, hoje, na França, existe, no meio rural, um patrimônio rural construído, preservado e autêntico, com base nos recursos naturais, como antigas práticas agrícolas, edificações, conhecimento local e estilo próprio de vida, todos preservados por políticas públicas e valorização patrimonial.¹⁵

Ainda citando Barroco (2002, p.11), “a demanda pelo patrimônio rural foi iniciada pelos ingleses e escandinavos, bem antes de ser pelos franceses”. Contudo, observa-se que na França, essa procura abrange aspectos como tradições agrícolas, lendas, objetos, entre outros, “que pouco são quantificáveis e entendidos como amenidades, mas têm a missão etnográfica de recolha dos conhecimentos e das memórias rurais”.

Neste sentido, este estudo de certa forma, tem o desafio de ressaltar o produto turístico cultural, ou seja, a cultura, como elemento indispensável para o fomento das atividades realizadas no ambiente rural. Valorizar o patrimônio arquitetônico rural, os saberes e lendas, as histórias e riquezas culturais das fazendas em especial, no que se refere à “saga do cacau”, pressupõe um passo

¹⁵ Ibidem, 2002, p.11.

importante para a região despontar como um diferencial no cenário turístico. Malgrado ainda pouco discutido e evidenciado na doutrina, este estudo conceberá o turismo cultural rural como uma modalidade do turismo, ou seja, como integrante de suas demais tipologias.

Desta forma, o Turismo Cultural Rural é uma modalidade na qual o turista obtém uma interação com a natureza a partir da convivência do dia-a-dia das propriedades, conhecendo sua atividade agropecuária produtiva, bem como as riquezas culturais existentes, através do patrimônio arquitetônico rural, histórias regionais, saberes, lendas, cantigas, objetos, entre outros, pertinentes a realidade local.

2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Inseridos na Costa do Cacau, os municípios de Ilhéus, Una, Canavieiras, Santa Luzia, Itacaré e Uruçuca, apresentam características possíveis de atrair turistas de diversas partes do mundo que buscam desfrutar de belas praias e riquezas naturais, bem como do seu patrimônio histórico e cultural. Em vista destes requisitos, tais municípios devem ter como prioridade às questões, cujo foco de análise esteja voltado para o turismo, uma vez que as atividades oriundas deste setor geram benefícios diretos e indiretos para toda a comunidade local, em especial, na esfera de oferta de empregos e geração de renda.

Um grande problema social e econômico da região cacauceira, diz respeito à falta da adoção de alternativas viáveis após o declínio do ciclo econômico do cacau, uma vez que esta atividade agrícola representava a certeza de retornos monetários e de alta rentabilidade. Com o retraimento deste último, devido às doenças típicas da cacauicultura e outros fatores, levaram a região à crise econômica sem precedentes. O momento então, seria a criação de novas alternativas para o aproveitamento da população economicamente ativa e das bases produtivas cacauceiras, gerando mecanismos de direcionamento da força de trabalho para novos ramos de atividade que façam parte do cotidiano local, como por exemplo, a indústria, a diversificação agrícola e o turismo.

Devido aos aspectos ligados à história e cultura da região, em especial, àqueles concernentes a cacauicultura, vê-se que esta já fora difundida através de

livros publicados por escritores famosos regionais, a citar as obras de Jorge Amado, Adonias Filho, dentre outros, como também pelos meios de comunicação televisivos nos quais algumas fazendas serviram como cenário para a produção de novelas e filmes, levando muitos turistas a visitar a região motivados pelo interesse em conhecer toda a riqueza cultural , a partir do contato com as comunidades receptoras.

Todavia, apesar dos fatores abordados, é ainda muito carente por parte da comunidade, dos empresários e do governo, o despertar da consciência na valorização da cultura local e regional por meio da prática alternativa do turismo, e em específico, do turismo cultural rural.

Diante do exposto, observa-se que apesar dos entraves presentes nos municípios que integram a zona turística Costa do Cacau, estes apresentam as “ferramentas” necessárias para o fomento de vários tipos de turismo, e em especial do turismo cultural rural enquanto mais uma alternativa para revitalizar as atividades ligadas à área, pois tal vertente pressupõe a existência de propriedades que apresentam uma atividade agropecuária produtiva. Neste sentido, verifica-se certa condição para o fomento desta modalidade do turismo, uma vez que o cenário já está pronto, necessitando apenas de certas adequações para receber o público (LIMA & MATIAS, 1999).

Muitas fazendas localizadas nos municípios citados encontram-se em processo de abandono por força da crise do cacau. Casarões, instalações de estocagem do cacau, estufas, máquinas, dentre outros aparatos, além do seu patrimônio natural, muitas vezes apresentam-se estagnados por falta de alternativas e descrença de seus proprietários.

Na verdade, pressupõe-se que através da prática do turismo nestes espaços rurais, seria possível incrementar a economia local, criando novos postos de trabalho através da implantação viável desta nova alternativa, desenvolvendo assim, todo o seu entorno, como por exemplo, o incremento da oferta de produtos e serviços como borracheiros, atendimento médico, farmácias, padarias, entre outros setores da economia. Muitos produtos poderiam ser ofertados aos turistas que visitam as fazendas, em especial, os produtos gastronômicos procedentes do sabor do cacau, como licores, chocolates, cocadas e até mesmo o fruto colhido na hora, além de suas instalações, onde os visitantes poderiam vivenciar o dia-a-dia dos trabalhadores, desfrutar da beleza rústica dos casarões dos antigos coronéis, apreciar a noite ao som do violão próximo as fogueiras, ouvir casos e lendas, entre outras atividades, para muitos inéditas, para outros, instrumento de preservação e resgate de suas raízes. Enfim, o prazer de mostrar aos turistas como é a vida nas fazendas, poderá ser demonstrado nas músicas, roupas típicas, danças, folclore, gastronomia regional, entre outros.

Deste modo, percebe-se que as dimensões do turismo cultural rural estão cada vez mais amplas, desempenhando um papel primordial no desenvolvimento local e regional, fruto das singularidades que este tipo de turismo oferece.

A riqueza cultural presente nas comunidades receptoras, onde cada uma delas apresenta seus próprios hábitos e identidade, oportuniza o conhecimento de novas realidades, fruto da especificidade de cada povo. O turismo, por servir como vetor de aproximação de diferentes pessoas, possibilita um intercâmbio de culturas diversas, representando desta maneira, como um foco de atração dos viajantes. Se desenvolvido de forma responsável, este contato cultural servirá

como base de sustentabilidade da continuidade das atividades turísticas de pólos receptores já consagrados, além de reforçar e fortalecer a identidade da comunidade local (BARLERA, 2002).

Assim, tornar-se-á possível fortalecer o turismo cultural rural nos municípios da Costa do Cacau, cuja estruturação baseia-se na cultura (material e imaterial) desta região. Enfim, pode-se afirmar que este prisma apresenta vários tipos de atividades a citar: ecoturismo, lazer, aventura e outras, porém sua base de sustentabilidade liga-se à cultura, às raízes locais e regionais (LIMA e MATIAS, 1999).

Diante do exposto, buscar-se-á inventariar e verificar as potencialidades existentes na Costa do Cacau, bem como as condições favoráveis para o fomento da modalidade Turismo Cultural Rural.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

3.1.1 Inventariar e verificar as possibilidades e condições favoráveis do turismo cultural rural enquanto uma alternativa sócio-econômica e cultural para a Costa do Cacau.

3.2- ESPECÍFICOS

3.2.1 Realizar uma análise crítica do *status quo* existente nas propriedades de turismo rural na costa do cacau, inseridas no cadastro da Bahiatursa, no que tange à sua localização, enquadramento conceitual frente à tipologia do turismo, aspectos ligados à infra-estrutura, atrações turísticas presentes nas propriedades, entre outras peculiaridades.

3.2.2 Verificar as possibilidades do aproveitamento do patrimônio arquitetônico rural (importância histórico-cultural) e demais recursos naturais, como atrativos para a prática do turismo cultural rural nas fazendas situadas na Costa do Cacau não contempladas no cadastro da Bahiatursa, bem como verificar o interesse dos proprietários com relação à atividade turística nestas propriedades.

3.2.3 Sugerir ações de planejamento para a implantação e desenvolvimento desta atividade na Costa do Cacau.

4. HIPÓTESE

As fazendas localizadas na Costa do Cacao que ofertam o produto turístico “Turismo Rural” pelo cadastro da Bahiatursa, não se enquadram em tal modalidade, por ausência das peculiaridades indispensáveis à sua configuração. Contudo, tanto estas, como outras propriedades não contempladas pelo órgão citado, apresentam potenciais para formatar o produto “Turismo Cultural Rural”, além de outras vertentes do “Turismo no Espaço Rural”.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Em qualquer pesquisa científica, o marco teórico que a fundamenta, representa o cerne, o alicerce de todo o desenvolvimento do trabalho científico. A partir da exposição da teoria de base, revisão bibliográfica (trabalhos relacionados ao tema – metodologia e resultados de outros estudos) e definição dos termos e conceitos operacionais, é possível formatar com coerência, precisão e objetividade todo o respaldo teórico indispensável à concretização da pesquisa científica. Neste sentido, este item do estudo buscou alocar de forma sistemática, o substrato para a análise dos resultados ulteriores, a partir do estudo do turismo rural, turismo cultural, planejamento turístico e da história regional da saga do cacau.

Nos moldes atuais, o turismo rural tem suas origens nos Estados Unidos nas propriedades denominadas “ranchos”. Posteriormente esta atividade difundiu-se pelo mundo sendo desenvolvido na Austrália, Nova Zelândia, França, Itália, Argentina, Portugal, entre outros (LIMA e MATIAS, 1999).

No Brasil, esta vertente apresenta um modelo próprio, fruto da diversidade cultural do anfitrião, da dinâmica da produção rural no país e das riquezas dos recursos naturais que integram o espaço rural brasileiro. Assim, pode-se dizer que “o turismo rural no Brasil é como um mosaico, cuja expressão cênica está diretamente ligada aos insumos e recursos disponíveis, a sensibilidade e a criatividade de quem implementa” (ZIMMERMANN, 2002).

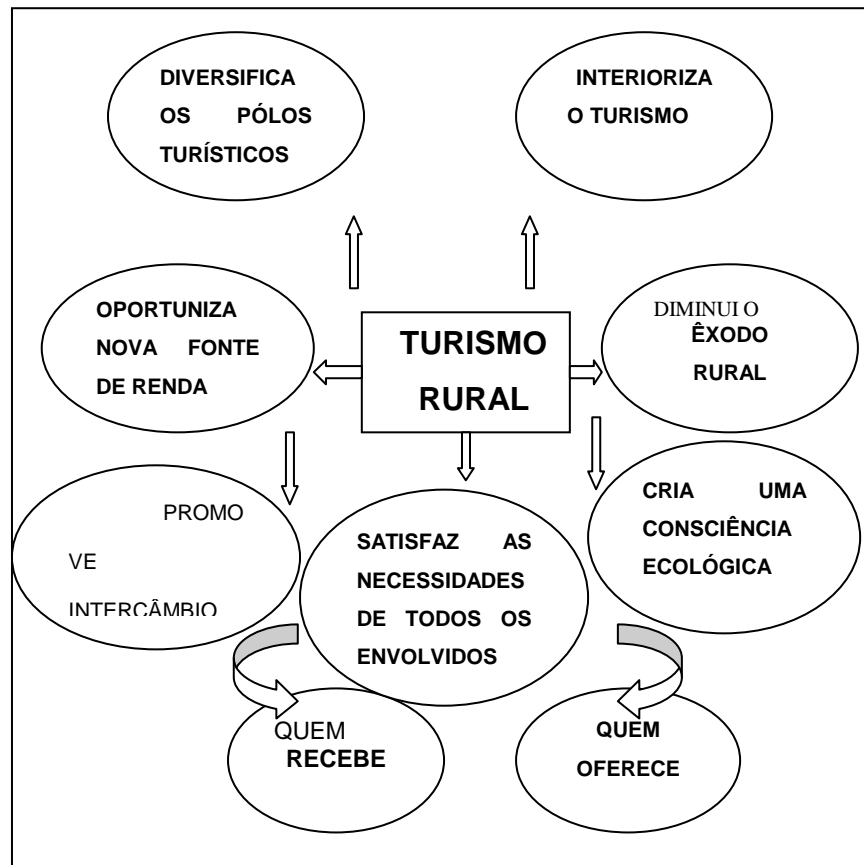
O Turismo Rural foi implantado, pioneiramente no país, no município de Lages em Santa Catarina no ano de 1986, com o intuito de proporcionar uma 'nova fonte de renda' ao produtor rural, bem como a necessidade que o município apresentava de se criar um produto turístico que servisse como alternativa econômica para o mesmo. Devido ao sucesso e pleno funcionamento da atividade no decorrer desses anos, o município de Lages passou a ser considerado pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) como projeto piloto de Turismo Rural no Brasil. Com tal reconhecimento e aceitação oficial, verifica-se que hoje este produto turístico apresenta um considerável índice de crescimento no setor.

Esta vertente do turismo é definido por Zimmermann (1996, p.23) como “um produto que atende a demanda de uma clientela turística, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo”. Este autor ainda explicita que no decorrer dos anos esta modalidade tem recebido nomenclatura variada e criativa.

Todavia, na produção turística no ambiente rural, ou simplesmente turismo rural ainda segundo Zimmermann, há duas condições básicas que se encontram no alicerce da atividade: fixação dos objetivos na implantação do produto (promover a interiorização do turismo, viabilizar nova fonte de renda ao produtor rural, resgatar e valorizar a cultura local e regional, entre outros) e a aplicação de novas metodologias a partir do respeito à realidade local e participação da comunidade.

Outrossim, o autor elenca os princípios fundamentais do turismo rural, a saber: identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação

das raízes, divulgação dos costumes, atendimento familiar. Além disso, o autor estabelece as principais características do turismo rural, uma vez que este busca a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, ou seja, de quem oferece e de quem recebe, conforme ilustra a figura 4:



Fonte: Zimmermann (1996, p. 27).

FIGURA 4. Características do turismo rural

A diversificação dos pólos turísticos tem como objetivo promover a interiorização do turismo, desconcentrando os fluxos já consagrados. Além deste fator, há a possibilidade de agregação de valores a partir da oportunidade de novas fontes de renda para o produtor rural, o que conseqüentemente implicará a diminuição do êxodo rural, tendo em vista a ampliação de sua renda familiar. O intercâmbio cultural e a conscientização ecológica configuram aspectos positivos

da atividade, tanto pelo prisma do visitante como do visitado. Finalmente, seja pelo viés de quem recebe (o turista), seja pelo de quem oferece (proprietário rural), percebe-se a satisfação de todos os envolvidos frente às peculiaridades desta atividade nos espaços rurais.

Rodrigues (2000) relata que as características principais desta vertente da atividade turística são a paisagem rural e as atividades agrícolas. Hospedar pessoas, servir refeições e o acompanhamento nas lidas configuram o cenário da atividade. Para a autora, quando o espaço é considerado como fator classificatório, várias tipologias podem ocorrer simultaneamente em um mesmo tempo e espaço rural. Assim, o conceito de turismo rural ainda apresenta-se de forma abrangente e confusa, até mesmo para aqueles órgãos responsáveis pela normatização da atividade turística e suas tipologias.

Contudo, a autora estabelece que o ponto fundamental para categorizar a atividade é a interação com o espaço rural nas vertentes cultural, econômica ou social. “Essa interação ocorre cultural e socialmente quando há contatos entre turistas e moradores do local, e economicamente quando há troca de produtos ou valores entre o estabelecimento ou o turista e as pessoas do local”.¹⁶

Em suas reflexões acerca das características essenciais do turismo rural Tulik (1997, p. 141-142) comenta:

Evidências empíricas mostram algumas características fundamentais presentes na maioria dos países que exploram essa modalidade. O turismo rural aparece basicamente apoiado no turismo doméstico, embora possa atrair uma demanda

¹⁶ (ibidem, 2000, p.132).

internacional; desenvolve-se em áreas rurais decadentes ou estagnadas, principalmente nas que foram afetadas por crises econômicas; tem implantação difusa, em pequena escala e ocorre nas proximidades de centros emissores; está apoiado na atividade agrária; tem contribuído para diversificar a renda dos proprietários e fixar a população ao meio rural.

Embora seja mais desenvolvido em propriedades com dificuldades econômicas como alternativa de minimizar os efeitos da crise, vale lembrar que esta não é uma condição válida para todos os casos. Não necessariamente poderá o local encontrar-se em adversidades, uma vez que esta vertente do turismo surge também como uma complementação e forma de incremento da renda do proprietário, estando seu espaço estagnado ou não.

Assim, é válido ressaltar, que as propriedades que oferecem este tipo de produto turístico vem se configurando no Brasil a partir de um caráter de integração, valorizando o meio ambiente, as tradições da região e atividades agropecuárias. “O turismo rural é uma realidade que, planejada e assessorada por profissionais competentes, e implantada por proprietários empreendedores, pode ser uma importante forma de diversificação de renda na propriedade rural” (ABIH, 2002, p.1).

Compartilhando com esta mesma visão Moletta (1999) aborda as vantagens do turismo rural quando este se apresenta de forma planejada e orientada tais como: diversificação de renda, geração de empregos, efeito multiplicador, preservação do patrimônio cultural e natural, melhoria da qualidade local, diversificação dos pólos turísticos, melhoria da formação educacional do homem do campo e desenvolvimento do espírito de participação e parceria.

Todavia, estes aspectos abordados não se apresentam de forma unânime pelos estudiosos do turismo. Há aqueles que alertam para os possíveis

malefícios que esta modalidade pode causar no decorrer de seu desenvolvimento.

Conforme aborda Fleischer (2000) as principais dificuldades do turismo rural derivam de dois dilemas estruturais básicos: O mercado *versus* natureza e a ruralidade *versus* a urbanidade.

Na primeira situação, o empreendimento turístico prioriza a rentabilidade e o imediatismo do lucro, transformando a natureza e a cultura em *commodities*, ou seja, o que outrora era um patrimônio comum se privatiza e se configura como um produto comerciável, ameaçando o meio ambiente devido ao incremento da atividade turística. Assim, torna-se complicado conviver harmonicamente a sustentabilidade e a mercantilização.

Embora o turismo no meio ambiente precise da integridade deste cenário, a escala deste turismo pode comprometer sua própria matéria-prima. O que justamente permite que a natureza seja reconhecida e utilizada como uma possibilidade de renda e emprego é o que lhe dará o golpe de misericórdia [...] Há um consenso de que o turismo é uma atividade com possibilidade de promover o desenvolvimento econômico e social, mas precisa ter um forte comprometimento com a salvaguarda do patrimônio natural. A palavra de ordem é que o turismo seja sustentável. Os estudiosos do tema concordam, em geral, que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre exploração e preservação da natureza.¹⁷

Na segunda situação, observa-se que a atividade turística possibilita o encontro de duas visões de mundo diferenciadas: a urbana e a rural. Neste sentido, os resultados em geral, são conflitos de valores, comportamentos e significados. Se por um lado, o turista pode reconhecer as diferenças entre seu espaço de origem e o de destino valorizando-os e gozando das qualidades inerentes a cada um, o mesmo ocorrendo com o anfitrião em relação àquele, por

¹⁷ (ibidem, 2000, p.4)

outro lado, ambas visões de mundo podem ser encaminhadas de forma a anularem-se mutuamente.

Se os valores do destino turístico forem associados a uma positividade, podem contribuir para diminuir os valores trazidos pelo turista, em geral, urbanos. Da mesma forma, se o turista não estiver aberto a valorizar outra visão de mundo, as qualidades de seu local de origem serão enaltecidas e utilizadas para desvalorizar seu anfitrião e o local de origem do mesmo. Esta dinâmica faz do turismo uma atividade com alto potencial conflitivo.¹⁸

Desta forma, em suas considerações finais, Fleischer (2000, p.11) explicita que “os dois dilemas delineados [...] podem ser previstos e resolvidos com uma conscientização turística, o que envolve educação ambiental e mudança de alguns hábitos”. O turismo rural é uma forma de ressaltar a importância do meio ambiente e da população receptora, consistindo no despertar da preocupação com a preservação ambiental e cultural. Esta atividade “desafia a idéia de que a preservação só possa ser alcançada pelo não uso da natureza e pela não presença do fator antrópico. O turismo rural preconiza que a natureza precisa ser protegida por gente e com gente”.¹⁹

Assim, o turismo rural surge como alternativa viável, adequando-se aos preceitos concernentes ao desenvolvimento local, em contraponto ao modelo de crescimento econômico. Tal desenvolvimento defende a organização da população afetada, através da utilização das possibilidades locais para melhorar o seu padrão de vida. Sendo assim, a comunidade receptora organiza-se, utilizando seu cotidiano e sua cultura como forma de atrair os visitantes.

¹⁸ (ibidem, 2000, p.7)

¹⁹ (ibidem,2000,p.11)

Para a dinamização do turismo rural, conforme aborda Zimmermann (2002), há a obrigatoriedade de harmonizar os seguintes interesses: da comunidade local; do turismo e do meio ambiente. Estes fatores harmonizados devem garantir a sustentabilidade da atividade a partir dos seguintes elementos: culturais/antrópicos; ecológicos e econômicos.

Outrossim, o grande segredo do turismo rural, consiste em mostrar ao turista “o que ele quer ver” (ABIH,2002). Após algumas pesquisas, foram diagnosticados alguns fatores essenciais para o fomento da atividade como:

- Oferecer uma gastronomia típica, saborosa e higiênica;
- Ter uma ou mais atividades produtivas que caracterizem a propriedade;
- Beleza natural da propriedade;
- Opções de atividades para os hóspedes acompanharem a rotina da propriedade;
- Contato com a cultura e a tradição local;
- Acesso fácil;
- Possibilidade de compra de produtos típicos, entre outros.

Destarte, ainda referindo-se às características do turismo rural, a ABIH (2002, p.2) explicita o que o turista espera encontrar por parte da oferta existente:

Esse visitante espera uma certa rusticidade das instalações, mas que nada tem a ver com sofrimento e falta de higiene. A cultura urbana pede um bom banho, roupas de cama limpas e por que não, uma cervejinha gelada no final da tarde. Tudo isso deve ser oferecido com um atendimento familiar e amigável, valorizando a autenticidade do local e proporcionando uma grande integração entre o visitante e o dia a dia na fazenda.

Em uma pesquisa realizada no município de Lages, na região sul do Brasil, acerca do perfil do consumidor do turismo rural no ano de 1998 pela SANTUR²⁰, observou-se que 74,71% do mercado emissor é oriundo do próprio Estado. No que tange aos turistas, 75,28% viajam com suas famílias, sendo quase similar o percentual no que se refere aos sexos masculino e feminino, cujas frequências foram 45,44% e 54,56%, respectivamente. Dos entrevistados, 91,01% utilizam como meio de transporte o automóvel. Outro dado relevante refere-se às perspectivas de retorno, onde o percentual foi de 88,76%. Enfim, 95,51% dos turistas entrevistados mostraram-se satisfeitos com o turismo rural, uma vez que foram preenchidas as expectativas pelos mesmos.

No Estado da Bahia, Carneiro (2002, p.4) revela que 65 propriedades já aderiram à “modalidade do turismo rural como forma de agregar receita a atividades tradicionais como agricultura e pecuária.”

O balanço do turismo rural em 2001 também aponta um crescimento expressivo no fluxo de visitantes, que saltou dos 22 mil verificados em 1998 para cerca de 68 mil no ano passado. A grande maioria deste público (75%) é de origem regional, com destaque para Salvador. Outros 16% são turistas de outras partes do Brasil, 5% correspondem ao público local e 4% são estrangeiros. O perfil dos visitantes é composto principalmente por famílias, estudantes, grupos empresariais e da melhor idade.²¹

A autora relata ainda que segundo Cláudio Taboada, diretor de *marketing* nacional da Bahiatursa, o incentivo para o desenvolvimento do turismo rural, busca integrar novos perfis de visitantes ou buscar a ampliação daqueles que já costumam vir à Bahia. A maioria das fazendas que se utilizam desta atividade tem optado pelo sistema *Day Use*, ou seja, as visitas são realizadas ao longo do

²⁰ Santa Catarina Turismo S. A.

²¹ (Ibidem, 2002, p.4)

dia, sem a inclusão de hospedagem. Em suma, tem-se verificado que a Bahia apresenta um grande potencial de crescimento na modalidade do turismo rural.

No que se refere à abordagem supracitada, observa-se que ocorre uma confusão no marco conceitual a respeito do turismo rural pelo órgão da Bahiatursa. Poder-se-ia denominar turismo no espaço rural ou visita de lazer no meio rural, ou quaisquer outras nomenclaturas, àquelas atividades realizadas nas fazendas da Bahia que optam pelo sistema *day use*. Conforme já visto neste estudo, a prática turística, pressupõe permanência não inferior a 24 horas. Se fosse aceitado tal característica para configurar a prática do turismo rural sem a pernoite, seria possível também afirmar a existência, por exemplo, de turismo “praiano”, ou seja, aqueles indivíduos que se deslocam para praia pela manhã e retornam no final da tarde. Isto posto, observa-se deste modo, a incompatibilidade de aceitação da atividade turística com a peculiaridade citada.

Destarte, sem entrar no mérito da discussão, uma vez que já fora delimitado o lugar teórico deste estudo, vale ressaltar que há na literatura existente a aceitação até mesmo de uma modalidade de turismo que dispensa a viagem, como o turismo virtual, ferindo assim os preceitos dos defensores do turismo que pressupõe deslocamento pelo espaço. Sob este aspecto, Portuguez (1999, p.80) relata que “a noção de turismo se reformula, admitindo experiências até então desconhecidas, mas que emergem com a tecnificação crescente das sociedades de todo o mundo.”

Abordando a vertente do turismo cultural, Barroco (2002), relata diversos exemplos que configuram o turismo cultural como: arte, artesanato, patrimônio histórico, arquitetura, características locais, eventos, festivais, feiras, folclore, música, cultura regional, culinária, meio ambiente, paisagem natural, influências étnicas e culturais, esporte, tecnologias regionais, vestuário, literatura, museus, praças, parques e monumentos.

Assim, o turismo cultural é aquele elaborado para proporcionar o encontro de culturas preexistentes e de estabelecer relação com valores adquiridos, promovendo e vendendo o acesso a essa cultura, transformando-a em produto. (CUNHA apud BARROCO, 2002).

Lucas (2003) aborda que o interesse pelo setor do Turismo vem crescendo no Brasil onde diversas regiões vêm se transformando em destinos turísticos. O turismo internacional passa a buscar outras opções, além do tradicional “Samba, Carnaval e Mulata”, visitando regiões aonde a receita de sucesso é o patrimônio histórico combinado com a natureza e a cultura do local. Neste sentido, a autora aborda:

O Brasil possui uma riquíssima herança cultural, ao mesmo tempo diversificada e única, com nuances regionais que passam a ser redescobertas, reinterpretadas e re-significadas em sua dimensão histórica e social. O turismo representa, para estas cidades e regiões, um insumo crescente de desenvolvimento econômico, que precisa ser mais objetivamente avaliado em sua dimensão fiscal e financeira, mas que já cresce a olhos vistos. A idéia de conjugar, em planejamento urbano e regional integrado, atrações culturais, históricas e naturais com uma estratégia de desenvolvimento econômico, vem realizando em diversos locais no mundo inteiro o Milagre do Turismo Cultural.²²

Ainda parafraseando a autora, observa-se que os roteiros culturais já se consagram como uma tradição na Europa, América do Norte e Ásia. O Brasil possui um vasto repertório de Roteiros de Patrimônio Cultural que precisam ser avaliados, catalogados, desenvolvidos e divulgados.

²² Ibidem, 2003, p,2

[...] A preservação do patrimônio cultural torna-se a peça-chave para transformar uma antiga inimizade e ameaça recíprocas entre o Patrimônio e a Indústria do Turismo em uma aliança de sucesso. O desenvolvimento de uma comunidade, então, passa a representar não mais o risco de destruição e desaparecimento do patrimônio histórico e da memória social, mas, ao contrário, a promover a melhoria da sua qualidade de vida, associada à preservação e revitalização dos valores autênticos da sua história, de seu passado e de suas tradições, enfim, de sua identidade cultural.²³

No que tange ao turismo cultural rural, Fucks (2002) relata que o patrimônio arquitetônico, que transcende a necessidade básica de oferecer abrigo e proteção, é uma das mais significativas expressões da cultura que o produziu, assumindo formas variadas numa dimensão espaço-temporal.

Diante disso, verifica-se a necessidade de analisar as possibilidades deste tipo de turismo na Costa do Cacau, tendo em vista, a riqueza histórica e cultural da região, a fim de valorizar o espaço rural, aliando assim, interesses sócio-econômicos e culturais.

Contudo, vale ressaltar que para a consecução do desenvolvimento do turismo, faz-se necessário combinar esforços do governo, com os da iniciativa privada e da comunidade. Dessa forma, a sociedade deve passar por um processo de conscientização acerca da relevância da atividade turística, cuja importância se torna notória quando são analisados os seus principais benefícios (CAIRO, 2001).

Neste sentido, observa-se a necessidade da gestão do turismo de forma séria e prioritária. O planejamento desta atividade exige planos a longo prazo e projetos estratégicos (BENI, 1999).

²³ Id. 2003, p.03

Conforme Ruschmann (1999), o planejamento é uma atividade que tem como pressuposto o estabelecimento de condições favoráveis para alcançar objetivos propostos.

Ao abordar a temática do planejamento turístico, Petrocchi (1998, p.72) relata que:

A finalidade do planejamento é definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ação.

Em seu trabalho sobre o planejamento do turismo rural, Oliveira (2002, p.7) aborda que é grande o crescimento do número de propriedades que estão incorporando a atividade turística em suas rotinas. Para consolidar a vertente do turismo rural, os empreendimentos devem conter as seguintes características:

- Situarem-se no meio rural;
- Desenvolverem atividades agrozootécnicas de forma a gerar renda com venda de seus produtos;
- Manter a autenticidade;
- Valorizar a cultura regional;
- Desenvolver atividade turística de mínimo impacto;
- Ter no desenvolvimento sustentável um dos seus objetivos.

Dessa forma, conforme as abordagens explicitadas, observa-se que para a viabilização do turismo cultural rural, é necessário o envolvimento da população local e planejamento de políticas públicas e ações estratégicas voltadas à consolidação desta atividade nas zonas rurais (ALBUQUERQUE, 2001).

5.1 A HISTÓRIA DA “TERRA DOS FRUTOS DE OURO”

Ao se pensar em Ilhéus e demais regiões da Costa do Cacau, é inevitável dissociá-la da cultura²⁴ cacaueteira, cuja atividade viabilizou o crescimento de toda uma região, o perfil e a história de um povo. Conforme Cruz (2002), a história da cacauicultura na Bahia se confunde com a própria história regional, pois o fruto do cacau fundou cidades, formou gerações, criou um patrimônio e uma identidade histórico-cultural.

Durante muito tempo, Ilhéus “A Rainha do Sul”, conforme fora denominado pelo mestre Jorge Amado em diversas obras literárias que remetiam a realidade local, ocupou um patamar de destaque na economia baiana e nacional, reflexo das riquezas econômicas oriundas da cacauicultura, cujo auge possibilitou o crescimento de toda uma região. Muitos foram os homens que se dedicaram ao cultivo do cacau, bem como ao intermédio de sua exportação para diversas partes do mundo. Tal fruto era sinônimo da “razão de ser” da vida e da sociedade como um todo.

Dentre as diversas peculiaridades que se mostrava na realidade política-econômica da região cacaueteira, observava-se um forte coronelismo²⁵, onde as

²⁴ A atividade agrícola do cacau.

²⁵ Conforme Falcón (1995), entende-se por coronelismo como uma manifestação singular do poder privado no Brasil.

propriedades fundiárias representavam o alicerce e/ou sinônimo do poder. Possuir uma maior parcela da terra, era manter um *status* na conjuntura Ilheense e desfrutar de regalias e riquezas que o fruto de ouro gerava. Aliás, muitos deram suas vidas na esperança de alcançar os padrões de prosperidade na época.

Abordando a temática dos coronéis do cacau, Falcón (1995) traçou um perfil dos mesmos, denominando-os agentes do avanço do capitalismo, no qual os produtores e exportadores integravam a mesma burguesia cacauzeira. O mandonismo, na história brasileira, sempre foi objeto de estudo, uma vez que os chefes políticos municipais gozavam de grandes prestígios na sua esfera de atuação política. Não diferente desta perspectiva, o mesmo era verificado em Ilhéus. Todo este aparato não se circunscrevia apenas ao universo político de dominação oligárquica e rural, mas sim a vida cotidiana em sua totalidade da região sul-baiana.

Retomar esses pontos marcantes, característicos do contexto histórico local é essencial para entender o povo grapiúna na atualidade. Aliás, muitos entraves hoje presentes para a superação da crise sócio-econômica que a região vem enfrentando, são atribuídas as reminiscências do poderio de uma época marcada por uma burguesia rica e próspera que, diga-se de passagem, ainda insiste em permanecer no comportamento de uma camada da sociedade hodierna. Muitos empresários e até a própria comunidade local, vêm neste comportamento supracitado, uma das causas do engessamento sócio-econômico-cultural regional.

No auge da produção cacauzeira a burguesia local, com certas ressalvas, não estabelecia limites para a ostentação de seu poder. Havia uma síndrome do

“efeito demonstração”, ou seja, os ricos manifestavam a necessidade de afirmar a sua prosperidade, exibindo suas riquezas por meio de bens materiais. Ainda na obra de Falcón (1995) é ilustrado outro traço do mandonismo do cacau, revelado-se com alguns exemplos, como a construção de uma réplica do Palácio do Catete, realizada por um coronel da época. Entretanto, segundo este autor, as contribuições econômicas da burguesia cacauzeira, em especial para o avanço do capitalismo, servem para desmistificar a imagem do coronel, com a associação equivocada de “atraso”. Contudo, há entendimentos diversos e contrapostos acerca desta questão.

Após um longo período de destaque econômico no cenário nacional e internacional, a atividade agrícola do cacau entrou em declínio em fins da década de 1980 com o advento da peste da vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*), cujo fato gerou uma crise sem precedentes para a economia local. Tal doença tornou o cacau, outrora considerado como o fruto de ouro, em um fruto-problema, onde foi verificada uma desaceleração substancial na produtividade, e conseqüentemente, na rentabilidade dos produtores. Agrega-se ainda a este fato desastroso, a queda dos preços do produto no mercado internacional, empobrecendo assim, uma elite que cega e ilusoriamente associava o cacau a uma rentabilidade eterna. (PEIXINHO 1995).

Neste sentido, o autor retrocitado aborda que os cacauicultores baianos por acreditarem que o fruto sempre seria rendoso, nunca buscaram uma associação em prol de uma causa comum. Assim, em virtude da crise, hoje derramam lágrimas de desespero. Destarte explicita:

Culpados são os cacauicultores que ficaram anônimos, quando poderiam, ter tido liderança política e serem conhecidos por seus nomes e não

simplesmente cacauicultores; culpados são os cacauicultores por permitirem que a imagem de perdulário construída por uma pequena fatia e pela ficção literária, tenha se tornado uma regra; culpados são os cacauicultores que só investiam no cacau, quando poderiam ter sido comerciantes, exportadores, industriais e chocolateiros; culpados são os cacauicultores que não previram uma mudança no ciclo do cacau [...]; culpados são os cacauicultores por não terem se unido por um sentimento de consciência para defender interesses comuns. (PEIXINHO,1995, p.2)

Entretanto, a região atualmente vem caminhando na direção de novas possibilidades para a superação da crise que se configura na realidade ilheense. Dentre as alternativas possíveis para a geração de emprego e renda aos produtores rurais, tem-se a atividade turística como um vetor para o crescimento e desenvolvimento regional. Partindo das peculiaridades e potencialidades presentes na região, verifica-se que a opção pela dinamização da vertente do turismo cultural rural, representaria mais uma saída para os entraves verificados, a partir da formatação deste produto turístico.

6. METODOLOGIA

A pesquisa científica corresponde a uma atividade voltada para o diagnóstico e para a solução de problemas, através de processos científicos inseridos num arcabouço metodológico. Seu processo de investigação compreende um estudo aprofundado de determinados fenômenos e suas inter-relações, objetivando assim conhecer o funcionamento de determinada realidade, via utilização de métodos científicos.

Neste sentido, para atingir aos objetivos propostos, esta pesquisa apresentou dois momentos:

- 1) No primeiro momento, foi realizada uma análise crítica do *status quo* existente nas propriedades de turismo rural na costa do cacau, inseridas no cadastro da Bahiatursa (s.d), no que tange à sua localização, enquadramento conceitual frente à tipologia do turismo, aspectos ligados à infra-estrutura, atrações turísticas presentes nas propriedades, entre outras peculiaridades.

2) Posteriormente, buscou-se demonstrar as propriedades que apresentam potencialidades para a formatação do Turismo Cultural Rural, a partir de suas histórias, tradições²⁶, patrimônio arquitetônico e demais aspectos voltados à saga do cacau, colimando-se assim a valorização da cultura regional.

6.1 AREA DE ESTUDO

A partir de 1991 o Estado da Bahia foi dividido em sete áreas turísticas (Figura 5), com base em estudos técnicos, passando a considerar, para fins de investimentos, promoção e educação para o turismo, o conjunto de municípios hoje agrupados na Costa dos Coqueiros, na Baía de Todos os Santos, na Costa do Dendê, na Costa do Cacau, na Costa do Descobrimento, na Costa das Baleias e na Chapada Diamantina (SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA, 2002).

²⁶ O conceito de tradição adotado nesta pesquisa é entendido como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, “o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado histórico apropriado”. (HOBBSAWN; RANGER, 1997, p.09).



Fonte: <http://www.bahiatursa.ba.gov.br>

Figura 5: Mapa da Geografia Turística do Estado da Bahia.

Esta pesquisa abrangerá a zona turística da Costa do Cacau onde estão inseridos os municípios de Ilhéus, Canavieiras, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca. Estes municípios apresentam um grande potencial para o fomento da atividade turística, em virtude das belezas naturais e riquezas culturais existentes em suas localidades.

Em um diagnóstico realizado pelo Plano de Desenvolvimento Integrado para o Turismo Sustentável – PDITS (2002), no estado da Bahia, para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro - PRODETUR NE II , foram descritas as principais atividades dos municípios situados na Costa do Cacau, conforme verificado no quadro 01:

Quadro 1 : Principais atividades- Zona Turística da Costa do Cacau

Município	Principais atividades agroextrativistas
Itacaré	Cacau (em amêndoa) – R\$ 1.350 mil/ano Côco-da-baía – R\$ 889 mil/ano
Uruçuca	Cacau (em amêndoa) – R\$ 4.096 mil/ano Borracha (látex coagulado) – R\$ 317 mil/ano
Ilhéus	Cacau (em amêndoas) – R\$ 20.274 mil/ano Borracha (látex coagulado) – R\$ 1.414 mil/ano Mandioca- R\$ 1.383 mil/ano Côco-da-baía – R\$ 1.092 mil/ano
Una	Cacau (em amêndoas) – R\$ 10.479 mil/ano Dendê (côco)- R\$ 4.417/ano Mandioca- R\$ 3.931 mil/ano Côco-da-baía – R\$ 2.298 mil/ano Borracha (látex coagulado) – R\$ 1.834 mil/ano Pimenta do Reino – R\$ 241 mil/ano
Santa Luzia	Cacau (em amêndoa) – R\$ 3.087 mil/ano Borracha- R\$ 748 mil/ano Borracha (látex coagulado) – R\$ 249 mil/ano
Canavieiras	Côco-da-baía – R\$ 2.073 mil/ano Mandioca- R\$ 2.252 mil/ano Cacau (em amêndoas) – R\$ 1.685/ano

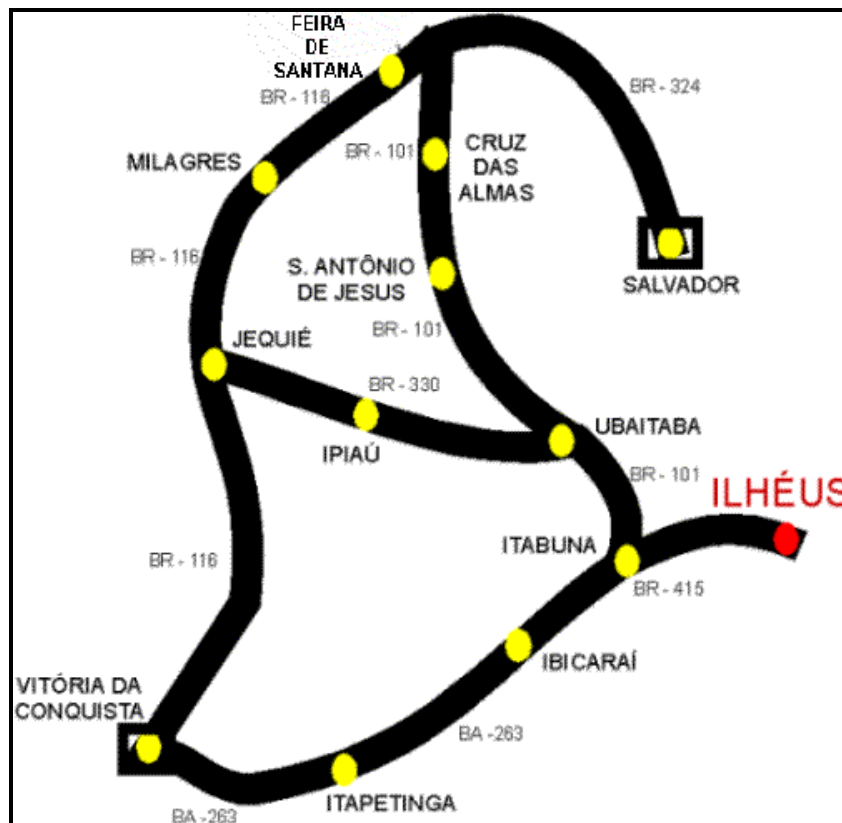
Fonte: IBGE/PAM/Silvicultura/PPM apud PDITS Pólo Litoral Sul, 2002.

Ainda segundo o diagnóstico retrocitado acerca da análise da dinâmica econômica e social, foi verificado que os municípios da Costa do Cacau, ainda possuem a maior parte de sua população residindo em áreas rurais. O caráter eminentemente agrícola de muitos deles, como Itacaré, Uruçuca e Una, por exemplo, é responsável por baixos níveis sociais. Por outro lado, Ilhéus apresentou os melhores níveis sociais, no que tange a empregos, índices sociais, serviços básicos e crescimento populacional. À seguir as peculiaridades de cada município:

6.1.1 ILHÉUS

No município de Ilhéus, o clima apresenta-se de forma agradável com temperatura média de 24,3°C. A distância de Ilhéus à capital é de 465 Km, tendo como rodovias de acesso a BA-001, BA-262 e BR-415, além de apresentar uma estrutura aérea e fluvial que possibilita um fluxo considerável de turistas, em especial, na alta estação. O seu parque hoteleiro registra 4.860 leitos (GUIA CULTURAL DA BAHIA, 1999, p. 178 apud CAIRO ,2001,p.15).

No que tange ao espaço territorial (Figura 6), o município está situado no Sudeste da Bahia, “limita-se ao Norte, com Uruçuca, Itacaré e Aurelino Leal; ao Leste, com o Oceano Atlântico; ao Oeste, com Itapetinga, Coaraci, Itajuípe, Itabuna e Buerarema e limita-se ao Sul com Una” (ALMEIDA, 1998, p.16-17).



Fonte: www.bitsnet.com.br

Figura 6 : Mapa de acesso a cidade de Ilhéus

A infra-estrutura de Ilhéus conta com o Aeroporto Jorge Amado, Porto de Ilhéus, Estação Rodoviária, Serviço de Informações Turísticas Ilheustur, Correios, Posto telefônico, bem como 9 agências bancárias. Referente aos meios de comunicação têm-se as emissoras de rádio: FM Cidade, Cultura AM, Gabriela FM, Novo tempo AM, AM Santa Cruz; e os jornais: Atitude, Diário da Tarde, Folha da Praia, Jornal da UESC e o Jornal Oficial. A cidade possui 4 áreas livres para eventos artísticos-culturais ; 2 arquivos; 3 auditórios; 4 bibliotecas; 6 casas de cultura; 2 galerias; 4 museus e 2 teatros. No que concerne ao seu patrimônio, apresenta diversas áreas naturais, destacando-se as unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada (APA) e o Parque Estadual da Serra do Conduro. Dos principais bens representativos da cultura e da história, têm-se: Bar Vesúvio; Capela de Sant`Ana; Casa da Rua 28 de Junho, 102; Matriz de São Jorge, Castelo Novo etc. , além de personalidades como: Adonias Aguiar Filho, Dom Eduardo e Jorge Amado.²⁷

6.1.2 CANAVIEIRAS

O município de Canavieiras possui uma área de 1.381 Km², apresentando uma distância de 596 Km da capital do Estado. Possui um clima tropical úmido e uma temperatura média de 24,5°C. Suas vias de acesso são a BA-001 Sul a 110

²⁷ Guia Cultural da Bahia, op. cit., p. 179

Km de Ilhéus e BA-270 a 79 Km da BR 101, via Santa Luzia (SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 2002).

A origem do nome Canavieiras é quase lenda, pois decorreria do nome da família Vieira (seus primeiros colonizadores) que cultivava a cana. Assim, a cana-dos-vieiras teria derivado o atual nome do município. Para Antenor Nascentes em seu dicionário etimológico da língua portuguesa, 'Canavieiras é, propriamente, o nome da gramínea *Sorgum saccharatum*, mas que se aplica à cana-de-açúcar, que dá bem na região dessa cidade', que hoje é chamada pelos jovens de 'Canes'²⁸.

Segundo dados fornecidos pela Assessoria de comunicação e imprensa da Prefeitura de Canavieiras-BA (1999) apud Leão (2000), existe no município, uma rede de hospedagem constituída de 24 estabelecimentos, distribuídos entre 19 pousadas e 5 hotéis, perfazendo um total aproximadamente de 330 unidades habitacionais (UH) e 850 leitos.

6.1.3 ITACARÉ

Um dos mais belos cenários da Costa do Cacau, Itacaré (do tupi-guarani ita-pedra e Karé-arcado, torto, há autores que admitem ítaca-rio marulhoso, e ré-deferente), apresenta uma área de 746 Km², distanciando de Salvador 428 Km. O município possui um clima tropical úmido e uma temperatura média de 25.0 °C. Seu acesso se dá através da BA-001, saindo de Ilhéus na direção Ilhéus/Itacaré,

²⁸ Idem, 2002, p.81

com um percurso de 65 Km até a sede do município (SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 2002).

Conforme Torres (2001, p. 19) a infra-estrutura da cidade demanda maiores cuidados, uma vez que, não possui bancos privados (apenas agência do Banco do Brasil) e hospitais (possui apenas um pronto socorro). No que se refere ao saneamento básico, “a situação é precária, pois o tratamento de água e esgoto são incipientes, e o fornecimento de energia elétrica é precário. Pode-se constatar que no período da alta estação ocorre freqüentes falta de água e de fornecimento de energia”.

Nos seus limites urbanos, a cidade de Itacaré possui 5 praias, 40 meios de hospedagem (hotéis e pousadas), perfazendo 835 leitos, 03 campings com área de 14.000 m², 36 bares e restaurantes, com 1.982 assentos e 19 barracas de praias, com 3.546 assentos²⁹.

O município de Itacaré apresenta-se como um local privilegiado, pois abriga a APA Itacaré-Serra Grande, fazendo parte de um dos ‘Hotspots’ do mundo, destacando-se “pela presença de costões recobertos pela floresta atlântica na linha preamar, manguezais, cascatas e cachoeiras de águas cristalinas, rios, riachos, mar, corais e praias belíssimas, resultando em cenários de beleza singular” (INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA- IESB, 1999? apud TORRES, 2001, p. 4).

6.1.4 SANTA LUZIA

²⁹ Idem, 2001, p. 19

O município de Santa Luzia é o mais recente da Costa do Cacau, tendo sido desmembrado de Canavieiras em 1985. Seu território possui grande beleza natural, abrigando cavernas, cachoeiras, poços, rios, lagoas, sendo ainda favorecida pela proximidade do mar.

No que tange aos aspectos gerais, Santa Luzia apresenta uma área de 783 Km² distanciando-se da capital do estado 564 Km. O tipo climático é tropical úmido e tropical úmido e sub-úmido, apresentando temperatura média de 24.1°C. O acesso ao município se dá através da BA-001, (virando a direita a 92 Km de Ilhéus), BA-270 e BR-101 (SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 2002).

6.1.5 UNA

O município de Una, antiga sesmaria da capitania de Ilhéus, está localizado a sessenta e quatro quilômetros ao sul de Ilhéus. Em tupi, Una significa *preto*, cujo nome se deve à coloração do rio que banha a cidade. Um aspecto relevante da cidade é a presença de grande diversidade de fauna e flora, sendo considerada por cientistas e ambientalistas uma das áreas mais importantes do planeta para a conservação ambiental. A região, inclusive, é o único *habitat* natural do mico-leão-da-cara-dourada, espécie ameaçada de extinção (SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 2002).

A área do município é de 1.179 Km², apresentando a distância de 548 Km de Salvador. O clima do local é o tropical úmido e a temperatura média de 24.7°C. O acesso é através da BA-001 Sul – 64 Km de Ilhéus.³⁰

6.1.6 URUÇUCA

O nome Uruçuca deriva de urucu-grosso, gordo, abelha grande e cõa – mato, erva, Mato da abelha grande ou do tupi-guarani – ‘ águas escuras’. No município estão localizados a Área de Proteção Ambiental Itacaré/Serra Grande e o Parque Estadual da Serra do Conduru, a terceira maior biodiversidade do mundo (SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 2002, p.53).

O município de Uruçuca possui uma área de 440 Km², distanciando-se de Salvador 405 Km. Seu tipo climático é tropical úmido, tropical úmido a subúmido e tropical seco a subúmido; A temperatura média é de 24,4°C. Seu acesso é através da BA-262, BA 001 e BR 101.³¹

6.2 COLETA DOS DADOS

Concernente ao levantamento dos dados, estes foram obtidos através de fontes primárias e secundárias. Nesta última modalidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir do acesso a livros, teses, dissertações, internet, documentos, romances de escritores regionais, como Jorge Amado, Adonias Filho, entre outros.

Conforme Lakatos e Marconi (1990,p. 66), “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]”. Esta tem como objetivo, colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, propiciando o exame do tema sob novo enfoque, para se chegar a conclusões inovadoras.

³⁰ Idem, 2000, p.73

³¹ Idem, 2000, 53

Nas fontes primárias, foi realizada uma pesquisa de campo, tendo como técnica de pesquisa a ser utilizada a realização de entrevistas estruturadas, via utilização de formulários, direcionadas aos proprietários das fazendas que praticam o turismo rural na Costa do Cacau e nas fazendas com potencialidades para o fomento da modalidade turismo cultural rural.

A pesquisa de campo tem por objetivo o levantamento de dados no local onde ocorre determinado fenômeno. Ainda para as autoras³², tal pesquisa, visa obter “informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Referente às entrevistas estruturadas ou padronizadas, o pesquisador segue um roteiro estabelecido previamente, no qual o intuito da padronização é a obtenção por parte dos entrevistados, de respostas às mesmas perguntas, permitindo assim que “todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas”. (LODI, 1974, apud LAKATOS e MARCONI, 1990, p.85).

Outrossim, o formulário possibilita ao pesquisador obter informações diretamente do entrevistado, ou seja, a partir de um contato face a face, onde o entrevistador preenche as perguntas no momento em que se realiza a entrevista. Dentre as vantagens de tal procedimento, observa-se que poderá ser utilizado em diversos segmentos da população, uma vez que o preenchimento é feito pelo entrevistador; Há oportunidade de estabelecer *rapport*, devido ao contato pessoal;

³² Idem, 1990, p.75

O entrevistador poderá explicar os objetivos da pesquisa, bem como elucidar eventuais dúvidas às perguntas; Possibilidade de flexibilização no que se refere à adaptação as necessidades de cada situação; entre outros aspectos.

Por fim, também foram utilizadas técnicas de observação "*In loco*" e levantamento fotográfico a fim de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa.

6.3 UNIVERSO/ AMOSTRA

Para a definição do universo a ser trabalhado no primeiro momento da pesquisa foi, inicialmente, realizado um estudo exploratório junto aos órgãos públicos, para delimitar a quantidade de fazendas que se utilizam da atividade do turismo rural na Costa do Cacao.

A pesquisa exploratória tem por objetivo formular um problema ou esclarecer questões para desenvolver hipóteses. Dessa forma, vê-se que o estudo exploratório, que são investigações de pesquisa empírica, possibilita o aumento da familiaridade do pesquisador com o fenômeno ou com o ambiente que pretende investigar, servindo de base para uma pesquisa futura mais precisa (DENCKER, 2001).

Nesta mesma linha de entendimento, Lakatos e Marconi (1990, p.77), relatam que os estudos exploratórios correspondem às investigações de pesquisa empírica que possui como objetivo a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: "desenvolver hipóteses, aumentar a

familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.”

Assim, o universo desta pesquisa corresponderá as dez propriedades que ofertam o turismo rural na Costa do Cacau, segundo o cadastro da Bahiatursa (s.d), a citar: Fazenda Tororomba, Fazenda Primavera, Fazenda Santa Cruz, Fazenda Ardenas, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Vida, Fazenda Villas de São José, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Rainha do Sul e Fazenda Alto da Esperança. A delimitação deste universo compatibiliza-se com a proposta metodológica do primeiro momento da pesquisa definido no item 6.

Para o segundo momento, também foi realizado um estudo exploratório junto a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), através do CENEX (Centro de Educação e Extensão Rural) com sede em Ilhéus-Ba. Devido ao grande número de propriedades existentes na Costa do Cacau, recorreu-se à seleção de uma amostra não probabilística por julgamento ou intencional, no qual o pesquisador seleciona o que acredita ser a melhor amostra para o estudo de um determinado problema, ou seja, são usados critérios profissionais, ao invés do acaso, na seleção dos entrevistados. Assim, as pessoas-chave, neste caso os proprietários das fazendas, foram selecionados para as entrevistas pelo pesquisador (REA e PARKER, 2000).

Assim, foram selecionadas as fazendas a partir da orientação de agrônomos e técnicos agrícolas do CENEX que prestam assistência técnica, agronômica e creditícia nas áreas de ação do escritório de Ilhéus que abrangem seis zonas: Rio do Braço, Cachoeira, Castelo Novo, Aritaguá, Jacu e Maruim. Destas, as duas

primeiras zonas foram selecionadas em virtude da maior tradição na história regional da saga do cacau. Buscaram-se assim fazendas que atendessem os seguintes requisitos: Acesso fácil; tradição na cultura cacauera, presença da casa sede (na maioria dos casos com casarões antigos que retratam a cultura regional) e recursos naturais com paisagem rica e agradável.

Desta forma, na Zona do Rio do Braço, no eixo Ilhéus-Uruçuca foram selecionadas as seguintes propriedades: Fazenda Terezinha de Jesus, Riachuello, Rio do Braço, Remanso, Norma, Estrela da Manhã e Provisão.

No eixo Ilhéus-Itabuna, que corresponde a Zona Cachoeira, foram selecionadas: Fazenda Alegria, Boa Lembrança, Aliança, Providência, Diva e Porto Novo.

Observe-se que na figura 7 pode ser visualizada tanto a estrada correspondente ao eixo Ilhéus-Itabuna como ao eixo Ilhéus-Uruçuca, onde estão situados a zona cachoeira e a zona do Rio do Braço respectivamente.



Zona Cachoeira e Zona do Rio do Braço

Figura 7 : Mapa do Sul da Bahia, Costa do Cacau.

Fonte: <http://www.bahiatursa.com.br/Sac/infac.html>.

6.4 METODOS E TRATAMENTO DOS DADOS

Foi utilizado nesta pesquisa o método descritivo, que segundo Dencker (2001), corresponde a uma investigação de pesquisa empírica cuja finalidade é delinear ou analisar fenômenos, avaliar programas ou isolar variáveis-chave. Descrevem as situações utilizando critérios quantitativos que estabelecem proporções e correlações entre as variáveis observadas, procurando

elementos que permitam a comprovação das hipóteses. Utilizam como técnica de coleta de dados entrevistas pessoais, questionários, entre outros.

Vale salientar ainda que o método da História Oral foi utilizado em alguns momentos da pesquisa, em especial nas entrevistas realizadas junto aos proprietários das fazendas com potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural rural. Quanto à abordagem deste tipo de investigação Dias (2001, p.6) comenta:

No campo da História Oral é possível distinguir três tendências: Tradição Oral, História Oral de Vida e História Oral Temática. Na primeira, o grupo é tido como mais importante que o indivíduo, esse tipo de estudo é indicado para as sociedades que tem apenas a tradição da fala, a transmissão de seus valores. Nesse caso é exigida do entrevistador a extrapolação das entrevistas, devendo o mesmo participar do cotidiano do grupo observado. Quanto à História Oral de Vida, as vivências individuais, toda a trajetória de vida do sujeito (desde seu nascimento) constitui o centro das análises. Na História Oral Temática a coleta de depoimentos é privilegiada a fim de que esclareçam determinada temática.

A narrativa na História Oral que valoriza o caráter temático, “não diz respeito, necessariamente, à totalidade da vida da pessoa, mas os aspectos da vivência”. (FONSECA, 1997, p.38 apud DIAS, 2001, p.6). Neste sentido optou-se, nesta pesquisa, pela vertente da História Oral Temática.

6.5 VARIÁVEIS DA PESQUISA

As variáveis analisadas são entendidas como tudo aquilo que possui diferenças, inconstâncias, que pareçam ser relevantes justificar ou explicar características complexas de um problema ou comportamento. Conforme Barros

(2000, p.83), variável “é todo aquele elemento ou característica que varia em um determinado fenômeno”.

Em suma, as variáveis são, portanto, “aspectos observáveis de um fenômeno, os quais podem apresentar variações, mudanças e diferentes valores em relação a um dado fenômeno e entre fenômenos”.³³

Buscando alcançar os objetivos propostos, foram selecionadas variáveis-chave, que permitam demonstrar as peculiaridades das fazendas no que tange à modalidade do turismo cultural rural. A partir da literatura existente, tornou-se possível detectar os aspectos indispensáveis para formatar a vertente supracitada.

Assim, para selecionar as variáveis foram utilizados: Um estudo de caso sobre turismo rural realizado na fazenda primavera, no município de Ilhéus por Calixto (2003), cuja metodologia foi baseada no trabalho de Boo (1995) ; O trabalho de Oliveira (2002) acerca do planejamento do turismo rural; A pesquisa sobre o turismo rural na Costa do Cacaú realizada por Garrido (1997), bem como as características propostas pela ABIH (2002), já citados no referencial teórico desta pesquisa, além de outras peculiaridades referentes ao turismo cultural. Dessa forma, da análise conjunta de tais trabalhos, foram extraídas as seguintes variáveis (indicadores):

1. RECURSOS NATURAIS EXISTENTES: Neste item serão descritos os recursos existentes como: rios, riachos, lagoas, cachoeiras, florestas, animais silvestres, entre outros, presentes nas fazendas.

³³ Ibidem, 2000, p.83

2. VISITANTES E SEU NÍVEL DE VISITAÇÃO: Verificar se existem dados estatísticos sobre o perfil dos visitantes.
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS FAZENDAS: Serão verificados a existência de parques esportivos; passeios a cavalo; passeios ecológicos; charretes; salão de convenções; piscina térmica, entre outras.
4. TIPO DE DIVULGAÇÃO UTILIZADA PELO TURISMO: revistas nacionais e internacionais; panfletos; internet; cartazes; propaganda em televisão; jornais, rádio.
5. PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE – Verificar a existência de materiais educativos sobre a preservação da natureza; estudos de impactos ambientais no local e outros recursos que visem minimizar os possíveis malefícios causados ao meio ambiente para consolidar o desenvolvimento turístico sustentável.
6. INFRA-ESTRUTURA GERAL – Serão analisados os elementos que contribuem para a qualidade do produto turístico, que beneficiam tanto a comunidade local como o turista, como: vias de acesso, saneamento básico, rede de energia elétrica, sinalização turística e serviços de transportes.
7. RECURSOS HUMANOS EXISTENTES: Número de funcionários de cada fazenda; Treinamento oferecido aos funcionários.
8. MEIOS DE HOSPEDAGEM: Verificar se a fazenda oferece pernoite; qual o número de unidades habitacionais e número de leitos.
9. INTERAÇÃO ENTRE AS FAZENDAS E A COMUNIDADE LOCAL: Observar a existência de cooperativas, associações e organizações não-governamentais envolvidas com o turismo realizado na fazenda; Tipos de negócios ou serviços relacionados ao turismo que envolve a população do entorno.
10. ATIVIDADE AGROPECUÁRIA PRODUTIVA - verificar a existência de monocultura ou plantações diversificadas que possibilitam a interação do turista com o ambiente da fazenda, observando ainda se são utilizados os processos produtivos como atração turística.

11. CONTATO COM A CULTURA E A TRADIÇÃO LOCAL – Identificar a existência de construções rurais como elemento da oferta turística rural; verificar a existência de museu/exposição de interesse histórico-regional nas fazendas; Observar a existência de lojas de artesanatos e venda de produtos típicos da fazenda; oferta da gastronomia típica regional.

12. OUTROS ASPECTOS DO EMPREENDIMENTO – Verificar se atividade turística na fazenda é rentável; existência de planos futuros para a propriedade; dificuldades existentes para a melhoria da atividade turística na fazenda; entre outras.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme proposta metodológica já exposta nesta pesquisa, neste item será inicialmente analisado o *status quo* das fazendas que já desenvolvem a atividade turística e estão cadastradas na Bahiatursa (subitem 7.1) e posteriormente serão mostradas outras propriedades situadas na Costa do Cacau que apresentam potencialidades para fomentar o turismo (subitem 7.2).

7.1 FAZENDAS CADASTRADAS PELA BAHIATURSA

Neste subitem buscou-se analisar as dez propriedades que ofertam o turismo rural na Costa do Cacau segundo o cadastro da Bahiatursa (s.d), a citar: Fazenda Rainha do Sul, Fazenda Santa Cruz, Fazenda Tororomba, Fazenda Primavera, Fazenda Ardenas, Fazenda Santo Antônio, Fazenda Vida, Fazenda Villas de São José, Fazenda Boa Esperança, e Fazenda Alto da Esperança.

7.1.1 A FAZENDA RAINHA DO SUL

A Fazenda Rainha do Sul está localizada na BR 101, Km 580, no município de Camacã. *A priori*, ressalta-se desde já, o equívoco da Bahiatursa em cadastrá-la como o produto “turismo rural” na Costa do Cacau, uma vez que o município

citado não faz parte dos locais que integram a zona turística em análise. Todavia, malgrado contemplado no cadastro do órgão mencionado, a análise do local será pertinente neste estudo, por se tratar de uma fazenda que possui certas peculiaridades compatíveis com a atividade turística. Sugere-se, portanto, uma atenção maior para equívocos como este, a fim de se evitar possíveis dúvidas quanto à divisão geográfica da atividade turística da Bahia.

Segundo informações obtidas junto à proprietária da fazenda, a Senhora Maria Joaquina Moura Pinto Marita, a propriedade constitui-se de uma herança provinda de seus avós, entrando hoje na sétima geração do cultivo da cultura do cacau. Tal atividade agrícola sofreu uma brusca redução em virtude da crise econômica da região, só agora retornando suas atividades a partir da clonagem dos cacauzeiros. Vale ressaltar, que a fazenda constitui-se no primeiro pólo de experimento no campo de plantas clonadas com materiais tolerantes a “Vassoura de bruxa” nas experiências desenvolvidas pela CEPLAC. No que se refere ao processo produtivo do cacau como atração turística, ainda não existe uma ação sistematizada para a exploração nesta área, embora haja um projeto em andamento. Através da consolidação de tal projeto, poder-se-á formatar o turismo rural, a partir do preenchimento de um dos seus requisitos essenciais, que é a existência de atividade agropecuária produtiva.

Através da orientação da Bahiatursa, as casas dos trabalhadores rurais foram transformadas em hospedarias para as pessoas em trânsito pela BR 101. Esta iniciativa compatibiliza-se com um dos preceitos do turismo rural, pois visa uma complementação de renda para os trabalhadores da fazenda, além de permitir pernoite no local, fato este imprescindível para acompanhar o dia-a-dia

do campo. A fazenda dispõe de oito apartamentos de dois quartos, totalizando trinta e dois leitos.

Dentre os recursos naturais presentes na fazenda, pode-se citar: riacho, floresta, trilhas e animais silvestres. A proposta do turismo na fazenda, cujo projeto conforme visto, encontra-se em andamento, contempla a formatação de trilhas pela mata do cacau e da reserva de mata virgem, o acesso às instalações de beneficiamento do cacau e também da produção do chocolate caseiro.

A fazenda dispõe de uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes desde 1994, sendo este material de grande importância para o planejamento da atividade turística. Sabe-se que conhecer o perfil da demanda turística de determinado destino possibilita a realização de diversas ações, como o incentivo à expansão e exploração do setor, além de servir como subsídio para formatação de produtos turísticos, seja pela iniciativa pública, seja pela privada. É crível assim, que a iniciativa de conhecer os principais aspectos que motivam as visitas dos turistas na fazenda, corresponde um passo importante no planejamento turístico do local.

A fazenda oferece aos visitantes atividades como passeios a cavalo, passeios ecológicos, além de um salão de convenções. Tais atividades são de grande importância para os turistas, uma vez que possibilita o contato maior com a natureza e oportuniza desfrutar de momentos não comuns nos grandes centros urbanos. Não existe horário definido de atividades culturais e de lazer na fazenda, ficando a mercê do interesse do hóspede.

Quanto ao tipo de *marketing* utilizado na fazenda tem-se: panfletos, internet, cartazes e rádio. Contudo, a grande fonte de informação sobre a

fazenda, segundo a proprietária, é através do “boca a boca”. Este sem dúvida, gera um efeito multiplicador considerável, pois o turista uma vez satisfeito com sua estada em determinado local, será um intermediador e motivador para que outros visitantes busquem determinados destinos. Neste sentido buscar a fidelização do cliente, a partir de um bom atendimento representa um aspecto de suma importância para o empreendedor do turismo. Nas palavras de Zenone (2001), a necessidade de conquistar e manter clientes leais está transformando o relacionamento no principal bem da empresa. Assim, observa-se que o diferencial hoje está centrado no atendimento ao cliente.

No que se refere à estreita relação do turismo com a natureza, sabe-se que hoje há uma grande preocupação com a preservação ambiental, na qual se busca cada vez mais, alcançar a estabilidade ecológica do meio rural. Estudos de impacto ambiental, por exemplo, representam uma ferramenta importante para atingir a sustentabilidade ambiental de locais que desenvolvem a atividade turística. A fazenda Rainha do Sul ainda não possui estudos desta natureza, embora haja um cuidado de preservar as espécies nativas da mata atlântica. Nos passeios na fazenda são distribuídos aos hóspedes um kit contendo: um cartão com a distância entre cidades próximas com a mensagem: “Mantenha nossas estradas limpas”; um saco plástico escrito: “Lixo” o emblema de reciclagem e também “Ajude-nos a manter as nossas estradas limpas”; Há ainda em todos os apartamentos cartazes mostrando a necessidade de preservar a “nossa casa”, o planeta Terra, assim como a água e energia, bens em extinção.

Quanto à infra-estrutura geral, a fazenda possui captação de água, distribuição de energia elétrica e coleta de lixo, na qual se realiza uma reciclagem em sacos para a coleta pela prefeitura, bem como a seleção de materiais

biodegradáveis (compostagem e alimentos para peixes). Quanto à sinalização turística, o local dispõe de uma placa luminosa de sinalização da pousada, não apresentando, porém, uma interpretação ambiental e cultural de objetos regionais e/ou espécies vegetais. Os serviços de transportes externos utilizados para chegar a propriedade são carro e ônibus. Os internos são burros para o trabalho na fazenda e cavalos para montaria.

O número de funcionários na fazenda são dezessete, apresentando um incremento de mais cinco na pousada, em virtude do turismo. Quanto a treinamentos oferecidos a estes, a proprietária relata que o Senac dispõe de cursos para recepcionistas e camareiras, também extensos a outras pessoas interessadas na comunidade.

Conforme exposto anteriormente neste estudo, observa-se que a gastronomia regional constitui um aspecto de grande importância para a atividade turística. Tropa (2000, p.38), aborda que uma boa comida caseira ou típica regional atrai muitos visitantes e é um fator determinante para o seu retorno. “Quem gostou do tempero e do atendimento vai querer voltar e, certamente, vai recomendar aos amigos”. A Fazenda Rainha do Sul oferece comida caseira aos visitantes, possuindo um restaurante com capacidade para atender quarenta e cinco pessoas.

No que concerne a interação da fazenda com a comunidade local, observa-se que inexistente associação, cooperativa, entre outros órgãos envolvidos com o turismo, segundo as informações da proprietária. A população do entorno se beneficia a partir do emprego da mão-de-obra no plantio, cultivo e beneficiamento do cacau, que vem retomando suas atividades.

A respeito do patrimônio histórico-cultural, são preservadas até hoje o estilo das casas, portas, janelas, telhados, entre outros, característicos do processo produtivo do cacau. O ajardinamento é feito com a vegetação nativa da fazenda. A Pousada dispõe de um acervo doado pela família de objetos, fotos, enfim um memorial. Possui também um mural onde se encontra registrado com fotos e legendas, toda a formação histórica da região, assim como o registro histórico desde o início da agricultura do cacau, fruto de uma pesquisa de oito anos. Dispõe também de uma loja para venda de artesanatos.

Por fim, a proprietária revela que a atividade da fazenda não é rentável. Apesar disso, existem planos futuros para o empreendimento como a ampliação de suas instalações e organização de visitas sistematizadas e programadas para turistas interessados em conhecer a cultura do cacau e história regional. Das maiores dificuldades apontadas para a melhoria da atividade turística, a falta de recurso financeiro, representou o maior entrave. Enfim, mesmo com o cadastro da fazenda no órgão da Bahiatursa, poucas mudanças significativas ocorreram, segundo a proprietária da fazenda.

Em linhas gerais, observa-se grandes possibilidades de desenvolvimento da modalidade do turismo rural na fazenda, sanando-se desde já, a paralisação da atividade agrícola, bem como do turismo cultural rural, se respeitadas as propostas deste estudo. Nos moldes atuais, poder-se-á enquadrar a atividade desenvolvida na fazenda, respeitadas as divergências terminológicas das tipologias do turismo rural, como pousada rural, que segundo Rodrigues (2001, p.113) apresenta menor porte e menos luxo, onde se busca oferecer aos visitantes a fruição da vida no campo, sem muita sofisticação.

Detentora de uma grande beleza natural, a Fazenda Santa Cruz, localizada no Km 7 da BR 101, no trecho Itabuna – Buerarema, está inserida no cadastro da Bahiatursa como modalidade do Turismo Rural na Costa do Cacau. Aqui também se verifica um equívoco do órgão mencionado, no que tange a impropriedade do ponto de vista da geografia do turismo na Bahia. Todavia, pelos mesmos fatores elencados com relação à Fazenda Rainha do Sul, faz-se mister analisar esta fazenda. Vale ressaltar que nada impede que tanto uma, como a outra, possam incrementar o turismo rural e/ou turismo cultural rural, nas localidades ao qual pertencem, até por que os municípios de Camacã e Itabuna respectivamente possuem marcos fortes da riqueza histórico-cultural oriunda da atividade cacauzeira.

A população de cidades circunvizinhas que costumam freqüentar a Fazenda Santa Cruz, buscam o Pesque e Pague como atrativo, embora a proprietária, a Senhora Maria Celeste Barroco Fontes, diz inexistente este recurso, uma vez que não há uma manutenção e orientação específica para este sentido. Todavia, o local possui um rio com uma represa urbanizada, onde pescadores passam as tardes desfrutando desta atividade, podendo inclusive alugar o material para pescaria e posteriormente degustar o peixe no restaurante da fazenda, constituindo-se assim em um pesque e pague.

Para a literatura existente do turismo, as atividades de pesque e pague são realizadas em lagos artificiais formados por represamentos de rios, comumente rotulados de turismo rural. Entende-se, porém nesta pesquisa que se trata de lazer em espaços rurais.

A fazenda possui mais de cinquenta anos, dos quais em seis, foi aberta ao público via sistema *day use*. Alguns projetos para o desenvolvimento da atividade turística na propriedade foram formatados pelos senhores Hélio Estrela Barroco da Universidade Estadual de Santa Cruz, Diógenes Rebouças e Ronan Rebouças.

Apesar de tais iniciativas, a proprietária afirma não desenvolver quaisquer atividade voltada para o turismo, por entender que há neste caso, a necessidade de dedicação maior e oferecimento de pernoite no local, conforme os moldes de definição do turismo presente neste estudo. Segundo a mesma, a propriedade abre nos finais de semana devido ao restaurante situado no seu interior, bem como para oportunizar seus funcionários, cujo número é de vinte e dois, auferirem uma renda “extra” com a chegada de visitantes. Também o local é disponibilizado para eventos como casamentos, batizados, retiros, aniversários e outros.

Das atividades agropecuárias produtivas existentes na fazenda tem-se o cultivo e beneficiamento do cacau e a criação de coelhos para o abate e posterior venda a particulares, além de ser um prato recomendado no restaurante. Apesar da presença de tais atividades, não são utilizados os processos produtivos como atração turística.

Um aspecto que vale ressaltar é o atendimento familiar na propriedade. A senhora Celeste recebe seus visitantes, junto com seu esposo, com muita atenção e dedicação, além de ser aquela também responsável, pelas comidas e lanches servidos como: peixe frito, coelho assado, carne de sol, frango ensopado,

picolé, entre outros. O restaurante da fazenda tem capacidade máxima de atendimento a 180 pessoas, funcionando das 12:00 às 16:30 horas.

Neste sentido, conforme já exposto no referencial teórico da pesquisa, Zimmermann (1996) elenca os princípios fundamentais do turismo rural, a saber: identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes, divulgação dos costumes, atendimento familiar. Assim, este último é sinônimo da própria razão de ser da atividade e a Fazenda Santa Cruz preenche tal requisito de forma satisfatória.

Dentre os recursos naturais presentes na fazenda pode-se citar: rio (apto também para “pedalinhos”), floresta, trilha e animais silvestres como araras, tucanos, entre outros pássaros. Existem também diversas atividades como parque esportivo (campo de futebol); passeios a cavalo; passeios ecológicos, charretes; salão de convenções, sala de brinquedos para crianças e parque infantil.

A fazenda realiza constantemente pesquisas sobre o perfil dos visitantes, cuja importância já fora discutida anteriormente. A divulgação do local é basicamente o “boca a boca”, forma pela qual, a maior parte dos visitantes ficou sabendo da existência da propriedade. Além disso, revistas nacionais, internet e a emissora de televisão local, também fazem propagandas da propriedade.

Segundo a proprietária, grande parte do público que frequenta o local com maior assiduidade são evangélicos (dezoito igrejas filiadas), que realizam batizados e retiros. Sob tal aspecto, Rodrigues (2001, p.114), ao tratar dos elementos de classificação do turismo rural de natureza contemporânea, conforme sua proposta, cita o turismo rural místico ou religioso, que segundo a

mesma é uma modalidade em crescente expansão no Brasil. “Alguns estabelecimentos estão ligados à religião, enquanto outros são centros de vivência comunitária, vinculados à meditação e práticas místicas.” Embora não voltada especificamente a esta vertente, a Fazenda Santa Cruz, apresentaria também certa inclinação para figurar como Turismo Rural Religioso. Também a modalidade turismo rural científico-pedagógico, poderia se pensada, pois a fazenda também recebe constantemente um público de alunos de escolas e faculdades próximas.

Quanto à infra-estrutura geral, observa-se que a captação de água é feita via cisternas, ou seja, reservatórios de água, que são regularmente tratadas. Há esgotos para o despejo orgânico, bem como coleta de lixo, mediante reciclagem. Também a fazenda dispõe de distribuição de energia elétrica. O serviço de transporte utilizado para chegar a fazenda é feito por carro e/ou ônibus. Internamente, utilizam-se animais como jegues, burros e cavalos.

Outrossim, inexistente sinalização turística no local. A proprietária relata que não há placas que sinalizem a fazenda, ora por questões de segurança, ora por que o DNR (departamento nacional rodoviário) só autoriza a inclusão de placas a 40 metros da BR, o que considera inviável. Internamente também inexistente sinalização. Interessante é que a Senhora Celeste relata que os visitantes não dão importância para placas e até panfletos que anteriormente eram distribuídos aos mesmos, como por exemplo, com orientações para preservação ambiental. Para harmonizar suas atividades com o meio ambiente, a proprietária recorre ao “boca a boca” junto aos visitantes. Destarte, também não foram realizados estudos de impacto ambiental.

A fazenda apresenta um patrimônio histórico-cultural constituído pela presença de barcaças e outras construções rurais, que retratam toda a saga do cacau. Objetos como móveis antigos, fotos, imagens sacras e até um piano, compõem um cenário interessante para fomentar futuramente, a modalidade do turismo cultural rural. Não há lojas para a venda de artesanatos.

Com relação a planos futuros para o turismo no empreendimento, a proprietária não demonstra interesse, e inclusive pensa na possibilidade da venda do imóvel. A falta de recursos financeiros é considerado o maior entrave para o desenvolvimento da atividade turística. Quanto à inserção da fazenda no cadastro da Bahiatursa, não ocorreram mudanças significativas.

Recorrendo aos ensinamentos de Rodrigues (1996, p.106), a autora cita o lazer periurbano, cujo rótulo indica um hibridismo. Vejamos suas considerações:

[...]pode ocorrer que as instalações, antes de cunho rural, tenham sofrido modificações no uso, como antigos haras que mudando de função, hoje são adaptados e alugados para festas de casamento. O caso se complica um pouco com chácaras de veraneio, que nunca tiveram cunho rural, a não ser pelo fato de estarem localizadas em zonas periurbanas e que, atualmente, também são alugadas para festas de caráter totalmente urbano. Que rótulo poderíamos dar aos dois exemplos citados? Turismo rural, turismo urbano, ou turismo em espaço rural? Nenhuma dessas nomenclaturas é rigorosamente correta, considerando-se de início, que tais atividades nem se caracterizam como turismo, e sim como lazer. Como sugestão, devemos lançar mão de um rótulo que indique o hibridismo, como o lazer periurbano.

Observa-se que a Fazenda Santa Cruz poderia também se enquadrar de certa forma na nomenclatura supracitada, uma vez que há certas modificações em suas instalações, para o aluguel de festas de casamento, por exemplo, onde o lazer periurbano, configura-se no acolhimento de visitantes, não figurando como turismo. Tal enquadramento, porém, dependerá da formatação prévia da tipologia do turismo que se busca desenvolver. Como a proprietária, desde logo, diz não

existir a prática do turismo, melhor seria, caso haja interesse da mesma, divulgar seu produto como “Lazer na Fazenda” ou ainda, “Restaurante Rural”, tendo em vista o sistema *day use* e demais caracteres já abordados.

7.1.3 A FAZENDA TOROROMBA

Situada na rodovia Olivença-Ilhéus, a fazenda Tororomba existente desde 1982, começou a desenvolver a atividade turística a partir de 1994, onde foi realizado um projeto para este fim pelo seu proprietário Roberto de Castro e Azambuja. Segundo este, a fazenda possui como atividades produtivas a extração de látex, piaçava e coco, onde a maioria dos hóspedes buscam enriquecer seus conhecimentos principalmente em relação a seringueira, malgrado não haja uma utilização específica do processo produtivo como atração turística.

A fazenda possui uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes, desde o início de suas atividades, na qual se constatou que a maioria dos turistas é envolvida com ecologia, arte e atividades sócio-culturais, peculiaridades estas que o proprietário identifica a tipologia do turismo no local. Apesar de não o dizer expressamente, percebe-se que o ecoturismo constitui o grande foco turístico da fazenda.

Os recursos naturais são diversos a citar: riacho, lagoa (possuindo uma represa), cachoeira (bica e hidromassagem natural), floresta, trilhas e animais silvestres. Na proposta de turismo na fazenda, os passeios ecológicos pelas trilhas representam uma atração imperdível para os amantes da natureza.

Quanto ao tipo de *marketing* utilizado na fazenda, os panfletos e a internet representam o foco de divulgação da mesma. Os visitantes, em sua maioria, ficaram sabendo do local via internet e/ou guias turísticos.

No que pertine a preocupação ambiental, a fazenda mantém um trabalho social com atividades ecológicas, oficinas de artesanato com reciclagem, noções de meio ambiente para crianças e adolescentes da comunidade e oficina de papel reciclado, atividades estas que os hóspedes muitas vezes acabam interagindo. Ao ser indagado a respeito da existência de algum estudo sobre impacto ambiental na fazenda, o proprietário respondeu:

Sofri impacto ideológico. A fazenda quando cheguei era só pasto abandonado com tirica e calumbi. O impulso que tive para fazer a fazenda e a plantar seringueiras foi através de ofertas feitas pelo administrador de Olivença em 1984/93, o Sr. Fred Gedeon III; corretores e várias outras pessoas me convidavam para fazer um loteamento, alegando ser uma área muito bonita. Para neutralizar as boas intenções, plantei seringueiras que tem lei de segurança nacional contra derruba e posteriormente fiz diversas casas espalhadas para garantir o resto da área; nessa fase me apareciam pessoas envolvidas em órgãos ambientais me convidando para abrir uma ONG [...]. Ao invés de abrir mais uma sigla, preferi fortalecer uma já existente e por volta de 1990 abri um núcleo da ONG Grama de Itabuna, única na época, que depois de quase dez anos vieram até a fazenda durante um encontro da APEDEMA, e não foi por falta de convite. A UESC faz encontro de Ecologia e não coloca o que Albergue da Juventude faz [...], o que ocorre é a visita de vários biólogos e estudantes de Curitiba e Brasília virem no sábado e domingo visitar a fazenda e nos indagar por que não estávamos como opção de hospedagem por ter tudo a ver com a ecologia sustentada.

Destarte, quando perguntado quais as atividades realizadas na fazenda para minimizar os impactos ambientais, o proprietário respondeu: “Me isolar na fazenda durante muitos anos e hoje em dia não ver a hora de voltar para o Rio de Janeiro.”

A infra-estrutura disponível na fazenda tem como captação e tratamento de água, o órgão da Embasa; O despejo orgânico é feito via fossas e a coleta de lixo é realizada pela prefeitura; A energia é distribuída pela Coelba. Quanto à

sinalização turística, a fazenda tinha anteriormente placas com identificação e nomes científicos de espécies de árvores, bem como sua finalidade. Hoje, porém são inexistentes. O transporte externo é feito por carros e ônibus e internamente, a fazenda dispõe de veículos como topic, bugre e trator.

Referente aos recursos humanos, há pouca rotatividade em função do turismo, e inclusive muitos funcionários possuem mais de dez anos trabalhando na fazenda onde são oferecidos treinamentos para os mesmos.

A fazenda possui pernoite, apresentando 120 números de leitos, onde existem 14 suítes, 9 chalés e uma casa com 32 leitos. São oferecidos jantares, almoços e lanches aos hóspedes, possuindo um restaurante com capacidade de atendimento para cinquenta clientes. As atividades culturais e de lazer, não possuem programações pré-estabelecidas, acontecendo naturalmente.

No que se refere a organizações envolvidas com o turismo na fazenda, tem-se uma entidade filantrópica centro cultural e profissionalizante na fazenda Tororomba. Não há um apelo histórico-cultural no que concerne a saga do cacau, bem como objetos, documentos e/ou museus pertinentes à história regional. Contudo, a venda de artesanatos e produtos típicos são de criação própria da fazenda.

Ao ser indagado acerca da rentabilidade da atividade turística da fazenda, o proprietário não apresenta uma visão otimista, ressaltando ainda que com a política de “abandono que vem sendo adotada em Ilhéus e os reflexos dos dez anos ou talvez até quinze anos passados, só poderia estar fora de rota e destino; quem tem um pouquinho de juízo não vem para Ilhéus[...]”. Outrossim, o Sr. Roberto, demonstra insatisfação e decepção veemente com o poder público local,

ressaltando ainda que a Bahiatursa desenvolve um bom trabalho, embora Ilhéus não se apresente em sintonia com suas ações.

Em uma dissertação desenvolvida por Fontes (2001, p.117) sobre o turismo de Ilhéus, cuja análise teve como foco as vantagens comparativas versus as vantagens competitivas, ao abordar o papel do governo, e em especial, o desempenho do Governo Municipal em relação ao setor turístico, os entrevistados assim avaliariam: 46,2% responderam que consideravam ruim, 30,8% como regular e 23,1% como bom. Tal avaliação “demonstra a tendência de insatisfação do *trade* com o governo local, considerando que muitos dos problemas do município, discutidos ao longo das análises, são creditados à inoperância das autoridades municipais”.

Os depoimentos dos entrevistados resultaram em vários indicadores sobre a competência e os principais trabalhos que devem ser realizados pelo Governo Municipal, podendo assim ser sintetizados: 1) melhoria da Infra-Estrutura Básica, 2) desenvolvimento de um plano municipal com vistas ao desenvolvimento da atividade turística, participativo e integrado, 3) divulgação e propaganda, buscando inclusive parcerias, 4) facilitador e incentivador da atividade turística.³⁴

Diante dos argumentos expostos, observa-se que a fazenda Tororomba ou ainda o albergue da juventude, conforme inserido no cadastro de Turismo Rural da Bahiatursa, não apresenta um direcionamento específico para a dinamização desta modalidade do turismo. Cadastrar uma fazenda que possui inclusive um

³⁴ Ibidem, 2001, p.118.

grande apelo ecoturístico como turismo rural, fere as motivações dos turistas que buscam tal vertente. Melhor seria turismo no meio e/ou espaço rural, que segundo Moletta *apud* Mira (2002, p.2), já citado anteriormente, “a atividade turística que ocorre no meio rural poderá enquadrar-se em alguns tipos de turismo, tais como: **turismo ecológico**, turismo esportivo, turismo cultural ou turismo de aventura.” (grifo nosso, por entender compatível com a fazenda em análise). Necessário se faz um enquadramento conceitual adequado para fins de *marketing* na região.

7.1.4 A FAZENDA SANTO ANTÔNIO

O Pesque e Pague Eco Água na Fazenda Santo Antônio, está situado na rodovia Ilhéus-Uruçuca no Km 4,5. Existente a trinta anos, a fazenda passou a desenvolver atividades de lazer nos últimos seis anos, não tendo sido feito nenhum projeto para o desenvolvimento de suas atividades.

Apresentando caracteres similares à Fazenda Santa Cruz, por tratar-se de um pesque e pague e utilizar-se do sistema *day use*, a Fazenda Santo Antônio está configurada nos moldes de lazer no espaço rural, segundo tipologia proposta nesta pesquisa. Também possui um restaurante com capacidade de atendimento para duzentas pessoas.

As atividades agropecuárias produtivas existentes na fazenda são: cacau, gado, cana-de-açúcar, coco, piaçava e peixes. Não são utilizados os processos produtivos como atração turística, o que já descarta a possibilidade de

enquadramento na modalidade de turismo rural. Também a ausência de pernoite, já constitui de *per si*, a impossibilidade de fazer parte da vertente citada. Aliás, o sistema *day use* é incompatível com o turismo, pois conforme já demonstrado o lugar teórico deste estudo, a atividade turística pressupõe permanência não inferior a vinte e quatro horas no local visitado.

A fazenda possui os seguintes recursos naturais: riacho, lagoa, floresta, trilhas e animais silvestres. As atividades existentes no local são passeios ecológicos (trilhas), parque esportivo, charretes e criatório de peixes (pescue e pague).

Não foram realizadas pesquisas sobre o perfil dos turistas que freqüentam o local. Quanto ao *marketing* utilizado, a fazenda divulga seu serviço através de revistas nacionais, panfletos, cartazes, jornais e rádio, constituindo-se assim as fontes que os visitantes em sua maioria, tiveram conhecimento da fazenda.

Pra minimizar os impactos do turismo sobre o meio ambiente, o Sr. José Augusto, proprietário da fazenda, revela que há uma preocupação na preservação da fauna e da flora, embora sejam inexistentes estudos de impactos ambientais, bem como materiais educativos direcionados aos visitantes.

Com relação à infra-estrutura geral, há a captação de água, distribuição de energia elétrica, coleta de lixo e despejo orgânico a partir de fossas. Quanto à sinalização turística, existem placas de localização da fazenda, malgrado sejam ausentes sinalizações voltadas à interpretação ambiental e cultural do patrimônio existente no local. O transporte utilizado para chegar a propriedade é o carro e internamente, têm-se cavalos, charretes e burros.

No que tange a mão-de-obra, a Fazenda Santo Antônio possui o total de cinco funcionários, ocorrendo rotatividade em períodos de demanda mais intensa.

Não são oferecidos treinamentos para os mesmos, o que compromete a qualidade na prestação de serviços. Sob tal aspecto, Marinho (2003, p.4) ressalta que um importante diferencial “observado pelos prestadores de produtos e serviços turísticos [...] é a qualidade no atendimento, e isso vem a se firmar com o passar do tempo onde apenas os mais qualificados conseguem competir no mercado turístico”. Ao mencionar o município de Ilhéus complementa que:

Para Ilhéus se desenvolver e firmar como um dos principais pólos turísticos do país, não basta apenas dispor de belezas naturais e riquezas históricas, precisa também oferecer outras condições que retenham os turistas. Um dos pré-requisitos básicos para assegurar a permanência dos visitantes é a qualificação dos serviços e produtos ofertados. Assim, acredita-se que quanto mais qualificados forem os produtos e serviços, maior será o desenvolvimento turístico do município.

Neste sentido, conforme abordagem supramencionada, faz-se necessário oferecer sim, treinamentos aos funcionários da fazenda, uma vez que, este aspecto poderá configurar-se como um diferencial para o desenvolvimento turístico local.

Não existem organizações envolvidas com o turismo na fazenda e seu envolvimento com a comunidade do entorno se dá via contratação da mão-de-obra e compra de peixes. Assim como foi verificado na Fazenda Tororomba, não há também na Fazenda Santo Antônio, um apelo histórico-cultural proveniente da saga do cacau, assim como objetos, documentos e/ou museus pertinentes à história regional. Inexistente também é a venda de artesanatos e produtos típicos regionais, atendo-se apenas à comercialização de produtos da fazenda.

Enfim, o proprietário relata que a atividade de lazer na fazenda não é rentável e não possui, inclusive, planos futuros com relação ao seu empreendimento. Das maiores dificuldades apontadas, destaca que as taxas de

juros existentes inviabilizam quaisquer investimentos no setor, além do problema da sazonalidade do turismo. Quanto à inserção da fazenda no cadastro da Bahiatursa, a demanda do público tornou-se mais intensa, devido à divulgação prestada por este órgão.

7.1.5 A FAZENDA PRIMAVERA

Pioneira na proposta do desenvolvimento da atividade turística na Costa do Cacau, a Fazenda Primavera recebe visitantes para o *day use* com intuito de mostrar a cultura regional no espaço rural. A propriedade existe desde 1816 e nos últimos 15 anos vem desenvolvendo o turismo.

Localizada no Km 22 da rodovia Ilhéus-Itabuna, próxima à Universidade Estadual de Santa Cruz e a CEPLAC, a fazenda apresenta um acesso favorável devido à pequena distância para Ilhéus, podendo ter como públicos-alvo pesquisadores, estudantes, profissionais e demais pessoas interessadas.

Um estudo de caso que foi desenvolvido por Mira (2002) na Fazenda Primavera, constatou-se que a atividade a qual se desenvolve naquele local, não configura o Turismo Rural, como é divulgado, mas sim o turismo cultural no meio rural, utilizando como atrativo a cultura regional. Na fazenda verificou-se a ausência da atividade produtiva em interação com o turista, sendo esta uma condição *sine qua non* ao turismo rural. Tendo como marco teórico os insumos/fatores elencados por Zimmermann (1996), também descritos nesta pesquisa, percebeu-se que a fazenda detém os aspectos gastronômicos, a paisagem e a hospedagem no seu conceito amplo, ainda que sem o pernoite (conceito este não acolhido neste estudo).

Contudo, nas suas conclusões o autor ressalta que a constatação de que não se desenvolve turismo rural, mas turismo cultural na fazenda, não modifica de forma endógena seu caráter. “Emerge, isso sim, a necessidade de um melhor enquadramento da Fazenda pelo próprio proprietário, pelo *trade* e demais autoridades – inclusive do governo estadual que a divulga como turismo rural”.³⁵

Outrossim, seguindo a mesma orientação do autor supracitado, Calixto (2003) em sua monografia sobre turismo rural, cujo foco de análise foi também a fazenda Primavera, também advoga que esta tem como produto turístico à modalidade do turismo cultural no espaço rural. Acrescenta ainda que o modelo desenvolvido em Lages, Santa Catarina, apresenta condições de enquadrar-se na fazenda, desde que sejam feitas as devidas adaptações, tendo em vista as semelhanças e diferenças entre estas regiões. Neste sentido ao mencionar Lages *versus* Ilhéus, explicita:

Antes do turismo, a economia em Ilhéus era baseada na monocultura do cacau e Lages vivia da extração da madeira, onde ambas passaram por crises econômicas e esta última encontrou no turismo rural a alternativa econômica. As duas regiões possuem uma beleza natural bastante rica. Assim como a extração da madeira, o cacau era cultivado em fazendas de grande porte, onde são o destaque de muitas histórias interessantes, que podem ser aproveitadas para o turismo rural. Lages tem um clima favorável a este tipo de turismo no ano inteiro, um modelo perfeito. Ilhéus tem o turismo convencional o ano inteiro, porém fortemente marcado na época da primavera e verão, fazendo do turismo rural a opção econômica para as estações do outono e inverno. A cultura local de ambas as cidades fez do êxodo rural a alternativa de renda de muitas famílias.³⁶

Em um outro estudo sobre a Fazenda Primavera enquanto cenário alternativo para análise de impactos sócio-culturais no turismo rural por Abreu e Mattos (2003, p.3) verificou-se que esta apresenta tendências à descaracterização e estilização cultural (Quadro 2). “O turista, pois tende a não mais encontrar naquele local a autêntica cultura cacauzeira que motivou a sua

³⁵ *ibidem*, 2002, p.10

³⁶ *ibidem*, 2003, p.11

viagem a Ilhéus e a Costa do Cacau”. Acrescentam ainda que a preservação da originalidade cultural é de fundamental importância para manutenção da própria atividade turística, que depende necessariamente da cultura e dos recursos naturais. “As motivações das viagens, pois, fundamentam-se na busca pelo que é diferente, pelo que é exótico, original e autêntico”.

Quadro 2: Aspectos turísticos na Fazenda Primavera de acordo com o modelo PFOA.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Biodiversidade da Mata Atlântica 2. Aspectos Históricos-culturais 3. Localização 4. <i>Marketing</i> Promocional 5. Pontos de Venda 6. Museu 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção do Patrimônio Cultural e Equipamentos 2. Distância entre a Rodovia e a sede 3. Estacionamento 4. Sinalização 5. Acesso interno 6. Mão de obra 7. Segurança 8. Falta de interação com a comunidade local 9. Distribuição espacial dos atrativos
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Cultivo de novos produtos agrícolas 2. Produção de iguarias regionais 3. Comercialização de produtos 4. Construção de hotel fazenda 5. Criação de novos atrativos 6. Atividade pastoreira 7. Retomada da produção do cacau 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perda de Atratividade 2. Perda do Patrimônio Cultural 3. Estilização da cultura rural 4. Sazonalidade 5. Furtos e roubos 6. Atropelamento

Fonte: Abreu e Mattos (2003, p.6)

Conforme análise da fazenda a partir do modelo PFOA que reflete as potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças demonstradas pelos autores, observa-se o cenário presente no local. Com as observações “in loco” realizadas na fazenda primavera neste estudo, constatou-se os mesmos aspectos descritos pela análise acima. Entende-se também impróprio o enquadramento da propriedade como Turismo Rural, conforme cadastro da Bahiatursa, concebendo-a como “Um dia de Campo” ou Lazer no espaço rural, com um grande apelo cultural, o que demonstra certa aptidão para formatar o turismo cultural rural.

No que pertine ao tipo de *marketing* utilizado pela fazenda e que inclusive foi um ponto forte demonstrado pelo Quadro 2 do estudo supramencionado, verifica-se um amplo rol de opções a citar: revistas nacionais e internacionais, cartazes, folhetos, internet, programas de televisão, jornais, rádios e operadoras de viagens.

A fazenda, portanto, não oferece pernoite para os visitantes, embora a casa sede apresente condições para adaptar-se como meio de hospedagem, sendo inclusive um dos planos futuros por parte do proprietário, à construção de um hotel-fazenda. As instalações como barcaças, armazéns, depósitos e demais benfeitorias da cultura do cacau, são mostrados aos visitantes após sua ida na roça de cacau, onde em forma de palestra, são passadas informações sobre o fruto, ou seja, o processo produtivo da cacauicultura não é vivenciado de fato pelo turista, descaracterizando assim a vertente do turismo rural. Além do cacau, a fazenda vem cultivando também flores tropicais para exportação.

O museu presente na fazenda possui documentos e objetos que retratam a cultura e história regional. O proprietário da fazenda inclusive reconhece, que o grande diferencial de sua propriedade volta-se à riqueza histórico-cultural, difundida a partir de tal museu. “Expõe-se o primeiro telefone da região, fotos da construção da estrada, títulos de coronel expedidos pelo Governo Federal [...] marcos do poder do Sr. Virgílio Amorim, avô do atual proprietário” (MIRA, 2001, p.7). Existe também uma capela na fazenda que não está aberta ao público, mas que também seria um local apropriado à visita. Segundo o proprietário, poucos visitantes estiveram na capela e infelizmente a imagem de um Santo que lá havia, foi roubada.

O atendimento da fazenda é familiar, realizada pelo proprietário e por sua esposa que é incumbida da culinária e da venda de *souvenir* oferecido aos turistas. As visitas duram em média 03:30h, não sendo, porém, uma estrutura rígida (MIRA, 2002).

Grandes corporações [...] quando oferecem passeios a executivos têm a disposição diversos complementos, como recepção por baianas, grupos percursionistas, shows folclóricos, maculelê, samba de roda [...] e outros específicos da cultura local como ‘morte do coronel’ e ‘dança das lavadeiras’³⁷

³⁷ Ibidem, 2003, p.8

O restaurante da fazenda possui capacidade de atendimento para até 180 pessoas, onde são oferecidas comidas típicas regionais, mediante contato prévio com o proprietário.

Quanto à infra-estrutura local, existem placas que sinalizam a propriedade, embora não seja realizado um trabalho de interpretação do patrimônio cultural e natural. O transporte interno pode ser feito por carroça, carro ou mesmo animais como cavalos e burros e o externo por carros e ônibus, embora haja um inconveniente quanto a este último por ausência de um estacionamento adequado, ficando o veículo na rodovia, cuja insegurança é evidente. Este, inclusive, é um aspecto que deverá ser melhorado no local. Ainda quanto a infra-estrutura, existe também a captação de água, despejo orgânico e distribuição de energia elétrica na propriedade. Os funcionários são em número de nove.

Quanto aos recursos naturais da propriedade, tem-se rio, lagoa, floresta e animais silvestres. A orientação que visa harmonizar o turismo com o meio ambiente é feita oralmente durante as visitas.

Enfim, as maiores dificuldades apontadas pelo proprietário diz em respeito à diminuição do fluxo de turistas para o destino Ilhéus, ressaltando inclusive que a atividade turística já foi, por vezes, rentável. Poucas mudanças ocorreram com a inserção da Fazenda no cadastro da Bahiatursa, que embora tenha permitido entrar um pouco na mídia, não ocasionou um aumento significativo do número de visitantes. Por fim, verifica-se que com as devidas adaptações e planejamento adequado para a prática do turismo na fazenda Primavera, aliado a ações integradas com o Poder Público e demais pessoas envolvidas no *trade* turístico, poder-se-á aprimorar os serviços prestados aos turistas, bem como ofertar um produto de alta qualidade.

7.1.6 A FAZENDA VIDA

O perfil da Fazenda Vida enquadra-se na modalidade do turismo esotérico no espaço rural, ou turismo místico ou religioso, conforme proposta de Rodrigues (2001, p. 114) que relata que alguns estabelecimentos estão ligados à religião e outros são centros de vivência comunitária, vinculados à meditação e práticas místicas.

A proposta da Dona Vida Vidmar, proprietária do local, é ajudar as pessoas a buscarem a felicidade, descobrindo a arte de viver em paz consigo mesmo, ou seja, a partir da ecologia interior tem-se um caminho da auto transformação. A

fazenda existe há mais de vinte anos, dos quais em dez, é desenvolvida a atividade turística. Localizada na margem da BA-001 no trecho Una-Canavieiras, o produto oferecido aos visitantes apresenta vantagens competitivas no mercado turístico regional, uma vez que não há uma atividade similar nas outras propriedades cadastradas no órgão da Bahiatursa. Também de forma equívoca, este último não enquadra a Fazenda Vida na tipologia a qual pertence, ou seja, ao turismo esotérico no espaço rural, conforme proposta desta pesquisa. Inclusive, observou-se que o local não possui nenhuma atividade agropecuária produtiva, condição esta essencial para configurar-se como turismo rural. A Bahiatursa (s.d., p.2) inclusive, conceitua esta modalidade como:

[...] produto turístico que atende a demanda de uma clientela atraída pela **produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural produtivo**, com um acolhimento de natureza familiar, prestando aos turistas um serviço personalizado e facilitando-lhes o contato com o mundo rural, a cultura local e os recursos naturais, utilizados de forma sustentável, como lazer e/ou aprendizado. (grifo nosso)

Assim, não é crível o enquadramento da Fazenda Vida para fins de *marketing* e planejamento pelo órgão citado como Turismo Rural, por ausência, conforme visto, da atividade agropecuária produtiva como atração turística.

Prosseguindo-se nas análises, observou-se que na fazenda encontra-se a Pirâmide Maia, onde os visitantes dispõem de um local especial para a meditação. Segundo Dona Vida, o lugar é ideal para reflexão, “onde todas as verdades podem ser encontradas dentro de nós”. Com a meditação de luz e com os cristais, pode-se harmonizar física, emocional, mental e espiritualmente, ampliando-se a consciência corporal e a intuição. Também é ensinado aos visitantes como usar os cristais para eliminar stress e dores, aumentando o bem estar das pessoas, estudando o local onde dormem e a energia das mesmas. Dona Vida relatou ainda que durante as meditações acontecem curas de pessoas enfermas.

A fazenda Vida é fruto de um projeto de condomínio de europeus, onde na ausência dos mesmos, os chalés são disponibilizados para os turistas passarem a noite. Estes são no total de quatro, possuindo cada um dois quartos. Também é oferecido lanche, almoço e jantar aos hóspedes em um restaurante com capacidade de atendimento a trinta pessoas.

Apesar da proprietária afirmar que não tem uma preocupação com o *marketing* e que os visitantes, em sua maioria, tiveram conhecimento do local

através do “boca a boca”, são distribuídos panfletos com uma excelente formatação e qualidade durante as visitas, além da divulgação pela internet e Bahiatursa. Apesar da iniciativa deste último, a proprietária afirmou que não houve mudanças significativas a partir do cadastro da fazenda neste órgão. Também não existe estudo do perfil dos turistas que freqüentam a propriedade.

O cenário local, próximo ao canal de Comandatuba, é repleto de verde, apto para passeios ecológicos e contato com a natureza. Não foi realizado nenhum estudo de impacto ambiental, embora haja uma preocupação em viver em harmonia com o meio ambiente, especialmente pela proposta da fazenda já abordada anteriormente.

Quanto à infra-estrutura, a fazenda dispõe de distribuição de energia elétrica e placa de sinalização turística, embora não haja interpretação ambiental ou cultural. A captação de água é feita através de poços, o despejo orgânico via fossas e o lixo é queimado e armazenado em buracos. Não existe transporte interno no local.

A comunidade local se beneficia com a geração de empregos, uma vez que há rotatividade em função do aumento do fluxo de turistas. O quadro permanente de funcionários é de cinco e os mesmos recebem treinamentos com a proprietária da fazenda.

Como a propriedade não possui atividade agropecuária produtiva, e em particular, a produção de cacau, não existem objetos e/ou construções de interesse histórico-cultural regional. Em contrapartida, na casa sede da fazenda, tem-se uma exposição de cristais que também são comercializados com os turistas.

Enfim, segundo Dona Vida a atividade turística na fazenda é rentável e existem planos futuros com relação ao empreendimento onde se pretende, inclusive, construir piscinas no local. Quanto às dificuldades existentes, a falta de programas turísticos é o aspecto que mais inviabiliza o incremento da atividade.

7.1.7 A FAZENDA BOA ESPERANÇA

Localizada a dezessete quilômetros do município de Santa Luzia na BA-270, a Fazenda Boa Esperança que desde 1999 desenvolve o turismo, tem como atividade produtiva o cultivo do cacau. Definida como turismo rural ou ecoturismo

pelo seu proprietário, o Sr. Adauto dos Santos, a fazenda utiliza o processo produtivo como atração turística a partir da demonstração de forma educativa das várias etapas da produção e beneficiamento do cacau, deixando assim em evidência a cultura regional.

Os recursos naturais presentes na propriedade são: rio, lagoa, riacho, floresta e animais silvestres. Na proposta de turismo no local, são oferecidos passeios ecológicos, passeios a cavalo, a trilha dos diamantes, o poço dos escravos e a cachoeira cruz da pia.

Quanto aos visitantes, segundo o proprietário, existe uma pesquisa sobre o perfil de 2000 a 2002. Estes, em sua maioria, tiveram conhecimento da fazenda por intermédio do *marketing* utilizado pela mesma como: revistas nacionais (Bahiatursa), jornais e televisão.

Embora fique evidente a preocupação da fazenda em minimizar impactos causados ao meio ambiente, não foi realizado nenhum estudo de impacto ambiental e não são distribuídos nenhum material educativo aos visitantes durante os passeios na fazenda. Porém, existe um trabalho de conscientização através da difusão de conceitos e modos de agir, que buscam harmonizar e reduzir o máximo possível o impacto ambiental.

Com relação à infra-estrutura existe captação de água, distribuição de energia elétrica, despejo orgânico através de fossas apropriadas e vazão do lixo em miniaterros. O transporte interno é feito por animais e o externo por carros. Quanto à sinalização turística, existe uma placa na BA 270 indicando o nome do produto e a distância até o mesmo, não possuindo, todavia placas interpretativas do patrimônio natural e cultural. Outrossim, a fazenda não oferece pernoite, serviços de restaurante e venda de produtos típicos da região. O sistema adotado é o *day use*.

A fazenda tem envolvimento com a ONG - Salva-Sociedade Ambientalista da Lavoura Cacaueira e a população do entorno se beneficia da atividade turística por intermédio dos passeios ecológicos que abarcam propriedades adjacentes. Quanto ao patrimônio histórico-regional, a fazenda dispõe das casas para o beneficiamento do cacau, como barcaças, secadores, etc. Contudo, por estar localizada dentro de uma área diamantífera, a propriedade possui materiais e utensílios do ciclo dos diamantes. Sobre tal peculiaridade da Fazenda Boa Esperança, a Bahiatursa assim descreve:

O poço de diamantes é a primeira atração, distante cerca de 200 metros da casa da fazenda e com uma pequena infra-estrutura de quiosque. Nesta área funcionou, desde o século passado até há bem pouco tempo, o garimpo do Bendengó, de onde foram extraídos muitos quilates de diamantes. Em meio a muitas histórias e lendas, o garimpo desativado foi transformado em duas piscinas de água azul turquesa, devido à presença do calcário [...] A trilha dos diamantes tem cerca de quatro quilômetros, com trechos calcetados pelos escravos, até a cachoeira cruz da pia e o poço dos escravos. Margeia o rio Salobrinho, passando por trechos de mata atlântica com suas orquídeas, bromélias e roças de cacau. A cachoeira, com aproximadamente quatro metros de altura, é resultado do trabalho escravo que, abrindo uma fenda na rocha, desviou o curso do rio para um poço com a finalidade de lavar o cascalho à procura de diamantes [...].

Observa-se que o cenário da fazenda e suas histórias de garimpo demonstram um diferencial dentre as demais propriedades, tendo assim um perfil adequado para a formatação do turismo cultural rural, uma vez realizado as devidas adequações.

Por fim, quando questionado acerca da rentabilidade da atividade turística da fazenda, o proprietário mencionou que ainda não apresenta um retorno suficiente, não existindo também planos futuros para o empreendimento. Das maiores dificuldades apontadas tem-se: falta de um plano municipal de turismo; linhas de crédito direcionadas para o setor e pessoal capacitado na área do município. Quanto à inclusão da fazenda no cadastro da Bahiatura, o proprietário relatou que houve um aumento da frequência dos visitantes e uma maior atenção, mesmo que ainda deficiente, do poder público municipal.

7.1.8 FAZENDA ALTO DA ESPERANÇA

A Fazenda Alto da Esperança apresenta um perfil ecoturístico, tendo como atração principal duas trilhas formatadas, aptas para passeios ecológicos pelos visitantes. Localizada na estrada Ilhéus-Itacaré, a 1,9 Km de distância da rodovia pavimentada, a propriedade apresenta um cenário propício para a modalidade do ecoturismo ou turismo ecológico.

O proprietário da fazenda, o Sr. Cláudio Lopo recebe grupos de visitantes que oscilam entre o número de 12 a 15 pessoas, para acompanhá-lo durante as trilhas interpretativas, via sistema *day use*. A fazenda começou a desenvolver a atividade turística desde janeiro de 1999, a partir de um projeto realizado pelo proprietário e sua esposa, que cursaram uma pós-graduação em Ecoturismo na Fatur (Faculdade de turismo localizada em Salvador-BA).

Como o atrativo-foco da propriedade são as trilhas, conforme visto, cabem certas considerações sobre as mesmas. Segundo Salvati (2003), as trilhas são caminhos existentes ou estabelecidos, com diversas formas, comprimentos e larguras, que apresentem como objetivo aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos.

Boa parte das trilhas hoje utilizadas em ecoturismo são caminhos tradicionalmente utilizados por determinadas comunidades para se locomoverem. Desde a época do Brasil colônia os portugueses utilizavam os caminhos abertos pelos indígenas para alcançarem o interior do país. Hoje em dia, especialistas (ecólogos, biólogos e ambientalistas) detêm conhecimentos que transformam a abertura de trilhas em um trabalho científico, pedagógico e paisagístico.³⁸

As duas trilhas da fazenda possuem a forma circular e são do tipo guiadas. Nestas, a presença do guia/condutor é indispensável, representando assim a razão de ser da trilha. O proprietário acompanha os visitantes nos passeios, demonstrando conhecimentos técnicos e grande experiência. No percurso são realizadas interpretações ambientais e paradas em locais previamente estabelecidos para que possam ser discutidos temas que interessam ao grupo.

Quanto à preocupação com o meio ambiente, desde a chegada na fazenda são discutidos temas sobre educação ambiental, onde são passadas orientações aos visitantes de como proceder no decorrer dos passeios ecológicos, além das informações obtidas durante as trilhas. É intenção futura do proprietário, distribuir uma cartilha educativa aos visitantes. Eventualmente também são distribuídos materiais diversos como jornais locais, panfletos de outros atrativos, publicações, folder, entre outros, embora não tenham sido preparados pela reserva com esta finalidade.

Com relação a estudos de impactos ambientais, atualmente vem sendo desenvolvida uma pesquisa ecológica com foco em uma palmeira nativa (*euterpe edulis jpalmito juçara*). Outrossim, ainda com o intuito de minimizar impactos causados ao meio ambiente, o proprietário ressalta às seguintes iniciativas:

³⁸ Ibidem, 2003, p.1

Recomposição de áreas degradadas utilizando sistemas agroflorestais, elogiada em nosso processo de certificação de agricultura orgânica; eliminação do uso de agrotóxicos e adubos químicos; plantio de nascente e plantio em matas ciliares; sensibilização para o processo de educação ambiental com moradores das florestas e visitantes; avaliação de pré qualificação para certificação florestal com ênfase na piaçava.

A comunidade local também participa ativamente da atividade turística. Um morador local, por exemplo, acompanha os turistas nas trilhas (monitor da natureza –guia) e quando o grupo é muito grande e existe a necessidade de dividi-lo para não ocorrer grande impacto ambiental, aqueles que ficam aguardando, desfrutam de um bate-papo com os moradores, ao som de um violino, além de lanches como cocadas, pastéis, banana real (encomendados com antecedência a uma moradora) e muita água de coco. Existe também uma represa na fazenda onde os visitantes tomam banho ou descansam no quiosque próximo.

Observa-se que a fazenda apesar de possuir atividades produtivas como o extrativismo da fibra de piaçava, abacaxi, plantação de coco, viveirismo (onde inclusive podem ser adquiridas mudas pelos visitantes) e apicultura, não as utilizam como atração turística, ou seja, mostrando minuciosamente todo o processo produtivo aos visitantes, descaracterizando-a da modalidade turismo rural. Porém, observou-se que durante as visitas, são passadas informações sobre o manejo florestal e o beneficiamento da produção dos cultivos existentes no local, a exemplo da fibra da piaçava utilizada para a cobertura de telhados das casas, sementes para viveiros, entre outros.

Não é oferecido pernoite aos visitantes, que na maioria das vezes, ficam hospedados em Itacaré e outras cidades próximas, salvo pesquisadores e estagiários que permanecem por um determinado tempo no local.

Quanto à infra-estrutura, a fazenda não dispõe ainda de energia elétrica, utilizando-se assim de velas e lampiões. Existe, porém, captação de água, despejo orgânico, via compostagem e sinalização turística, a partir de um portal de entrada da Trilha Interpretativa Alto da Esperança. O *marketing* da fazenda é realizado via internet, panfletos, jornais da APA Serra Grande/Itacaré e agências de viagens.

Por fim, o proprietário da fazenda relata que a atividade turística é rentável, porém eventualmente, existindo inclusive, planos para ampliar a capacidade do receptivo para até 50 pessoas e melhorar a comercialização da produção. Das

maiores dificuldades apontadas, tem-se a ausência de infra-estrutura adequada e maior contato com o mercado consumidor. Quanto ao cadastro da fazenda no órgão da Bahiatursa, a divulgação realizada possibilitou o aumento da demanda.

7.1.9 A FAZENDA ARDENAS

A Fazenda Ardenas que está localizada no Km 03 da Rodovia Una -Santa Luzia, a partir do ramal dos lençóis, de propriedade do Senhor Sérgio Lima Vieira, desenvolve há seis anos a atividade turística. Embora não tenha sido feito um projeto turístico para o local, a fazenda utiliza o processo produtivo como atração turística, mostrando e por vezes ensinando aos visitantes, como são desenvolvidas suas atividades produtivas. No que tange a estas, a propriedade produz borracha, cultiva frutas, possuindo inclusive uma agroindústria de polpas, doces caseiros, licores (estes três últimos são comercializados junto aos visitantes) e tem no cultivo e beneficiamento do cacau sua atividade principal.

A fazenda dispõe de diversos recursos naturais como rio, cachoeira, lagoa, riacho, florestas e diversos animais silvestres, o que permite proporcionar aos visitantes passeios ecológicos pelo local. Malgrado a importância de uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes, conforme já explicitado anteriormente, não existe ainda um estudo desta natureza para a propriedade.

Os tipos de divulgações utilizados pela fazenda são: panfletos, propaganda de televisão, jornais e revista nacional (Bahiatursa), meios pelos quais, os visitantes se dirigiram até o local.

Concernente à relação entre o turismo e meio ambiente, apesar de existir um cuidado especial por parte do proprietário e dos empregados no zelo com a natureza, não foi realizado nenhum estudo de impacto ambiental, assim como não há distribuição de materiais educativos nos passeios realizados na fazenda.

A infra-estrutura da propriedade dispõe de captação e tratamento da água, despejo orgânico a partir de fossas sépticas, coleta e aterramento separadamente do lixo e distribuição de energia elétrica, pretendendo-se, inclusive, inserir um programa de energia solar. Não existem também sinalização turística e interpretação do patrimônio cultural e ambiental na fazenda.

Quanto à mão-de-obra, a Fazenda Ardenas possui quatorze funcionários que são treinados para receber os visitantes. É oferecido pernoite ao turista, possuindo hospedagem com três quartos, com um total de doze leitos. O local também dispõe de um restaurante onde são ofertados somente para hóspedes,

comidas típicas e caseiras, com capacidade máxima para atendimento de até vinte pessoas. Existe ainda uma loja para venda de artesanatos e produtos típicos regionais.

Não existe nenhuma associação, cooperativa ou ONG's, envolvidas com o turismo na fazenda. A população do entorno se beneficia diretamente com a atividade a partir dos empregos gerados pela propriedade.

Quanto ao patrimônio histórico-cultural presente na fazenda, as construções rurais utilizadas para o beneficiamento do cacau, bem como as casas dos trabalhadores, retratam a cultura regional. Outrossim, existe um projeto para transformar em memorial toda a documentação, arquivos, títulos, diplomas, entre outros, do seu pai José Haroldo Castro Vieira, ex-secretário geral da Ceplac.

O proprietário afirma que a atividade turística na fazenda é rentável e que existe inclusive planos futuros para a ampliação do empreendimento, via oferta de mais equipamentos. Quanto às dificuldades apontadas, destaca-se a ausência de apoio financeiro e sensibilidade por parte do poder público municipal em potencializar a atividade turística, cujo retorno seria notório, uma vez que a região de Una, possui como atração principal, a maior reserva de mata atlântica.

Destarte, o proprietário ressaltou que foi fundamental o apoio da Bahiatursa para a organização e divulgação do setor turístico, não só na fazenda, mas também na região e que a Associação de Turismo Rural da Bahia, da qual fazia parte, só foi criada, graças ao apoio do órgão citado.

Enfim, quanto ao enquadramento conceitual da Fazenda Ardenas como Turismo Rural, observa-se que a mesma atende aos requisitos para configurar-se como tal, embora infelizmente esteja momentaneamente com suas atividades estagnadas.

A FAZENDA VILLAS DE SÃO JOSÉ

Localizada na rodovia Ilhéus-Itacaré, no Km 64, a Fazenda Villas de São José, situada neste último município, possui como principal produto o Ecoturismo. Os recursos e atrativos presentes no local, próximo à mata atlântica e à praia, compõem um cenário privilegiado de beleza e riquezas naturais.

Quanto ao enquadramento da fazenda na modalidade do Ecoturismo, diante de seu forte viés ecológico, Rodrigues (2001), explicita que é bastante difícil distinguir o turismo rural do ecoturismo e quando o hibridismo é muito

acentuado, sugere-se a denominação ecorrural. Em um outro trabalho anterior intitulado “Turismo Eco-rural: Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural”, a mesma autora (2000, p.124) ao abordar as características de tal modalidade, relata que as áreas visitadas oferecem diversas modalidades de alojamentos, como *camping*, *resort*, entre outros, munidos de toda sofisticação técnica, visando assim oferecer aos turistas “todo o conforto que demandam, quando for o caso de uma clientela sofisticada que, na verdade, não está disposta a abdicar dos bens da vida urbana e, portanto, é conivente com o simulacro.”

A fazenda Villas de São José constitui-se em um Hotel *Resort*, e inclusive assim a divulga para fins de *marketing*. Sobre os Hotéis *Resorts*, Oliveira (2000, p.122), assim dispõe:

São hotéis localizados em zonas com forte atração turística. Estão situados em balneários, parques nacionais ou regiões exóticas. Dispõem de áreas de lazer em maior quantidade que os demais. Assim, os clientes podem permanecer longo período no hotel, participando de variadas atividades organizadas pelo próprio hotel como jogos de salão, esportes ao ar livre, passeios a cavalo, de barco, caminhadas, festas, teatros, competições entre os próprios hóspedes, etc [...]

Também no Condomínio Villas de São José, além de Eco *resort* (com vinte e cinco unidades habitacionais) existe o chamado Eco Village (com trinta unidades habitacionais), que são os chalés para hospedagem de turistas. No total o local dispõe de cento e dez leitos. Existem também dois restaurantes com capacidade para o atendimento de cem pessoas, um que oferece comidas típicas regionais e outro, comidas internacionais.

Dentre as atividades de turismo e lazer oferecidas aos visitantes, tem-se: aulas, de surf, capoeira, artesanatos, passeios ecológicos em trilhas, passeios a cavalo, ioga, massagem, entre outras. O local também dispõe de uma boa infraestrutura, no que se refere à captação de água, distribuição de energia, despejo orgânico (digestor anaeróbico) e a coleta seletiva e reciclagem do lixo.

Quanto aos serviços de transporte, existe um carro da propriedade que circula com os turistas, visando assim à diminuição do tráfego de veículos. Existe também a sinalização turística da fazenda, embora ainda não seja realizada uma interpretação ambiental ou cultural do patrimônio existente na fazenda (através de placas com identificação de espécies vegetais, descrição de objetos regionais, entre outros). Isto inclusive foi um ponto fraco do empreendimento apontado pelo proprietário.

O *marketing* da fazenda é realizado por intermédio de revistas nacionais e internacionais, internet, jornais e agências de viagem. Existe ainda um estudo sobre o perfil dos turistas que, em sua maioria, ficaram sabendo do local através da internet e de agências de viagens.

Concernente à preocupação com o meio ambiente, existem panfletos que são distribuídos aos visitantes durante os passeios na fazenda e também já foi realizado um estudo de impacto ambiental no local.

A comunidade se beneficia com o empreendimento, a partir dos empregos ofertados, onde a maioria dos funcionários (hoje no total de 150) são oriundos da própria região (cerca de 70% da mão-de-obra é local). Existe ainda treinamentos para a qualificação do pessoal que trabalha no empreendimento. Ainda quanto à relação do turismo com a comunidade local, a fazenda, durante algum tempo, apoiou o projeto floresta viva que gera renda pra comunidades carentes do entorno.

As principais atividades produtivas existentes na propriedade são a produção do coco e cacau, cujo processo produtivo são mostrados para os visitantes que tenham interesse, muito embora não seja o foco das atrações oferecidas pela fazenda. No que se refere ao patrimônio histórico-cultural existe uma barcaça de secagem de cacau e um armazém de pau a pique onde se vende cachaça, licor de cacau, artesanato, entre outros produtos.

O proprietário relata que a atividade turística na fazenda é rentável e um dos desafios para o empreendimento é a ampliação do fluxo de turistas oriundos do mercado internacional, uma vez que o número ainda reduzido, revela a maior dificuldade apontada pelo empresário. Enfim, quanto à inserção da fazenda no cadastro da Bahiatursa, o proprietário comenta que não houve nenhuma mudança significativa para o local.

Após análise descritiva das fazendas cadastradas pela Bahiatursa, em linhas gerais observa-se que o enquadramento da maioria salvo a Fazenda Ardenas, não se mostra compatível com a vertente do Turismo Rural, conforme marco teórico adotado por esta pesquisa.

Entende-se, portanto, que as propriedades outrora analisadas configura-se como o Turismo no Espaço Rural, este concebido no sentido *lato senso* das atividades no meio rural conforme já acolhido neste estudo, que permite a subdivisão em diversas modalidades como: turismo ecológico ou ecoturismo,

pousadas e hotéis rurais, lazer no espaço rural, turismo esotérico no meio rural, pesque e pague, dentre outros. O Quadro 3 demonstra as tipologias verificadas neste estudo.

Quadro 3 : Tipologias das fazendas da Zona Turística da Costa do Cacau cadastradas no órgão da Bahiatursa.

Fazenda	Tipologia
Rainha do Sul	Pousada Rural
Santa Cruz	Lazer no espaço rural / Pesque & Pague
Tororomba	Turismo ecológico
Santo Antônio	Lazer no espaço rural / Pesque & Pague
Primavera	Lazer no espaço rural/Forte apelo cultural
Vida	Turismo esotérico no espaço rural
Boa Esperança	Lazer no espaço rural
Alto da Esperança	Lazer no espaço rural/ Trilhas interpretativas/ Ecoturismo
Ardenas	Turismo rural
Villas de São José	Ecoturismo/ Hotel Resort

Fonte: Dados da autora

7.2 FAZENDAS DA COSTA DO CACAU COM POTENCIALIDADES PARA A FORMATAÇÃO DO TURISMO CULTURAL RURAL.

Conforme abordado na metodologia, foram utilizadas técnicas de observação “*In loco*”, levantamentos fotográficos (Apêndice I) e entrevistas com os proprietários e/ou administradores para a análise das fazendas situadas na

Costa do Cacau que ainda não desenvolvem o turismo mas apresentam grandes potencialidades para inserir mais esta atividade em suas propriedades.

O desenvolvimento do turismo cultural rural nas fazendas analisadas deve ser iniciado com um inventário e, posteriormente, uma pesquisa para formatação de seu produto, aproveitando os potenciais existentes, como os aspectos do próprio cultivo do cacau, sua trajetória histórica, suas lendas, seus fatos, suas histórias e/ou relatos sobre as tocaias, jagunços, tropeiros e a própria cultura dos coronéis e suas sinhás. Além desses, dever-se-á utilizar do acervo móvel e imóvel existente como edificações, arquitetura e utensílios, entre outros.

Para a formatação de um produto turístico cultural, as histórias regionais verdadeiras devem ser revitalizadas e a interpretação do patrimônio natural e cultural deverá ser uma premissa para o sucesso da atividade. Ao abordar os passos necessários para a formatação de um programa de Turismo Cultural, Lucas (2003), cita as seguintes etapas: Levantamento do potencial, planejamento e organização, preparação, proteção e manejo e o *marketing* para o sucesso.

Este estudo tem como objetivo precípuo inventariar e verificar as possibilidades e condições favoráveis do turismo cultural rural, compreendendo assim, o primeiro passo abordado pela autora mencionada, ou seja, o levantamento dos potenciais das fazendas situadas na Costa do Cacau.

Neste aspecto, Lucas (2003) recomenda que no levantamento inicial, os recursos existentes devem ser listados para uma contribuição ulterior nas tomadas de decisões, à medida que o programa de turismo cultural evolui. Contudo, neste momento não se deve restringir apenas à realização de um

inventário dos pontos de visitação, sendo, portanto necessário, realizar uma avaliação do potencial, qualidade e nível de serviço que eles apresentam. Neste sentido, as observações *in loco* realizadas nesta pesquisa, possibilitaram inventariar e avaliar previamente os recursos presentes nas propriedades pesquisadas.

Outrossim, a mesma autora reforça que a realização de um levantamento do potencial da região para o turismo cultural consiste no primeiro passo inicial. Assim, ao citar a necessidade da avaliação das atrações sugere:

Comece por fazer uma relação completa de todos os pontos de interesse turístico existentes e com potencial de desenvolvimento. Quais são os lugares aonde a história, a arquitetura, a cultura, a arte e a natureza se oferecem como atrativos de visitação? [...] Existe algum recurso 'INEXPLORADO' na sua comunidade? Algum prédio histórico, acervo, locomotiva férrea ou área natural que poderia ser transformada em atrativo para o Turismo Cultural? O que é que poderia transformar-se em recurso, uma vez reabilitado, desenvolvido, interpretado? Use a sua imaginação ...³⁹

Dessa forma, visando atender aos objetivos desta pesquisa, buscou-se verificar as possibilidades do aproveitamento do patrimônio arquitetônico rural (importância histórico-cultural) e demais recursos naturais, como atrativos para a prática do turismo cultural rural nas fazendas situadas na Costa do Cacau. Reconhecendo ainda a importância da Cultura do Cacau para o desenvolvimento do Turismo Cultural Rural e posterior formatação de mais um produto turístico regional, faz-se mister uma abordagem prévia de alguns aspectos relacionados ao processo de colheita e beneficiamento do fruto, uma vez que as fazendas mencionadas apresentaram esta atividade como o seu produto principal.

7.2.1 O PROCESSO PRODUTIVO DO CACAU, SUAS LENDAS E HISTÓRIAS COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA.

³⁹ Ibidem, 2003, p.26.

No item 5.1 do referencial teórico desta pesquisa, mencionou-se alguns aspectos relevantes da história da cultura do cacau que, conforme citou Cruz (2002), confunde-se com a própria história regional, uma vez que este fruto fundou cidades, formou gerações, criou um patrimônio e uma identidade histórico-cultural.

Originário das florestas equatoriais situadas na confluência das bacias do Orinoco e do Amazonas, na vertente atlântica da Cordilheira dos Andes, o cacauero desde épocas remotas era cultivado na América Central e no México pelos índios maias, chichimecas e seus sucessores imediatos, os astecas e os toltecas, que muito apreciavam suas virtudes. Tendo-o em conta de planta de origem divina, os astecas revestiam o seu cultivo de grande solenidade religiosa. Esta particularidade teria levado o botânico sueco Carolus Linnaeus, inspirado pela mitologia asteca, a dar-lhe em 1753 a denominação científica de *Theobroma cacao*, significando o vocábulo *Theobroma* "manjar dos deuses". (IICA, 1982, p.1).

O cacau penetrou no Estado da Bahia em 1746, "inicialmente como planta exótica, mas que, no sul da Bahia, encontrou solo e clima adequados para tornar-se posteriormente uma lavoura de exploração econômica" (VIEIRA, 1994, p.53).

[...] o surto inicial do plantio do cacau, ocorreu a partir de 1746, quando o francês Luiz Frederico Warneaux foi o portador de sementes procedentes do Pará, tendo as mesmas sido plantadas por Antônio Dias Ribeiro na fazenda Cubículo, nas margens do Rio Prado, em terras hoje do Município de Canavieiras. (COSTA, 1992, p. 11).

Apresentando-se como uma planta de características privilegiadas, o cacau possibilita a conservação do solo, podendo ele mesmo combater a erosão, reciclar-se com suas folhas e manter o micro-clima antes existente, preservando assim, a fauna e flora. Em certas regiões, a depender da distribuição das chuvas, o cacauero poderá produzir até nove meses ininterruptos no ano como ocorre na Bahia.⁴⁰

No início do século, até 1910 precisamente, o cacau se tornava a base da economia baiana, o segundo produto na pauta das exportações brasileiras e o nosso País ostentava a posição de maior país produtor do mundo. Aqui no nosso Estado, se concentravam quase 100% da produção – entre 95 e 98% - e tornaram-se célebres pelos romances de Jorge Amado, Adonias Filho, Hélio Pólvora, Jorge Madauar, Euclides Neto e outros, o que foi a saga da ocupação das matas, a implantação das

⁴⁰ Ibidem, 1994, p.53

lavouras, as riquezas e o fascínio que o sul-baiano representou, criando as suas próprias cidades e uma civilização muito específica.⁴¹

Neste cenário próspero, as fazendas posteriormente analisadas do eixo Ilhéus-Uruçuca, em especial no vilarejo do Rio do Braço e no eixo Ilhéus-Itabuna, passaram a se dedicar, cada vez mais, ao plantio do cacau, construindo assim um rico patrimônio histórico-cultural.

Quanto à valorização crescente do cacau para a economia da Bahia, nesta época, Falcón (1995, p.41) comenta que de aproximadamente três milhões de quilos no final do século XIX, “a produção cresceu para mais do quántuplo em 1905, registrando números crescentes até atingir mais de cinquenta milhões de quilos em 1920, com incremento médio anual de cerca de 1.500 toneladas”.

Os dados relativos à exportação atestam como a partir de 1904 o produto assumiu a liderança da pauta estadual, assegurando a sua performance até o final da Primeira República, chegando em alguns anos a contribuir com mais da metade do total arrecadado pelo Estado, sem que, em nenhum momento, tenha registrado participação inferior a 30%.⁴²

Em 1930, devido a vários problemas internos e externos, a lavoura cacaeira sofreu uma das maiores crises econômicas de sua história. Em virtude deste acontecimento, o governo Estadual criou a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada – Instituto do Cacau da Bahia (ICB), “cuja política central era planificar a economia regional [...]” (DE SÁ, 1979 apud VIRGENS, 1996, p.3).

Após a reorganização da região, novos períodos desfavoráveis surgiram, fazendo com que o Governo Federal em 1957, com o então

⁴¹ Ibidem, 1994, p.53

⁴² Ibidem, 1995, p.42.

presidente Juscelino Kubitscheck instituiu o Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira. “Os recursos para operacionalização deste Plano destacados do Fundo dos ágios e, para gerenciá-los, criou-se a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico – Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC” (VIRGENS, 1996, p.3).

Prosseguindo em suas análises, Virgens (1996, p.3), aborda que com a CEPLAC, a região alcançou bons resultados em termos de produção e produtividade, a citar:

Elevação da produção nacional de cacau em 310%, passando de 123 mil toneladas, em média, nos anos de 1960/65, para 380 mil toneladas, em média, no quinquênio 1980/85; aumento da produtividade das lavouras de cacau 220 quilos por hectare, em 1962, ano de criação do CEPEC (Centro de Pesquisa do Cacau), para 740 quilos por hectare, representando um incremento de 336%.

Em seguida, Menezes e Carmo (1993) apud Virgens (1996, p.3), aponta que nos últimos anos a economia brasileira do cacau vem se caracterizando “como um dos setores mais tenso e nervoso que se conhece, em função de suas crises, componente constante da cacauicultura da Bahia [...]”.

Atualmente, em virtude da queda da produção e dos preços no mercado mundial, além de outros fatores adversos, a economia cacaueira encontra-se em uma situação preocupante. Somado a tais fatores, acrescenta-se ainda a presença do fungo (*crinipellis pernicioso*), causador da doença “vassoura-de-bruxa”, que assolou grande parte das lavouras e colocam os produtores em uma situação de risco e incerteza.

A safra principal do cacau ocorre no período de setembro a março, e a chamada safra temporão (primeira produção do ano), ocorre entre os meses de abril e agosto. Observe desde já a possibilidade do visitante durante todo o ano usufruir de um contato com o fruto, sem falar também na vantagem da

diminuição do efeito da sazonalidade, podendo assim incrementar o fluxo turístico regional a outras épocas do ano, não se atendo apenas ao tradicional turismo sol e praia.

O trivial das fazendas de cacau consolida-se da seguinte forma: o trabalhador colhe o cacau na planta utilizando um podão e lançando-os em cestos. Os frutos são posteriormente colocados em rumas, chamadas de bandeiras, onde depois são realizadas as quebras com o auxílio de um facão, para a retirada das amêndoas, normalmente ainda na roça, sendo em seguida transportado por animais de serviços (burros, éguas, entre outros), ou em certos casos, em carros onde são levados até a sede da fazenda. Neste local, as amêndoas são transportadas para o cocho de fermentação (caixas de madeira com furos laterais para escoamento do “mel do cacau”) onde permanece em média, de 3 a 5 dias. Neste ínterim, são feitas as “viras”, ou seja, a amêndoa é constantemente misturada. Em seguida, na barcaça, ocorre a secagem natural (em média 5 dias), onde é realizada a limpeza do cacau com a retirada de impurezas. Neste local, ocorre o pisoteio, com o objetivo de retirar a mucilagem das amêndoas e separá-las. Com o auxílio de um rodo, também é feita a mudança de posição das amêndoas, fazendo novamente as “viras”.

Em tempos chuvosos, vale ressaltar, que as amêndoas não são colocadas nas barcaças, mas sim nos secadores, para que seja realizada a secagem artificial através do auxílio de fogo a lenha e em casos excepcionais a gás. Após este processo, o fruto é transferido para os armazéns para que

possam posteriormente ser ensacados (sacos com 4 arrobas)⁴³ e comercializados.

Nas propriedades pesquisadas, tanto no eixo do Rio do Braço, assim como o eixo Ilhéus-Itabuna, o cultivo do cacau, suas benfeitorias e o processo de transporte através dos tropeiros, seriam formatados para a oralidade, vídeos ou fotos a serem apresentados antes dos passeios dos visitantes nas fazendas, permitindo-se assim, maior contato com a cultura cacauieira, no momento em que forem formatados os produtos culturais rurais das propriedades em análise.

Sobre o cotidiano das roças de cacau, Vieira (1994) relata que é lindo o artesanato do cacau: cabruçar, cavar, plantar, cuidar, podar, limpar, colher, recolher, embandeirar, quebrar, transportar, fermentar, molhar, pisotear, dançar, secar, ensacar. E do chocolate: torrar, descascar, moer, misturar, cochar, beber ou comer [...]

Outrossim, para a formatação de um produto turístico nas fazendas, o processo produtivo do chocolate caseiro, bem como outros produtos como a geléia de cacau, licor e vinagre, entre outros, procedentes do sabor do cacau, poderiam ser demonstrados e comercializados aos visitantes. Além disso, o grande foco dos passeios estariam respaldados na riqueza histórica e cultural da saga do cacau, repleta de lendas e mistérios, conforme segue:

Diz a lenda que quem plantou e colheu o cacau, quem nele pisoteou, que sobre ele, a granel nos armazéns, dormitou, enfim, quem o vivenciou, nunca mais o esquece, e, mesmo que dele se afaste, um dia a ele voltará, pois é impossível deixar de amar o cacau: fica preso ao seu visgo (VIEIRA, op. cit., 1994).

⁴³ 1 arroba é igual a 15 quilogramas.

Enfim, a importância do cacau e sua respectiva história para a região, são veementemente notórias, devendo assim serem contadas, valorizadas, disseminadas. O *'homo-turísticus'* busca o novo, anseia o contato com realidades diversas, emoções e experiências novas. Acredita-se assim, que todas estas aspirações poderão ser proporcionadas aos visitantes na região cacauera. Reforçando tal idéia, Vieira (1999, p.23) ao abordar sobre o “Cacau - a lição que ficou”, diz que:

Cacau centenário. Cacau, fonte de desenvolvimento. Cacau, construtor de cidades. Cacau, riqueza e pobreza. Cacau, trabalho e fausto. Cacau, mola do Estado. Cacau romance: crimes e tocaias, caxixes, os injustiçados coronéis. Cacau, alimento dos deuses. Cacau-chocolate, deleite da humanidade. Cacau, euforia e desespero. Cacau angústia. Cacau amores e paixões, desvarios. Cacau, empregador de gente. Cacau, os produtores, desbravadores, pioneiros, lutadores, generosos, capazes, heróis, que com sangue ou com champagne, plantaram sozinhos uma grande riqueza. Cacau ecológico e sociológico. Cacau, cultura, comportamento, fama e forma próprias. Cacau, alternâncias, altos e baixos. Cacau, exaltação e vilipêndio. Chego a conclusão. A instabilidade é a marca principal da economia. Sempre esteve presente em sua trajetória.

Também as obras de Jorge Amado, que com grande propriedade sempre refletiram o painel de lutas pela conquista da terra e crescimento da região cacauera, trazem em seu bojo diversas lendas, histórias e cantigas que poderiam ser contadas aos visitantes, atendendo assim a certos preceitos do turismo cultural rural, cujo desafio é valorizar a cultura e a história regional no ambiente rural.

No Livro São Jorge dos Ilhéus, o escritor Jorge Amado ao retratar a “Terra dos Frutos de Ouro”, possibilita, a partir de seus personagens, adentrar na rica história da saga do cacau, expondo em diversos momentos as cantigas e labutas dos lavradores que refletem, sobremaneira, a importância deste fruto para a região sul baiana. Enfim, os principais protagonistas da região cacauera foram mencionados, desde os coronéis, os exportadores do cacau, até os trabalhadores das roças, conforme segue ⁴⁴:

⁴⁴ In: São Jorge dos Ilhéus, p. 94-100, passim.

Foi um dia se sol intenso, no duro trabalho do fim da colheita nas roças, que a idéia se mexeu na cabeça do Varapau. Os últimos cocos do cacau estavam sendo derrubados, amarelos de oiro, já ameaçados pelo sol violento que anunciava o paradeiro. O Varapau era magríssimo e alto, daí o apelido que substituíra definitivamente seu nome em um passado remoto. Não se sabia de onde ele tinha vindo. Fora homem de muitas profissões anteriores: engraxate, vendedor de bilhetes de loteria, doqueiro em Ilhéus, quem sabe o que mais? [...] A verdade é que atualmente Varapau devia um dinheirão ao armazém [...] e sua conta subira tanto que Capi, seu companheiro de casa, experiente nas fazendas dissera: - Tu morre trabalhando e não pára nunca, desgraçado [...]

[...] Essas roças de cacau são o trabalho, a casa, o jardim, o cinema, tantas vezes o cemitério desses homens. Os pés enormes dos 'alugados' só parecem mesmo com raízes, não parecem com nenhuma outra coisa. O visgo do cacau, esse mel que gruda aos pés e nunca mais larga, lhes dá uma casca de tronco, o impaludismo lhes dá a cor amarela dos cocos de vez, bons de colheita. Assim diz a canção que o negro Florindo canta, enquanto colhe cacau:

'Minha cor é do cacau,
Mulato de querer bem,
Mas aí! Mulata, mas aí!

Sou amarelo empapuca' o,
Cor de maleita também!'

[...] Há muita gente vivendo em torno das árvores do cacau. Tem os exportadores, alguns dos quais nunca viram sequer uma fazenda. Tem os fazendeiros, donos da terra, valentes e ricos. Tem os advogados, os médicos, os agrônomos, os fiscais. Tem os capatazes, a gente mais ruim do mundo. E tem os trabalhadores, os que colhem cacau, que secam os caroços, que podam as roças. [...] Desde que a terra foi toda conquistada e os trabalhadores perderam qualquer esperança de poder ganhar e plantar um pedaço de terra, essa canção apareceu e se popularizou pelas fazendas:

'Quem planta cacau sou eu,
Sou eu que colhe ligeiro,
Mas aí! Mulata, mas aí!
Só eu não vejo dinheiro
Do cacau que se vendeu...
Triste sina é minha vida,
Sina de trabalhador...
Mas aí! Mulata, mas aí!
Só tu sabe minha lida...'
Só tu sabe minha lida...'

[...] A voz do negro Florindo alivia o trabalho com uma canção onde também flutua longínqua e vaga esperança:

‘Um dia terra vou ter,
cacaueiro possuir...
Mas aí! Mulata, mas aí!
Esse dia que vai vir.
Esse dia quando vai ser?’⁴⁵

Assim, observa-se que nas cantigas, nos “causos”, nas lendas, na verdadeira história dos coronéis do cacau, no resgate da cultura regional, os turistas poderiam desfrutar das singularidades da região marcada por sua grande riqueza histórico-cultural.

7.2.2 FAZENDAS DO EIXO ILHÉUS-URUÇUCA

O maior interesse na visita das propriedades localizadas na rodovia Ilhéus-Uruçuca, diz respeito ao forte tradicionalismo na região quanto a cacauicultura. Diversas fazendas trazem o cenário propício para o turismo cultural rural, cujo

⁴⁵ In: São Jorge dos Ilhéus, p. 94-100, passim.

fomento seria uma alternativa sócio-econômica para as comunidades rurais que ainda sofrem os reflexos da crise da monocultura do cacau.

A área escolhida, especialmente no entorno do Rio do Braço, onde se encontra a maioria das fazendas pesquisadas, guarda ainda marcas vivas da história regional da saga do cacau, cujo tempo áureo fez crescer a riqueza e o prestígio de uma região.

Configurando-se como um dos mais importantes afluentes do Almada, o Rio do Braço é formado pelos ribeirões Limoeiro e Boqueirão. Em suas margens plantou-se cacau a partir da expansão da lavoura na zona do Almada, uma área ocupada no início do século XIX, cuja fronteira natural com as matas inexploradas eram as corredeiras da histórica sesmaria de Castelo Novo, aberta por colonos suíços. Desta sesmaria surgiria o povoado do mesmo nome, fronteiro à fazenda Almada situada na margem oposta, propriedade que foi originada de uma aldeia de índios Guerens, “transferidos pelos padres capuchinhos para as terras de Ferradas, próximas à atual cidade de Itabuna. O povoado de Castelo Novo seria o ponto de partida para a ocupação das matas interiores do Rio do Braço” (CASTRO, 1945, p.119).

A fundação do arraial do Rio do Braço, até então pertencente ao distrito de Castelo Novo, data de 1899. Segundo Silva Campos (1981, p.287), em sua obra “Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus”, o povoado do Rio do Braço foi um dos palcos mais importantes da luta entre grandes proprietários locais, as famílias Badaró e Oliveira, conhecida como a guerra do Sequeiro do Espinho, imortalizada pelo escritor Jorge Amado, em suas obras Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus. O conflito foi iniciado em virtude de uma tocaia sofrida pelo fazendeiro José Joaquim “Juca” Badaró, movida por questões pessoais, onde foi

acusado da autoria, um dos filhos do coronel Basílio de Oliveira. O confronto atingiu grandes proporções, onde foram utilizados centenas de jagunços por ambos os lados.

Macedo e Ribeiro (1999, p.67) comentam ainda, que o conflito mencionado foi um dos mais sangrentos episódios na luta pela conquista das terras para o plantio do cacau.

As tocaias se multiplicaram, cartórios foram incendiados, fazendas e casas comerciais foram invadidas, incendiadas e saqueadas. A guerra do sequeiro teve termo com a invasão da fazenda Pedra Redonda de Juca Badaró por jagunços a serviço do coronel Basílio. A cidade de Ilhéus chegou a sofrer intervenção do governo federal com o envio do corajoso Deodoro da Marinha de Guerra.⁴⁶

Naquele período conturbado, acrescenta Silva Campos (1981, p.287) “ninguém se arriscava a levar o cacau nem mesmo à estação ferroviária, tanto terror lhes infundiam as badernas de cangaceiros”.

Quanto à ferrovia supracitada, hoje em abandono próximo às fazendas analisadas, Barros (1981, p.88) relata que a mesma buscou penetrar as terras férteis do centro do município de Ilhéus, bem como as suas principais zonas produtivas, favorecendo assim, o desenvolvimento de núcleos urbanos relevantes ao longo dos trilhos, a exemplo do Rio do Braço, “em cujo entorno estavam localizadas algumas das mais importantes fazendas de cacau do sul baiano.” Destarte, aborda:

⁴⁶ Ibidem, 1999, p.67

A construção, uso e gozo da ferrovia foi concedida pelo estado ao empresário Bento Berilo de Oliveira, no ano de 1904. A construção da ferrovia se iniciou lentamente, sem grandes investimentos. Diante dessa situação, no ano de 1909, a concessão foi transferida à The State of South Western Railway Company Limited, incorporada em Londres. A partir dessa mudança, a construção ganhou um ritmo regular já estando a linha férrea estabelecida até Itabuna dois anos depois. O tráfego definitivo foi inaugurado em 21 de agosto de 1913, em um percurso total de 59 quilômetros. Tendo em vista a importância da zona banhada pelo Almada e Mucambo, o governo baiano concedeu, mediante Decreto n.871 de 25 de fevereiro de 1911, a concessão para construção dos ramais do Sequeiro do Espinho, no atual município de Itajuípe, e de Água Preta, atual município de Uruçuca. **Ambos os ramais partiam do Rio do Braço numa extensão de trinta e cinco quilômetros. A estação do Rio do Braço, devido à sua posição estratégica, servia de entroncamento.** Dali seguia-se para a cidade de Itabuna e para os povoados do sequeiro de Espinho e água Preta. Barros, 1981, p.88 [grifo nosso].

Depois disso, a empresa que detinha a concessão para construção da ferrovia, modificou o projeto original, modificando assim, algumas das diretrizes como a ligação do litoral sul baiano à região de Vitória da Conquista, visando dessa forma aproveitar em mais larga escala, as terras férteis que os ramais atravessavam. Neste sentido, “buscou-se centrar os objetivos da ferrovia em

escoar a safra do interior do eixo Ilhéus-Itabuna e, posteriormente, Uruçuca-Aurelino Leal”.⁴⁷

Após breve descrição da relevância histórico-cultural do distrito do Rio do Braço, fica patente desde já, a intenção da área escolhida neste momento da pesquisa, tendo em vista a preocupação no resgate e preservação da identidade cultural da região cacauzeira, aliando assim interesses indissociáveis da cultura e turismo.

Dessa forma, observa-se que a importância da atividade turística na revitalização de propriedades rurais que detenham importantes elementos arquitetônicos, culturais e ambientais (como antigas estações da estrada de ferro, capelas, matas, casarios de povoados, entre outros elementos), vem de encontro conforme as palavras de Moura (2003, p.71) com “a procura por ambientes naturais, litorâneos ou campesinos”, hoje uma obsessão do *‘homo urbanus’*.

⁴⁷ Ibidem, 1981, p.88.

7.2.2.1 FAZENDA TEREZINHA DE JESUS

A Fazenda Terezinha de Jesus apresenta um cenário apto para o desenvolvimento do turismo cultural rural. Localizada na Zona do Rio do Braço, cujo ramal dista 6 Km da rodovia Ilhéus-Urucuça (no Km 30), a propriedade que tem como principal atividade produtiva o cacau, possui 67,6 hectares.

De acordo com o Quadro 4, pode-se observar as benfeitorias e implementos presentes na propriedade, que possui o número de sete funcionários e uma infra-estrutura capaz de adequa-se ao turismo, pois existe captação de água, distribuição de energia elétrica, despejo orgânico e coleta de lixo.

Quadro 4 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Terezinha de Jesus

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Armazém	Alvenaria	Regular	1
Barcaça	Alvenaria	Regular	6
Casa Fermentação	Alvenaria	Regular	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	8
Cocho Fermentação	Madeira	Regular	3
Curral	Madeira	Regular	1
Secador	Alvenaria	Regular	1
Rede Elétrica Trifásica	Outros	Bom	1

Fonte: CENEX/CEPLAC -2003

A casa sede da fazenda que data do ano de 1938 (figura 8 e 9), passou recentemente por uma recuperação e apresenta condições favoráveis para hospedar os visitantes, possuindo cinco quartos e uma arquitetura bem tradicional.



Fonte: Foto da autora

Figura 8: Casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus



Fonte: Foto da autora

Figura 9: Casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus

No interior do imóvel podem ser encontrados certos objetos como camas, armários, cristaleiras que pertenceram aos primeiros donos da fazenda, possuindo cerca de duzentos anos, além de documentos de interesse histórico-regional, como jornais diários do ano 1939 a 1946, que circulavam naquele período como Ilheos Jornal, Diário da Tarde, que inclusive não existem mais (figuras 10, 11 e 12). Em suma, o ambiente é um retrato vivo da história da cultura cacauceira.



Fonte: Foto da autora

Figura 10: Jornais antigos encontrados na Fazenda Terezinha de Jesus



Fonte: Foto da autora

Figura 11: Interior da casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus



Fonte: Foto da autora

Figura 12: Interior da casa sede da Fazenda Terezinha de Jesus

A fazenda Terezinha de Jesus (que se chamava Fazenda Boa Vista), assim como a fazenda Estrela da Manhã, posteriormente citada, formavam

juntamente com mais duas propriedades (Nossa Senhora da Paz e Progresso), uma única fazenda que pertencia ao Coronel Gabino Kruschwsky, filho de polônês que desbravou a região, que por herança posteriormente dividiu para seus filhos.

Segundo Macedo e Ribeiro (1999, p.68), “a família Kruschwsky descende de poloneses vindos para a região no início do século XIX”. Junto a família Badaró, a quem eram ligados por laços de parentesco, e aos Catalão (posteriormente citado neste estudo na análise da Fazenda Rio do Braço) desbravaram as matas da zona do Rio do Braço, onde foram erguidas algumas das maiores fazendas do município.

Gabino Kruschwsky Filho em 29 de Junho de 1963, no Jornal Diário de Itabuna, ao relatar o pioneirismo do seu pai (Gabino Kruschwsky) conta que:

Por volta de 1800, um jovem simpático e forte [...] rumou em direção as matas do ‘Barbosa’ [...] e, às costas, o seu ‘cacaio’ com ferramentas e roupas de trabalho. Chegando ao ponto destinado, derrubou as primeiras árvores, construiu sua choupana de palha e iniciou o desbravamento das matas [...]. Tarefa árdua, gigantesca, titânica, que ele, como tantos outros, verdadeiros heróis anônimos, enfrentaram naquela época, lutando contra todas as dificuldades, desconforto e intempéries, contribuindo, em grande parcela, para a riqueza desta zona. Depois de preparada a terra, iniciou a plantação de mandioca, cereais e cacau. Quando já tirava da dadivosa terra, o suficiente para sua manutenção, construiu seu lar, recebendo aos pés do altar de Deus, como esposa, a sua amada, uma bela morena, de quatorze anos, de sangue indígena e lusitano, que muito

o amou. Esse jovem par, era Gabino Kruschwsky e Andrelina Maria Kruschwsky. Viviam e trabalhavam felizes [...]

Posteriormente, o Sr. Alcides Kruschwsky, um dos herdeiros do Coronel Gabino Kruschwsky, passou assim as fazendas outrora citadas para suas quatro herdeiras. Em épocas áureas, conta o atual proprietário da fazenda Terezinha de Jesus, o conjunto daquelas quatro fazendas, alcançava em média uma produção anual de 18 mil arrobas de cacau.

Conforme mencionado no item 7.2.2, o eixo Ilhéus-Uruçuca, em especial, o distrito do Rio do Braço, foi palco de um forte tradicionalismo da cultura cacaeira, justificando assim a área de estudo em análise. Neste sentido, ao relatar o antigo cenário do vilarejo, a Sr.^a Sílvia Kruschwsky⁴⁸, uma das herdeiras do Sr. Alcides que morou por um tempo no local lembra que:

O rio do Braço era um sonho, tanto para nós, como para todos que passaram por lá, todos os nossos amigos que tiveram no Rio do Braço uma vez ou duas até hoje não esquecem, alguns deles chegam a chorar...Era uma harmonia, não nos interessava o amanhã, era vivendo o hoje, nosso hoje bastava de tão completo que era. Era um ambiente de amor, de segurança, de tranqüilidade, uma coisa assim de alegria [...] compartilhada com os trabalhadores da fazenda [...]. Todos os sábados minha mãe rezava o ofício de Nossa Senhora com todos os trabalhadores, com os filhos e netos [...], depois tinha mungunzá, arroz doce, licor, bolo inglês para todos, era um ambiente de confraternização [...]. Patrões e empregados

⁴⁸ Informações orais obtidas em 13 de outubro de 2003.

sentavam na mesma mesa [...] essa parte que eu sinto falta de Ilhéus, procurar proclamar, resgatar [...], uma Ilhéus maior [...].

O Rio do Braço tinha um comércio avançado, comenta a Sr^a Sílvia. Dentro da própria fazenda existia um armazém onde se encontrava louças boas, talheres de prata, vinhos finos, que vinham especialmente da França, a exemplo da louça Limoges, fabricada por dois irmãos franceses que morreram sem passar o segredo da leveza das peças, que “eram usadas no café da manhã, almoço, jantar, com toalhas de linho, tudo bordado [...] pessoas finas de bom gosto...”

Enfim, a Sr^a Sílvia em vista de seu desejo de perpetuar Ilhéus, comenta que o município possuía um lado que a encantava, pois conheceu uma Ilhéus linda, voltada para o outros. Dessa forma reforça que: “não é por causa de três ou quatro coronéis que realmente foram terríveis, não é por causa disso, que se vai anular o lado bonito de uma população [...], eu acho isso péssimo de Ilhéus”.

Oliveira (s.d.), ao retratar a situação atual do Rio do Braço, em uma reportagem para o Jornal ‘A Tarde’, comentou que:

Uma das três áreas mais nobres e de maior produção de cacau em Ilhéus (junto com Banco Central e Inema), o distrito do Rio do Braço foi, durante cinco décadas, um reduto de riqueza e prosperidade. No local se desenvolveu um comércio pujante de secos e molhados, tecidos, farmácias, dentre outros produtos, que favoreceu a formação de um núcleo populacional de mais de 500 pessoas, fora moradores de outras áreas que apareciam para fazer compras. Com a chegada da vassoura-de-bruxa, em 1989, o distrito entrou em decadência, junto com as plantações de cacau e hoje é

exemplo mais completo do esvaziamento e decadência da zona rural de Ilhéus. Para quem chega pela primeira vez ao lugar, a impressão é de um vilarejo habitado por fantasmas [...]. As vilas de casas onde moravam os trabalhadores rurais desabaram. Bonitas construções de época, como sobrado de 1926, onde funcionou uma farmácia e que foi o Bar do Norberto (personagem do ator Nelson Xavier na novela Renascer da Rede Globo), estão em ruínas. Apenas a Igrejinha de São Sebastião, padroeiro do distrito, está conservada.

Quanto aos recursos naturais presentes na fazenda Terezinha de Jesus, existem rios, florestas e animais silvestres como tatu, paca, capivara e pássaros exóticos. Animais de serviço como cavalos e burros também podem ser encontrados no local.

O atual proprietário da fazenda, o Sr. Guilherme Filho, demonstra grande interesse em fomentar o turismo e, inclusive, já pensava em tal possibilidade, embora ressalte como sua maior dificuldade, a ausência de recursos financeiros. Além de mostrar a cultura do cacau e todo o patrimônio histórico presente na fazenda, o proprietário imagina outras atividades a serem ofertadas ao turista como: formatação de trilhas, passeios ecológicos para fotografar a riqueza faunística e florística, dentre outras alternativas.

7.2.1.2 FAZENDA RIO DO BRAÇO

Localizada na Zona do Rio do Braço, uma região onde o progresso advindo do auge do cacau em épocas remotas era notória, a fazenda apresenta uma bela casa sede, projetada por arquiteto italiano (figura 13) com quatro

quartos, que vem passando por uma recuperação e apresentaria condições para fomentar a modalidade do turismo cultural rural.



Fonte: Foto da autora

Figura 13 : Casa sede da Fazenda Rio do Braço

Diversas casas antigas, hoje em abandono que estão situadas no entorno da fazenda, formaram o cenário da novela Renascer da rede globo, a exemplo do Bar de Rachid. Vale ressaltar, segundo informações obtidas junto aos administradores das fazendas situadas na Zona do Rio do Braço, que muitos turistas até hoje ainda visitam o local, motivados pela rica história da saga do cacau. Contudo, apesar do sucesso da novela, bem como da literatura Amadiana e demais autores grapiúnas, conhecidos mundialmente, a região ainda não dispõe de uma estratégia para o desenvolvimento do turismo cultural, apesar da existência de toda “matéria-prima”, ou seja, da riqueza cultural presente nestes espaços rurais. As diversas casas existentes datam de 1920, 1925, 1927, 1936, 1938 e 1945 e foram construídas em época áurea da cacauicultura onde funcionavam várias atividades comerciais como armazéns de “secos e

molhados”, mercados, quitandas, casas dos trabalhadores, armazéns, entre outros. (figura 14).



Fonte: Foto da autora

Figura 14: Casarões utilizados pela novela Renascer da Rede Globo na Fazenda Rio do braço.

A fazenda Rio do Braço, pertencente à Família Catalão, teve como primeiro proprietário o Coronel Pedro Levino Catalão (que recebeu enquanto vivo o título de coronel). O atual proprietário, o cacauicultor Eduardo Catalão, filho de Pedro Levino, casou-se com a senhora Déa Silva Catalão e morou por muito tempo no vilarejo do Rio do Braço, onde plantou e colheu o cacau, além de ter contribuído, junto com seu pai, para a história do lugar.

Segundo sua esposa⁴⁹, Eduardo estudou por muito tempo no Rio de Janeiro na Escola Nacional de Agronomia, formando-se em engenharia agrônômica. Nos intervalos das aulas, quando estava de férias em Ilhéus, o seu pai o colocava para trabalhar na roça. Filho único, Eduardo quando ainda jovem,

recebeu do pai um dos primeiros carros de Ilhéus, cidade na qual durante sua vida política, realizou diversas obras.

Eduardo Catalão foi por duas vezes Deputado Federal, Secretário de Agricultura da Bahia, Ministro da Agricultura, Senador da República, Diretor do Banco do Brasil, entre outras atribuições. Enquanto político viabilizou a construção do cais de Ilhéus, pontes, o primeiro Banco do Brasil do município, bem como de outras cidades, a exemplo de Camacã. A primeira verba para construção do aeroporto de Ilhéus, também contou com sua participação, além de outras realizações.

No início do século XX, em uma época áurea do cacau, a casa sede da fazenda foi construída e conforme relata a Senhora Déa⁵⁰, sua inauguração durou três dias com “muita festa e dança”. Eduardo e o seu pai, com recursos próprios, levaram para o Rio do Braço a primeira linha telefônica, sendo também construída por este último a Capela do vilarejo que tem como padroeiro São Sebastião. Muitas imagens, inclusive banhadas a ouro havia no local, porém mais tarde, foram lamentavelmente furtadas.

No Quadro 5, observa-se a estrutura física presente na fazenda, conforme as informações do CENEX/CEPLAC.

⁴⁹ Informações orais obtidas em 10 de outubro de 2003.

⁵⁰ Ibidem.

Quadro 5 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Rio do Braço

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Armazém	Alvenaria	Regular	1
Barcaça	Alvenaria	Regular	8
Casa Administrador	Alvenaria	Ruim	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	20
Casa Sede	Alvenaria	Ruim	1
Depósito	Alvenaria	Regular	1
Escola	Alvenaria	Regular	1
Galpão	Alvenaria	Regular	1
Secador	Alvenaria	Regular	1

Fonte: CENEX/CEPLAC -2003

A fazenda Rio do Braço possui aproximadamente 95,3 hectares, mantém a cacauicultura como atividade produtiva e possui também fotos da família Catalão e alguns móveis antigos como armários, datados de, aproximadamente, 150 anos, que retratam a cultura regional (figura 15). Na realidade, a propriedade reflete todo o tradicionalismo, ora registrado nas construções dos imóveis, ora nas fotos e certos objetos encontrados no local. A infra-estrutura da propriedade dispõe de captação de água, energia, despejo orgânico e coleta de lixo. No que tange aos recursos naturais, tem-se rios, florestas, animais silvestres e de serviço como burros e cavalos.



Fonte: Foto da autora

Figura 15: Objetos e documentos de interesse histórico-cultural encontrados na Fazenda Rio do Braço.

Enfim, segundo informações da Senhora Déa Catalão, existe possibilidade de desenvolver a atividade turística (embora não em curto prazo), pensando, inclusive, em organizar um museu de interesse histórico-regional na sua casa sede.

7.2.1.3 FAZENDA ESTRELA DA MANHÃ

Localizada também na Zona do Rio do Braço, entre as fazendas Terezinha de Jesus e Rio do Braço, citadas anteriormente, a Fazenda Estrela da Manhã, existente desde 1923, possui no seu entorno construções de grande valor histórico-cultural que poderiam ser mostrados aos visitantes que chegassem ao local via vertente do Turismo Cultural Rural (figura 16).



Fonte: Foto da autora

Figura 16: Vista parcial do entorno do Rio do Braço.

Embora não apresente uma casa sede com um perfil tradicional, possui toda a estrutura de uma fazenda de cacau (Quadro 6), cuja atividade produtiva até hoje ainda permanece. O grande diferencial dessa propriedade, conforme dito, são as construções antigas, como os dois galpões onde funcionava uma estação ferroviária (figura 17), um outro imóvel onde existia uma delegacia de polícia e um posto médico, bem como uma capela (figura 18), onde aconteciam muitas cerimônias religiosas. Vale lembrar que esta propriedade, conforme dito anteriormente, formava um conjunto de fazendas que pertenceu ao Coronel Gabino Kruschwsky, passando às gerações ulteriores.



Fonte: Foto da autora

Figura 17: Antiga estação de trem situada na Fazenda Estrela da Manhã.



Fonte: Foto da autora

Figura 18: Capela situada da Fazenda Estrela da Manhã.

Vale ressaltar, conforme abordou Oliveira⁵¹ que as terras do Rio do Braço se concentravam nas mãos de dois coronéis, que detinham a força e poder que foram, Gabino Kruschwsky e Pedro Levino Catalão (Fazenda Rio do Braço, pai de Eduardo Catalão). “Juntos, detinha 30% do cacau produzido em Ilhéus. Cada uma dessas fazendas chegou a empregar até 60 trabalhadores, que formaram o primeiro núcleo populacional do distrito”.

Segundo José Isidoro Neto, um aposentado de 72 anos, que se criou e morou 40 anos no distrito, Rio do Braço era um arraial pertencente ao

⁵¹ op. cit., s.d. In: Jornal A Tarde.

distrito de Banco do Pedro, que acabou se desenvolvendo mais e tomando para si a posição de sede distrital, por causa da Estrada de Ferro Ilhéus-Ubaitaba. Construída pelos ingleses em 1905 e desativada pelo golpe militar de 64, a ferrovia entre os anos 30 e 50 levou o progresso, transportando mercadorias e muita gente que saía de Itabuna e Ilhéus para fazer compras no Rio do Braço. Por conta disso, era grande a população flutuante de forasteiros e negociantes turcos, sírios e libaneses [...].⁵²

José Isidoro, que trabalhou na estrada de ferro, conta que Rio do Braço também recebia muita gente em dias de jogos de futebol. As festas do padroeiro, São Sebastião, duravam três dias e atraíam devotos e pessoas de vários pontos da região cacauzeira. Atualmente, nem padroeiro se festeja mais, por falta até de gente para participar das homenagens [...].⁵³

A Sr^a Sílvia, também já citada, comenta ainda que no entorno da Fazenda Estrela da Manhã existia além do posto de saúde, um cartório eleitoral, um pequeno cinema que funcionava com dias marcados, festas nos clubes, escola, entre outros. “[...] A estação de trem, seria para um momento do turismo em Ilhéus, que deveria ser reativado e seria uma coisa interessante, pois as pessoas desciam dos trens vestidos a rigor, todos bem vestidos [...]”. Nas festas do Rio do Braço, conta a Sr^a. Sílvia, “todas as famílias participavam, tinham novenas, missas, e depois de reuniam para tomar café, com três ou quatro mesas enormes”. Naquele tempo, o contato não era Salvador, era Ilhéus – Rio de Janeiro, “onde as famílias passavam férias inteiras, trocavam cartas⁵⁴ para comunicar datas importantes, nascimento de crianças, batizados [...]”. Vale ressaltar, que na residência da mesma, ainda são encontrados móveis antigos como cristaleiras, talheres de prata, louças, imagens, duas telas de litogravura feitas na França com cerca de 130 anos (Le Saltimbanque e La veillt des noces), entre outros objetos, que ficavam no interior das fazendas da família.

⁵² Ibidem, s.d.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ A Sr^a Sílvia ainda guarda todas as cartas que eram enviadas à sua família, cujo conteúdo apresenta grande valor histórico-regional.

No que se refere à infra-estrutura da Fazenda Estrela da Manhã, existe captação de água, distribuição de energia elétrica, despejo orgânico, coleta de lixo e também telefone celular, que fica aos cuidados do administrador da fazenda.

Quadro 6 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Estrela da Manhã

Descrição Quantidade	Característica	Ano/Conservação	
Açude	Outros	Bom	1
Barcaça	Alvenaria	Regular	2
Casa Fermentação	Alvenaria	Regular	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	4
Casa Sede	Alvenaria	Regular	1
Cocho Fermentação	Madeira	Regular	1
Curral	Madeira	Regular	1
Depósito	Alvenaria	Regular	2
Galpão	Alvenaria	Regular	1
Secador	Alvenaria	Regular	1

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003

No que concerne aos recursos naturais, existem rios, riachos, florestas e animais silvestres como tatu, paca, pássaros, entre outros. Existem ainda quatro burros, três cavalos e uma vaca, utilizados para os serviços da fazenda.

Quanto à possibilidade de ofertar o turismo na fazenda, o proprietário relatou que já pensou em desenvolver esta atividade, embora ressalte sua prioridade na renovação dos cacauais, para assim obter recursos financeiros para almejar projetos futuros neste sentido, já que estes são atualmente inexistentes.

7.2.1.4 FAZENDA REMANSO

Também localizada no Rio do Braço, próxima às demais propriedades já mencionadas, a Fazenda Remanso que possui 65,9 hectares, tem como atividade produtiva o cacau e apresenta em seu entorno as benfeitorias e

implementos mostrados no Quadro 7 e na figura 19). A infra-estrutura da propriedade dispõe de captação de água, distribuição de energia elétrica, despejo orgânico, coleta de lixo e também telefone celular.

Quadro 7 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Remanso

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Barcaça	Alvenaria	Regular	2
Casa Administrador	Alvenaria	Regular	1
Casa Fermentação	Alvenaria	Regular	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	4
Casa Sede	Alvenaria	Regular	1
Cocho Fermentação	Madeira	Regular	2
Secador	Alvenaria	Regular	1
Rede Elétrica Trifásica	Outros	Bom	1

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003



Fonte: Foto da autora

Figura 19: Barcaças da Fazenda Remanso.

A casa sede da fazenda, hoje em abandono, que foi construída em 1929 (figuras 20 e 21), possui uma belíssima arquitetura composta de cinco quartos e inclusive um porão⁵⁵ que se restaurado, seria um ambiente propício para a hospedagem de turistas e cenário adequado para retratar a história e riqueza cultural da saga do cacau.



Fonte: Foto da autora

Figura 20: Casa sede da Fazenda Remanso.



Fonte: Foto da autora

Figura 21: Casa sede da Fazenda Remanso.

Segundo informações do proprietário, o vilarejo do Rio do Braço, chamado região do Almada (às margens do Rio Almada), é um local dos mais antigos do município de Ilhéus, no cultivo da cacauicultura. A fazenda Remanso foi

⁵⁵ Segundo o proprietário, dizem os moradores mais antigos que no porão ficavam “pistoleiros” que

desbravada por pioneiros sergipanos que realizaram o plantio de cacau cabruca, ou seja, brocava-se a mata e fazia um rareamento para posteriormente plantar o fruto, permanecendo assim dois ecossistemas, o primitivo (mata atlântica) e o cacau. Após este período inicial, a fazenda foi passando por uma cadeia sucessória muito rica, pertencendo mais tarde à Família Pinto, que ficou por muito tempo com o seu domínio. No ano de 1945, o avô do atual proprietário, Isidoro Gesteira Peleteiro, um jovem espanhol que chegou a Ilhéus e viveu durante sessenta anos na região, comprou a fazenda Remanso e outras propriedades menores.

Posteriormente as fazendas foram desmembradas em duas, a Remanso (que pertence hoje a Eusínio Lavigne Gesteira) e a outra chamada Feliz Vitória (que pertence ao seu irmão Isidoro Lavigne Gesteira). Assim, verifica-se que hoje a propriedade pertence à terceira geração de cacauicultores.

Quanto ao vilarejo do Rio do Braço, o Sr. Eusínio Lavigne, recorda que o distrito era muito próspero e que já viajou muito de trem, cuja estação foi fundada pelos ingleses. As pessoas embarcavam em Ilhéus, percorria a estação de Mutuns e água preta (atual Uruçuca) e passava pelo Rio do Braço com destino a Ubaitaba.

Lembra o proprietário que o Rio do Braço era um ponto de encontro onde o comércio era bastante movimentado, onde se vendia todos os gêneros alimentícios, “do tecido à pólvora para espingarda”. Era uma “mini-cidade”, onde existia desde os armazéns de “secos e molhados” a artigos de selarias, cangalhas, lojas para vender ferramentas para fazendas, entre outros. Também era um ponto de encontro nos finais de semana para a compra e venda de gado

e outros animais. Nesta época, a maioria das famílias moravam nas fazendas, onde só posteriormente migraram para cidade.

Na Fazenda Remanso existiam as chamadas avenidas, com casas para os trabalhadores solteiros e casados, pois o número de funcionários era muito grande, chegando em 1975 a 1978 a possuir trinta trabalhadores fixos, sem contar com os rotativos, que na época da colheita eram contratados para roçagem e outros serviços. A Fazenda Remanso chegou a colher 5.000 arrobas de cacau e junto com a Fazenda Feliz Vitória que depois foi desmembrada, chegou a colher 17.000 arrobas no ano.

Quanto aos recursos existentes hoje no local, a propriedade possui três animais de serviço e gados (em torno de dez), que fornece leite para os funcionários. Os animais silvestres também podem ser encontrados como mico-leão-dourado, macacos, tucanos, tatu, entre outros, além de rios e florestas.

Segundo informações obtidas junto ao proprietário da fazenda, até o momento, o mesmo não havia pensado na possibilidade de desenvolver a atividade turística no local, embora não afaste tal hipótese. Para almejar planos no âmbito do turismo, ressalta a necessidade de parcerias e projetos integrados, além da criação de atrativos e um roteiro formatado para receber os turistas.

A Fazenda Norma, localizada na zona do Rio do Braço, vizinha da fazenda Remanso, possui em torno de 80 anos de tradição no cultivo do cacau, principal atividade produtiva do local. A propriedade que pertenceu ao cacauicultor Osvaldo Mendonça, após aquisição em 1945 na mão do Coronel Virgílio Amorin (a propriedade se chamava Fazenda Miromba), foi adquirida posteriormente pelo Sr. Mário Reis (há cerca de trinta e seis anos) que após o seu falecimento foi herdada por sua viúva e atual proprietária, a Sr^a Sirgley Maia. A propriedade com 206 hectares possui os implementos característicos da cacauicultura (Quadro 8), apresentando também uma infra-estrutura adequada para o fomento da atividade turística.

Quadro 8 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Norma

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Armazém	Alvenaria	Bom	1
Barcaça	Alvenaria	Bom	8
Casa Fermentação	Alvenaria	Bom	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	12
Casa Sede	Alvenaria	Bom	1
Cocho Fermentação	Madeira	Regular	3
Secador	Alvenaria	Bom	1
Rede Elétrica Trifásica	Outros	Bom	1

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003

A casa sede com cerca de 100 anos é possuidora de uma beleza peculiar (figura 22), contando ainda com uma piscina, que no momento encontra-se desativada (figura 23), mas que com os cuidados devidos, representaria um diferencial para os visitantes, amantes do turismo cultural rural, uma vez que as demais propriedades da área, não dispõem de mais este atrativo.



Fonte: Foto da autora

Figura 22: Casa sede da Fazenda Norma.



Fonte: Foto da autora

Figura 23: Piscina desativada da Fazenda Norma.

A propriedade possui hoje 10 funcionários (este número já alcançou em torno de 80 trabalhadores em tempos remotos), e ainda resta no interior da casa

sede alguns móveis como camas e cristaleiras (guarda-louças), com cerca de 100 anos.

O Rio do Braço, cujo nome é dado para todo o entorno, passa em frente a casa sede da fazenda, onde poderiam ser desenvolvidas atividades de pesca para visitantes. Existe também riachos e animais silvestres e de serviço na propriedade.

Segundo a proprietária da fazenda já foi pensado em desenvolver a atividade turística no local, embora não tenha sido feito nenhum projeto neste sentido. Também não existem planos futuros para o empreendimento no âmbito do turismo, uma vez que, conforme a mesma, “Ilhéus deixa a desejar no turismo”, carecendo de apoio político para incrementar a atividade. Além disso, a estrada que dá acesso ao Rio do Braço necessitaria de maiores cuidados e os interessados em fomentar quaisquer modalidade de turismo, precisariam de incentivos financeiros para formatá-lo.

7.2.1.6 FAZENDA RIACHUELO

A Fazenda Riachuelo que tem acesso pela Rodovia Ilhéus-Uruçuca a partir do ramal de Mutuns a cerca de 2 Km, possui uma área total de aproximadamente 1.200 hectares, tendo como atividade principal a cacauicultura, embora haja uma grande diversificação como: plantio de graviola, pupunha, açaí, banana da terra, cupuaçu, cajá, além de uma horta orgânica comunitária que é usufruída pelos seus trezentos funcionários aproximadamente, que trabalham no local.

A propriedade possui diversos implementos (Quadro 9) que encontram-se em um bom estado de conservação, contendo diversos imóveis novos como

barcaças (figura 24), depósitos e inclusive a sua casa sede, que possui uma arquitetura mais moderna e encontra-se próxima a uma área de lazer (figuras 25 e 26). Esta última inclusive seria um local muito agradável para hospedar visitantes motivados pelo turismo cultural rural. Apesar de não possuir objetos e/ou documentos mais antigos, até por que a fazenda vem passando por um processo de modernização, as instalações mais novas não fogem ao padrão do cultivo do cacau, o que não deixa de retratar a cultura regional.

Quadro 9 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Riachuelo

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Armazém	Alvenaria	Bom	5
Barcaça	Alvenaria	Bom	6
Casa Fermentação	Alvenaria	Bom	1
Casa Operário	Alvenaria	Bom	100
Casa Sede	Alvenaria	Excelente	1
Curral	Madeira	Bom	3
Depósito	Alvenaria	Bom	15
Escola	Alvenaria	Bom	1
Secador	Alvenaria	Bom	24
Escritório	Alvenaria	Bom	1
Galpão/Garagem	Alvenaria	Excelente	1

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003



Fonte: Foto da autora

Figura 24: Secagem do cacau na Fazenda Riachuelo.



Fonte: Foto da autora

Figura 25: Casa sede da Fazenda Riachuelo.



Fonte: Foto da autora

Figura 26: Dique em construção da Fazenda Riachuelo.

A fazenda possui ainda viveiros com aproximadamente 800 mil mudas de cacau e diversos clones, interessantes para turistas e pesquisadores que desejassem visitar o local, além dos diversos recursos naturais existentes como rios, florestas, animais silvestres como mico-leão-dourado, capivara, entre outros. Muitos estudantes da EMARC (Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC) de Uruçuca, inclusive, moram e trabalham na propriedade na tentativa de unir conhecimentos teórico-práticos. Enfim, a Fazenda Riachuelo apresentou-se como um local muito agradável e de provável interesse por parte dos turistas.

Segundo informações obtidas junto ao administrador da fazenda, o proprietário já pensou em desenvolver a atividade turística, porém acredita que esta aspiração não seja consolidada a um curto prazo, uma vez que a propriedade ainda está se estruturando e a abertura do local ao público demandaria uma anterior melhoria na estrada e na infra-estrutura geral.

7.2.1.7 FAZENDA PROVISÃO

Situada no Km 27 da rodovia Ilhéus-Uruçuca, às margens do Rio Almada, a Fazenda Provisão apresenta uma grande beleza natural, apta para fomentar a atividade turística. Com uma área total de 300 hectares, tem no cultivo do cacau, sua principal atividade produtiva.

O rio próximo à propriedade seria apto para a pesca e passeios de canoa e barco pelos visitantes (figura 27), que poderiam ficar hospedados na casa sede, cuja beleza e simplicidade encantaria o seu público-alvo (figura 28). Outro interessante imóvel situado na propriedade é uma capela (que possui quase 100 anos), cuja simplicidade e tradicionalismo, seria um cenário apto para o turismo cultural (figura 29).



Fonte: Foto da autora

Figura 27: Rio que corta a Fazenda Provisão.



Fonte: Foto da autora

Figura 28: Casa sede da Fazenda Provisão.



Fonte: Foto da autora

Figura 29: Capela da Fazenda Provisão.

Conforme o Quadro 10 pode-se observar os implementos presentes na Fazenda Provisão.

Quadro 10 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Provisão

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Armazém	Alvenaria	Bom	1
Avenida	Alvenaria	Regular	3
Barcaça	Alvenaria	Bom	4
Casa Administrador	Alvenaria	Bom	1
Casa Fermentação	Alvenaria	Bom	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	1
Casa Sede	Alvenaria	Bom	1
Cocho Fermentação	Madeira	Bom	1
Depósito	Alvenaria	Regular	1
Secador	Alvenaria	Bom	1
Rede Elétrica Trifásica	Outros	Bom	1

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003

A infra-estrutura presente no local, bem como sua paisagem privilegiada (com recursos naturais diversos como florestas e animais silvestres, cavalos, entre outros), compatibiliza-se com os anseios da formação do turismo cultural rural (figuras 30, 31 e 32). O proprietário, inclusive, relatou que é muito comum grupo de turistas em trânsito pela rodovia pararem na fazenda para tirar fotos, encantados com o seu ambiente natural.



Fonte: Foto da autora

Figura 30: Entrada da Fazenda Provisão.



Fonte: Foto da autora

Figura 31: Entrada da Fazenda Provisão.



Fonte: Foto da autora

Figura 32: Entrada da Fazenda Provisão.

Quanto à possibilidade de fomentar a atividade turística, o proprietário explicita que já pensou em tal aspecto, embora não tenha sido realizado nenhum projeto. Um grupo do Rio Grande do Sul há alguns anos atrás, e também a Bahiatursa, já estiveram no local com o intuito de realizar um diagnóstico para desenvolver o turismo. Foi preparado inclusive na época, um histórico da fazenda (existente a mais de um século) pelo proprietário. Este relata ainda que existem documentos antigos de interesse histórico-regional como brasão do Império, carta de doação de sesmarias por D. Pedro e móveis antigos que pertenceram à sua família.

Quanto às notas históricas da fazenda Provisão, o proprietário⁵⁶ relata:

Chegando ao Brasil em 1818, o Sr. Henri Borel, suíço de nascimento requereu ao Exmo. Sr. Conde da Palma, 'Governador e Capitão General da Província da Bahia', uma sesmaria de terras incultas, com 'uma légua em quadra', que principiava às margens do Rio Almada. Para sua concessão, foram cumpridas as formalidades legais, iniciadas com a expedição da 'Carta de Deligência' ao 'Juiz ordinário da Villa dos Ilhéos', que ao seu turno, nadou o 'Porteiro da Comarca' publicar a 'Carta de Edital' e afixa-la 'no canto de Praça Pública por trinta dias'. Findo o prazo e 'não havendo pessoa que se oppuzesse com embargos, depois do que, sendo ouvido o Dezembargador da Real Coroa e Fazenda, respondeu não haver dúvida alguma na concessão requerida'. Desta forma, em agosto de 1818, o suplicante toma 'posse real, efetiva e actual' da sesmaria de uma légua de terra em quadra, na Cachoeira do Almada, termo da Villa de Ilhéos, que o Exmo. Sr. Conde da Palma teve por bem dar em nome de Sua majestade Imperial.' Em 1847, após o falecimento do

⁵⁶ Informações escritas obtidas junto ao Sr. Albino Eduardo Machado Novaes em 10 de outubro de 2003.

Senhor Henri Birel, o Engenho Castelo Novo, nome dado à sesmaria, foi comprado pelo Sr. Joaquim Pedro Schola. Em junho de 1885, o Tem. Coronel Domingos Adami de Sá, casado com D. Theodolinda Maria D' El Rey Adami assume, por herança, o seu quinhão de cacaueiros denominado PROVISÃO. A partir desta data, e através de sucessivas compras de terras de cacau, plantadas e produtivas, a hoje denominada Fazenda Provisão assume a sua forma atual, mantendo-se em mãos dos herdeiros bisnetos.

Enfim, ao ser indagado quanto às dificuldades para formatar um produto turístico em sua fazenda, o proprietário assim expõe:

Infelizmente o Poder Público não se envolve. Um turismo profissional é uma coisa (como acontece nas fazendas que ofertam o turismo rural no Rio Grande do Sul) e o turismo amador é outra. O Turismo Rural tem que ser profissional e se não o for, ele nem se quer começa a existir.

Assim, observa-se que um dos grandes entraves destacados quanto à possibilidade de se desenvolver um turismo de qualidade e sucesso, refere-se à ausência de um envolvimento efetivo do Poder Público, enquanto um agente indispensável para harmonizar todo o *trade* turístico.

7.2.3 FAZENDAS DO EIXO ILHÉUS-ITABUNA

O bipólo Ilhéus-Itabuna, situado na área do Agrossistema Almada da região econômica Litoral Sul do Estado da Bahia⁵⁷, inserido às margens da BR 415, tem como característica principal o predomínio da monocultura do cacau nas propriedades situadas no seu entorno.

⁵⁷ Composta de 53 municípios conforme regionalização econômica do Estado da Bahia, CEI (1993) apud Virgens (1996).

Área de tradicional produção da cacauicultura, o eixo Ilhéus-Itabuna, sujeito às variações e instabilidades geradas pela crise da economia local, necessita de maior sustentação para ampliar os níveis de emprego e renda para a comunidade rural.

Em uma pesquisa sobre a crise e a situação agroeconômica da cacauicultura no eixo Ilhéus-Itabuna, Virgens (1996) relatou que a área em estudo, por ser típica da monocultura exportadora, está sujeita à instabilidade de preços e, conseqüentemente, à variabilidade na renda local, tornando-se, portanto, sujeita a um alto risco, com alterações freqüentes nos níveis de renda, investimento, emprego e poupança. Também, as escassas alternativas para o emprego da mão-de-obra têm ampliado a pobreza do polígono, além de um empobrecimento geral decorrente da transferência de recursos para outras localidades mais promissoras.

Enfim, com base nos dados obtidos e nas discussões levantadas pela pesquisa, constatou-se uma tendência à redução do peso da cultura do cacau em diversas atividades, dentre as quais, foi citada a prática do turismo rural.

Outrossim, no decorrer das pesquisas, teve-se conhecimento de um projeto para a estrada Ilhéus-Itabuna, intitulado "Uma Viagem as Terras do Sem Fim", fruto de parceria do SEBRAE, Ilheustur e Prefeitura de Ilhéus, cujo intuito era fomentar a atividade turística do eixo, com diversas ações como inventário turístico da estrada, incentivo à exploração de novos produtos, articulação das comunidades envolvidas com o *trade* turístico local, entre outras metas, que se encontram estagnadas⁵⁸.

Diante dos motivos descritos, é crível que com o levantamento das potencialidades das fazendas para a prática da atividade turística no eixo Ilhéus-Itabuna, poder-se-á vislumbrar de forma concreta ações para incrementar a economia das comunidades rurais desta área em estudo.

7.2.3.1 FAZENDA ALEGRIAS

Vizinha à Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, situada no Km 15 do eixo Ilhéus-Itabuna, a Fazenda Alegrias existente desde 1800, tem como principal atividade produtiva a cacauicultura (figuras 33 a 35). Conforme informações do atual proprietário, o Sr. Antônio Francisco Leal Lavigne de Lemos, a medição da fazenda ocorreu em 1899, sendo que em 1903, o Governador Severino dos Santos Vieira, vendeu o Título da Terra ao primeiro proprietário, o Sr. Antônio Jorge Moreno Filho, onde posteriormente foi herdado pela viúva Alzira Vasconcelos Moreno. Em fevereiro de 1961, a Fazenda Alegrias foi vendida para o Sr. Francisco Lavigne de Lemos, pai de Antônio Lavigne, que após sua morte, foi herdada por este.

⁵⁸ Informação oral obtida junto ao Senhor Gerson Marques em 26 de maio de 2003.



Fonte: Foto da autora

Figura 33: Casa sede da Fazenda Alegrias.



Fonte: Foto da autora

Figura 34: Sede da Fazenda Alegrias.



Fonte: Foto da autora

Figura 35: Sede da Fazenda Alegrias

Segundo informações do Sr. Antônio Lavigne, é muito comum professores e pesquisadores que visitam a região, e em especial, a UESC, freqüentar o local com o objetivo de conhecer um pouco da cultura do cacau e suas instalações. O Quadro 11 demonstra as benfeitorias e implementos presentes na Fazenda Alegrias.

Quadro 11 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Alegrias

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Casa Fermentação	Alvenaria	Bom	1
Casa Operário	Alvenaria	Bom	7
Casa Sede	Alvenaria	Excelente	1
Cocho Fermentação	Madeira	Bom	1
Curral	Madeira	Bom	1
Galpão	Alvenaria	Bom	1
Secador/Barcaça	Alvenaria	Bom	1
Rede Elétrica Trifásica	Metal	Excelente	1
Barc/Arm/Depósito	Alvenaria	Bom	2

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003

No que concerne à infra-estrutura, a fazenda dispõe de captação de água, distribuição de energia elétrica, despejo orgânico e coleta de lixo. O proprietário do local, alerta para o despejo do lixo, especialmente oriundo dos laboratórios da UESC, no ribeirão que passa pela fazenda, ressaltando inclusive que não existem mais peixes devido ao grande impacto ambiental causado. Na oportunidade, solicita providências para um devido tratamento sanitário.

Outrossim, o proprietário explicita que, na mata existente no entorno da fazenda, podem ser encontrados diversos recursos naturais como espécies de animais silvestres e árvores com mais de 500 anos, a exemplo do jacarandá, pau-brasil, jequitibá e outras. Enfim, revela que já pensou em desenvolver a atividade turística na fazenda, embora não tenha plano imediato quanto a esta aspiração, especialmente por ausência de recursos financeiros.

7.2.3.2 FAZENDA DIVA

A Fazenda Diva situada próxima ao Salobrinho no eixo Ilhéus-Itabuna, a 1 Km do portão da Diva, possui uma área de 545 hectares e tem na cacauicultura sua principal atividade produtiva, embora desenvolva também o plantio da seringueira, pastagem e pecuária de leite. A propriedade pertenceu inicialmente ao Sr. Manuel Nambu, onde posteriormente foi adquirida pelo Sr. Sinézio Celestino Chagas, que após seu falecimento foi herdada pela viúva Diva Ferreira Chagas, avós do atual administrador da fazenda. Em seguida, a propriedade foi transmitida ao Sr. Antônio Chagas, filho dos dois últimos donos, sendo depois herdada por Maria Lúcia Sampaio Chagas, atual proprietária.

A infra-estrutura do local, no que concerne à captação de água, distribuição de energia e despejo orgânico, é apta para o desenvolvimento da atividade turística. Observe no Quadro 12 toda a estrutura presente no local.

Quadro 12 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Diva

Descrição	Característica	Ano/Conservação	Quantidade
Avenida	Alvenaria	Regular	1
Barcaça	Alvenaria	Regular	9
Casa Administrador	Alvenaria	Regular	1
Casa Fermentação	Alvenaria	Regular	1
Casa Operário	Alvenaria	Regular	10
Casa Sede	Alvenaria	Regular	1
Cerca	Outros	Bom	1
Cocheira	Madeira	Regular	1
Curral	Madeira	Regular	1
Depósito	Alvenaria	Regular	3
Galpão	Alvenaria	Regular	1
Secador	Alvenaria	Regular	1
Barragens/Aguada	Alvenaria	Regular	1
Carroça	Madeira	Bom	1
Grade	Metal	Bom	1
Ordeneira	Outros	Bom	1

Fonte: CENEX/CEPLAC –2003

Tanto a casa sede (figura 36), como as casas dos operários, cujo número é considerável (em torno de 22 imóveis), poderiam ser transformados em hospedagem para os visitantes. A fazenda possui 22 funcionários e dispõe ainda de animais e veículos para o transporte de pessoas.



Fonte: Foto da autora

Figura 36: Casa sede da Fazenda Diva.

O administrador da fazenda, o Sr. Marco Antônio Sampaio Chagas, filho da Sr^a Maria Lúcia, demonstra grande interesse em fomentar o turismo no local, seja como uma pousada rural ou ainda a modalidade do turismo rural. Segundo o mesmo, as dificuldades em alavancar tal projeto refere-se a falta de estudos de viabilidade financeira e econômica para o setor, assim como a ausência de financiamentos e/ou programas de incentivo para os fazendeiros da região.

Apesar de não possuir objetos e documentos de interesse histórico-regional, o local traduz o regionalismo e tradição da cacauicultura, seja nas instalações de beneficiamento do cacau (figura 37), seja nas plantações dos frutos, tendo inclusive plantas clonadas. Além disso, recursos naturais como um riacho, floresta e animais silvestres (inclusive um jacaré na represa próxima a casa sede), encantariam turistas que buscassem desfrutar dos seus atrativos.



Fonte: Foto da autora

Figura 37: Sede da Fazenda Diva.

7.2.3.3 FAZENDA PORTO NOVO

A Fazenda Porto Novo, localizada no Km 04 da rodovia Ilhéus-Itabuna, próxima ao Banco da Vitória, possui uma área de 870 hectares, apresentando como atividade produtiva a cacauicultura e a pecuária de leite.

O local dispõe de recursos naturais interessantes para serem ofertados aos turistas, como florestas, animais silvestres, rios e riachos, além da Trilha do Burro, que segundo o proprietário, seria mais um atrativo a ser oferecido aos visitantes. O rio que divide a propriedade é navegável, podendo desenvolver a pesca e a canoagem, servindo ainda como mais uma opção de acesso ao local (Figura 38). Neste sentido, o proprietário Ronaldo Abude comenta:

O turista poderia chegar a propriedade através de automóvel ou de barco. Chegando ao aeroporto de Ilhéus, sairia já de barco

pelo Rio Cachoeira (saída da marina -restaurante boca do mar), podendo ainda no percurso, antes de chegar à fazenda, passar pelo Rio do Engenho e visitar a segunda capela mais antiga do Brasil, bem como as construções dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar da Bahia.



Fonte: Foto da autora

Figura 38: Rio que corta a Fazenda Porto Novo

Na propriedade existem construções típicas para o beneficiamento do cacau, com 13 barcaças das quais, oito delas com casas embaixo, além de secadores à lenha e casas de cocho para fermentação. O Quadro 13 demonstra os implementos e benfeitorias presentes na Fazenda Porto Novo, segundo dados obtidos junto ao CENEX. A infra-estrutura apresenta-se em boas condições, dispendo de uma casa sede com cinco quartos que poderiam oferecer pernoite a visitantes (figuras 39 e 40). O número total de funcionários é de trinta e um.

Quadro 13 : Benfeitorias e Implementos da Fazenda Porto Novo

Descrição	Característica Ano/Conservação	Quantidade
-----------	--------------------------------	------------

Avenida	Alvenaria	Regular	5
Barcaça	Alvenaria	Bom	13
Casa Fermentação	Alvenaria	Regular	2
Casa Operário	Alvenaria	Regular	11
Curral	Madeira	Bom	1
Depósito	Alvenaria	Regular	1
Galpão	Alvenaria	Bom	1
Rede Elétrica Trifásica	Outros	Bom	1
Barc./Arm.C./Fermentação	Alvenaria	Regular	1
Barcaça/Depósito	Alvenaria	Regular	2
Secador/Resfriador	Alvenaria	Regular	1

Fonte: CENEX/CEPLAC - 2003



Fonte: Foto da autora

Figura 39: Casa sede da Fazenda Porto Novo.



Fonte: Foto da autora

Figura 40: Casa sede da Fazenda Porto Novo.

Quanto à existência de documentos e/ou objetos de interesse histórico-regional, o proprietário conta que além das construções tradicionais de uma fazenda de cacau, possui ainda um documento do patrimônio histórico de ilhéus que relata como foi a posse da área, desde a época das Capitânicas Hereditárias, uma vez que a fazenda era uma sesmaria pertencente a Men de Sá, que foi doada pelo Rei de Portugal D. João III. Sob este aspecto, vale lembrar, certos aspectos concernentes à história de Ilhéus, conforme aborda Falcón (1995, p.39):

A primeira tentativa de povoamento das terras que hoje correspondem ao município de Ilhéus verificou-se no século XVI através a doação de Dom João IV a Jorge de Figueiredo Correa das terras compreendidas entre as cem léguas da costa litoral Sul do Estado. Entre 1532 e cerca de 1750, os sucessivos donatários buscaram sem grande sucesso a efetiva ocupação econômica, implantando engenhos de açúcar que geraram um comércio sem muita importância. A incapacidade dos donatários em deslanchar o progresso da capitania levou ao fracionamento das terras, dívidas em diversas sesmarias na segunda metade do século XVIII sem que qualquer alteração significativa fosse registrada [...]. Até o começo do século XIX, Ilhéus não passava de um pequeno povoado fundado por jesuítas [...]. Foi o florescimento econômico do cacau o responsável inclusive pela elevação da vila à categoria de cidade em junho de 1881. De tal forma que – pode-se afirmar sem exagero – muito provavelmente a cidade não teria se consolidado se ali não se tivesse implantado a empresa econômica da cacauicultura.

A cadeia sucessória da Fazenda Porto Novo apresenta-se bem rica. Conforme acórdão datado de 18 de outubro de 1949, em ação demarcatória do “Engenho Santana”, por efeito de domínio que ascendeu a Men de Sá em terras doadas por Jorge de Figueiredo Corrêa, se transmitiu, força de sucessivas heranças, aos promoventes Ernesto Macedônio de Sá, Juvenal da Silva Garcia e outros, abrindo ainda exceção a Agenor Gonçalves de Paiva. Posteriormente, a cacauicultora Mariana Corrêa de Paiva, em 08 de dezembro de 1952 adquiriu as terras do espólio de Agenor Gonçalves de Paiva.

Após isso, Mariana Corrêa Paiva passou a comprar também outras propriedades, a citar: Em 16 de setembro de 1955 adquiriu terras junto ao Senhor Enock Ribeiro de Góes e sua mulher Maria Isabel Santos Góes; Em 06 de janeiro de 1961 comprou terras que pertenciam ao Estado da Bahia, na pessoa do General Juracy Montenegro Magalhães, então governador do Estado; Em 16 de agosto de 1963 comprou outras áreas na mão do Sr. Arlindo Correa e sua mulher Genoveva Fred Corrêa. Tais aquisições configuraram assim a área da Fazenda Conjunto Porto Novo.

Posteriormente, já em 1918, o Sr. Eusínio Lavigne adquiriu a fazenda outrora pertencente à Mariana Corrêa Paiva, e em 2001 foi comprada pelo atual proprietário Ronaldo Abude.

Quanto ao interesse em desenvolver o turismo, apesar de não possuir ainda um projeto voltado para a atividade, o proprietário revela uma predisposição e planos futuros para o empreendimento, pois acredita que a fazenda apresenta um apelo cultural e ambiental, interessantes para ofertar ao público. Ao ser indagado sobre que tipo de turismo desenvolveria na propriedade diz que:

Turismo para pessoas interessadas em trilhas em matas virgens que buscam entrar em contato com a natureza e apreciar animais ameaçados de extinção como mico-leão da cara dourada e tucanos; Turistas curiosos em conhecer a lavoura de cacau e conhecer a matéria-prima principal do chocolate; turistas que gostem de esportes radicais como trilhas para bicicletas e motocicletas e outros esportes como caiaques, esqui-aquático, entre outros.

Enfim, a Fazenda Porto Novo, segundo as observações “in loco”, apresenta condições favoráveis para desenvolver o turismo cultural rural e/ou outras modalidades de turismo no espaço rural. Todavia, conforme o proprietário, algumas dificuldades devem ser dirimidas como: falta de recurso financeiro, *marketing* regional pouco explorado, suporte administrativo para estudar a viabilidade econômica do empreendimento e parcerias com agências de turismo.

Finalmente quanto às demais fazendas situadas no eixo Ilhéus-Itabuna, a citar: fazenda Providência, fazenda Aliança e fazenda Boa Lembrança, também foram realizadas pesquisas de campo e conforme contato com os proprietários, não existe interesse dos mesmos em fomentar a atividade turística em suas propriedades. Observou-se, contudo, que as três propriedades citadas, possuem tradição na cacauicultura, benfeitorias e implementos para o beneficiamento do fruto em um bom estado de conservação, e as casas sede em excelente estado de conservação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.

Após a análise dos resultados desta pesquisa, pode-se confirmar a hipótese, uma vez que as fazendas inseridas no cadastro da Bahiatursa, as quais ofertam o Turismo Rural, não se enquadram em tal modalidade, pois não preenchem os requisitos indispensáveis à sua configuração, salvo a Fazenda Ardenas, embora esteja momentaneamente com sua atividade estagnada. Em contrapartida, tanto estas, como outras propriedades não contempladas pelo órgão citado, mas que se encontram na Costa do Cacau, apresentam potenciais para formatar o produto “Turismo Cultural Rural”, além de outras vertentes do “Turismo no Espaço Rural” e “Turismo Rural”.

Vale ressaltar, segundo os ensinamentos de Salvati (2003), que para uma propriedade rural adequar seu empreendimento ao atendimento de visitantes interessados em turismo rural, e neste caso específico, no turismo cultural rural, ela deve oferecer:

- Beleza natural da propriedade com áreas preservadas;
- Ter atividades agropecuárias produtivas que caracterizem a propriedade;
- Atendimento familiar e competente;
- Instalações rústicas, porém confortáveis;
- Oferecer atividades que promovam a integração à natureza;

- Oferecer contato com a cultura e as tradições locais;
- Oferecer uma gastronomia típica;
- Comercialização de produtos típicos da fazenda;
- Autenticidade com a arquitetura e cultura local;
- Atividades de acompanhamento da produção agropecuária;
- Facilidade de acesso.

Observou-se, assim, que as fazendas que já ofertam o turismo rural, salvo a Fazenda Ardenas, não atendem a todos os requisitos necessários, conforme proposto por diversos autores. Contudo, aquelas que têm interesse no enquadramento a tal modalidade, deverão adaptar-se aos itens descritos, possuindo, inclusive, condições para tanto.

Quanto às propriedades que não estão cadastradas pela Bahiatursa mas apresentam potencialidades e interesse por parte de seus proprietários em fomentar o turismo cultural rural, sugere-se alguns passos, conforme abordou Lucas (2003)⁵⁹, ao mencionar ações que podem ser implementadas para o desenvolvimento da atividade turística. Tal aspecto, compatibiliza-se com os objetivos desta pesquisa, dentre os quais, foi proposta a indicação de ações de planejamento para a implantação e desenvolvimento do turismo cultural rural na Costa do Cacau.

⁵⁹ Informações orais obtidas na Oficina de Turismo e Patrimônio Cultural oferecido no Mestrado em Cultura e Turismo da UESC no mês de Julho de 2003, ministrada pela Professora Sônia Maria Mattos Lucas.

Dessa forma, as ações para o desenvolvimento do turismo cultural, e neste caso específico, nas propriedades rurais, são fruto de recentes resultados de pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos em escala local, regional e nacional.

A Conferência Nacional em Turismo e Viagens da Casa Branca, realizada em 1995, demarcou uma série de procedimentos interessantes, obtidos através da realização subsequente de fóruns apresentados e debatidos, com abordagens diversificadas e exemplos de sucesso. Estes fóruns resultaram numa série de princípios básicos, de caráter universal e adaptáveis a diversas situações possíveis, em que o desenvolvimento do Turismo Cultural é orientado de modo prático e objetivo, visando ao seu florescimento com base em critérios de eficiência, programas de médio e longo prazo, envolvimento e participação das comunidades em todas as fases do processo, parcerias e planejamento estratégico (LUCAS, 2003, p.2).

Conforme exposto, os princípios básicos, de caráter universal, que serão sugeridos, poderão ser adaptados a diversas situações, podendo, desta maneira, ser implementado na Costa do Cacau. Neste sentido, Lucas⁶⁰ expõe que:

O National Trust for Historic Preservation é uma das maiores instituições não-lucrativas da Cultura em todo o mundo, sendo seguramente a maior dos Estados Unidos. Durante a 'Iniciativa em Turismo Cultural', que envolveu 16 áreas-piloto em um programa demonstrativo, foram definidos Cinco Princípios Básicos de atuação que comprovadamente resultaram em ações positivas, evitando dificuldades e conflitos que, do contrário, poderiam aparecer na parceria entre Preservação e Turismo. Os princípios e passos enumerados [...] sinalizam um processo sensato e eficaz para a promoção do [...] Programa de Turismo Cultural, seja em uma cidade, **uma região rural** ou um conjunto de cidades. (grifo nosso)

Assim, os cinco princípios a serem seguidos são:

1. Autenticidade e qualidade;
2. Preserve e proteja os seus recursos;
3. Dê vida ao patrimônio;
4. Encontre o equilíbrio entre a comunidade e o turismo;
5. Colaboração.

⁶⁰ Ibidem, 2003, p.17.

No que tange ao primeiro princípio, Autenticidade e Qualidade, “A verdadeira história de um lugar é aquela que vale a pena ser contada”⁶¹, e no caso da Costa do Cacau, não faltarão assuntos, histórias e contribuições de gerações passadas, a serem compartilhadas com os visitantes, uma vez que a autenticidade agregará valor e representará um diferencial para a região. O imaginário da saga do cacau já representa uma ferramenta de motivação para os turistas que visitam a região, embora este *plus* no contexto turístico regional seja ainda precário.

A divulgação e interpretação para o fomento do turismo cultural rural deverão ser de alta qualidade. Organizações culturais e ecológicas da região, agências e operadoras de viagens, profissionais de turismo, prefeituras municipais, órgãos estaduais e federais ligados à Cultura e ao Turismo, organizações não-governamentais, entre outras, deverão, juntas, atuar na promoção e divulgação de atrações peculiares e roteiros temáticos, com o intuito de alavancar a atividade turística na região.

Os proprietários das fazendas poderiam se reunir e criar uma ‘Associação de Turismo Cultural Rural para a Costa do Cacau’, buscando apoio e parcerias junto aos agentes supracitados. Neste momento inicial, a presença de uma liderança que acredite e persista em projetos desta natureza, é sobremaneira essencial. Roteiros Turísticos poderiam ser formatados, por exemplo, nos eixos Ilhéus-Uruçuca e Ilhéus-Itabuna, podendo ser divulgados como “Circuito Jorge Amado”, “Caminhos dos Frutos de Ouro”, “Caminho da

⁶¹ In: Informações orais obtidas na Oficina de Turismo e Patrimônio Cultural oferecido no Mestrado em Cultura e Turismo da UESC no mês de Julho de 2003, ministrada pela Professora Sônia Maria Mattos Lucas.

roça”, “Circuito do Cacau”, entre outros temas, a serem discutidos entre os agentes envolvidos.

A partir dessas reuniões com os interessados em fomentar a atividade turística nas fazendas, cada um poderia sugerir como seriam formatados passeios integrados por várias propriedades (quando não pudesse ser oferecido pernoite e o objetivo fosse o *day use*, acolhendo a modalidade do Turismo no Espaço Rural), onde é claro, cada local apresentaria uma atração diferente para os turistas. A presença de um diferencial, neste caso, seria fundamental, para que as visitas não se tornassem repetitivas e desinteressantes. Não faria sentido que em todas as fazendas fossem mostrados apenas o processo de beneficiamento do cacau, já que as benfeitorias e implementos seriam basicamente os mesmos. As fazendas situadas na região do Rio do Braço, por exemplo, poderiam formatar produtos turísticos desta natureza, uma vez que se encontram bem próximas umas das outras.

Os visitantes poderiam, por exemplo, visitar uma roça de cacau e os implementos (barcaças, depósitos, casa de fermentação, entre outros) para o beneficiamento do fruto em uma propriedade, em seguida almoçaria em uma outra fazenda (com comidas típicas regionais), visitando, logo após, outros locais com atividades agropecuárias diversificadas (flores e frutas tropicas, por exemplo), museus, cachoeiras, entre outros atrativos naturais e culturais, conforme diferencial de cada lugar. Para um teste inicial, sugere-se uma parceira com alguma operadora de turismo (agência de viagem ou algum

hotel), para “simular” com os visitantes um roteiro turístico desta natureza, com o intuito de verificar a aceitabilidade do produto turístico.

Acredita-se assim que iniciativas desta natureza, promoveria a geração de empregos para as comunidades rurais, bem como incrementaria o fluxo de turistas para o destino “Costa do Cacau”.

No segundo princípio “Preserve e proteja os seus recursos”, alerta-se que deve ser evitado a realização de ‘obras de maquiagem’, ao invés de um verdadeiro investimento de restauração nos patrimônios culturais. Muitas casas abandonadas nas fazendas de cacau poderiam ser recuperadas para instalação de pousadas, museus, bibliotecas, centros culturais, entre outros, cujos benefícios seriam grandes, tanto para o proprietário, como para a comunidade local. Outrossim, é muito comum, atualmente, prédios e sítios históricos apresentarem uma destinação diferenciada de sua original função. Assim, as intervenções contemporâneas no bem histórico deverão, “em princípio, ser evidenciadas ora por interpretação adequada, ora por detalhes construtivos e arquitetônicos que explicitem a intervenção, sem mascará-la ou escondê-la” (LUCAS, 2003, p. 19).

Ainda quanto à preservação e proteção dos recursos, é evidente que o cuidado com o meio ambiente seja imprescindível para a prática do desenvolvimento turístico sustentável. Cuidados com o lixo, com a qualidade da água, entre outros, devem estar sempre em consonância com os objetivos do turismo nas fazendas.

Quanto ao terceiro princípio “Dê vida ao Patrimônio”, Lucas (2003,p.20) ressalta que os turistas querem descobrir a trama humana e social que

permeia a história de um lugar, e não apenas nomes e datas. A interpretação é fundamental e a criatividade deverá ser a todo instante estimulada. Assim, a realização de performances artísticas e musicais com atores locais; a dramatização de eventos envolvendo personagens históricos e literários em teatro vivo como a Gabriela, o Nacib, os grandes coronéis dos livros Amadianos e demais escritores locais; a celebração de festas populares e religiosas, “representam dimensões vivas e revitalizadas dos valores e tradições de uma comunidade para fins de conhecimento, participação e visitação turística”. Enfim, o turismo cultural rural nas fazendas situadas na costa do cacau podem estimular a rica historiografia regional.

O princípio “Encontre o Equilíbrio entre a Comunidade e o Turismo”, é um requisito de suma importância para o sucesso de uma proposta turística. Planejar o turismo para a comunidade é diferente de planejar a comunidade para o turismo. O segredo para consolidar um programa de turismo cultural rural deverá estar enraizado nos recursos e nas circunstâncias que a comunidade dispõe e deseja compartilhar. Assim, o planejamento participativo deverá sempre acompanhar as ações a serem desenvolvidas no destino turístico. Lucas (2003), expõe que algumas perguntas devem ser formuladas dentro da comunidade no que diz respeito ao turismo como:

1. Os moradores da sua área QUEREM o turismo? Porquê?
2. Há certos lugares ou certas épocas que o turista não deve compartilhar?

3. Como será que a receita do turismo virá a melhorar a qualidade de vida da sua área, beneficiando serviços como segurança, educação e saúde?
4. Qual a quantidade máxima de carros e/ou ônibus que a sua área pode conter? E as estradas? Há estacionamentos adequados?
5. Existem leitos e acomodações suficientes para grupos? Os seus sítios de visitação podem receber pelo menos vinte pessoas de cada vez com comodidades tais como banheiros, locais para sentar e fazer um lanche?

Enfim, deve-se almejar sempre um relacionamento saudável e produtivo entre o turismo e a comunidade, priorizando o direito ao exercício da cidadania cultural, para que possam ser evitados certos malefícios que prejudiquem o bom andamento da atividade turística. É neste sentido que o turismo cultural rural nas propriedades da costa do cacau devem, não somente beneficiar uma minoria, isto é, os proprietários das fazendas, mas todos os trabalhadores rurais e demais pessoas da comunidade, envolvidos com a atividade.

O quinto princípio “Colaboração” esclarece que as parcerias são essenciais para o desenvolvimento do turismo em uma região, uma vez que um empresário, isoladamente, não terá condições de prover com todos os recursos necessários para a atividade. A Cooperação deverá ter uma amplitude local, regional e até federal para o sucesso de um Programa de Turismo Cultural Rural. As participações ativas da comunidade, das lideranças políticas e dos empresários, formarão o tripé para a sustentação e consolidação do turismo na região cacauzeira.

É válido lembrar que a região já dispõe de cursos de graduação em Turismo em duas faculdades particulares (Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC e Faculdades Montenegro), e em especial, o Mestrado em Cultura & Turismo e o Núcleo Temático de Turismo - NTT, presentes na UESC. O aproveitamento desta mão-de-obra qualificada torna-se essencial para ações de planejamento na esfera do Turismo.

Diante do exposto, observa-se que a Costa do Cacau possui os requisitos necessários para o desenvolvimento da atividade do turismo cultural rural, servindo este, como mais uma alternativa para a superação dos entraves presentes, hoje, na região cacauzeira.

Muitos caminhos ainda deverão ser percorridos para formatar com excelência e competitividade o produto Turismo Cultural Rural. Sabe-se que a tarefa não é fácil, e que apesar das sugestões ora descritas, não existe uma “receita pronta” para implementar mais um produto turístico para a região. É preciso liderança e persistência.

Contudo, insiste-se em ressaltar, que tal possibilidade só será de fato concretizada, a partir de um “despertar da consciência” dos agentes envolvidos na atividade turística, pois a região cacauzeira infelizmente, ainda é desprovida de sensibilidade política, cultural e empresarial. A mudança de postura demanda, por sua vez, o espírito empreendedor, a criatividade, e acima de tudo, vontade de realizar. Estas características representam o diferencial que a região necessita para tornar-se competitiva no mercado turístico.

REFERÊNCIAS

ABIH. Associação Brasileira da Indústria Hoteleira. **Conheça mais sobre o que é turismo rural**. Disponível: <http://www.abih.com.br/rural/index.php>. Consultado em 18 de abril de 2002.

ABREU, Sandra Cristina Souza Reis; MATTOS, Samuel. **Fazenda Primavera: cenário alternativo para análise de impactos sócio-culturais no turismo rural**. Anteprojeto de Pesquisa requisitado na disciplina Impactos de Produtos e Serviços turísticos e culturais. 2003. Mestrado em Cultura e Turismo. Ilhéus-BA.

ALBUQUERQUE, Cláudia Regina Santana de. **Turismo no espaço rural: uma estratégia para o desenvolvimento local**. In: Anais do III Congresso de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2001.

ALMEIDA, Íris Lacerda. **Qualificação da mão-de-obra nos meios de hospedagem de Ilhéus e nível de satisfação do cliente**. 1998. Monografia (conclusão de curso) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. Salvador: Record, s.d. 327p.

BAHIATURSA. **Turismo rural**. Salvador-BA: ASCOM/GEPRO. s.d. 32p.

BARLERA, Christiane. **As sociedades na cultura do turismo**. Disponível: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/sociedades.html>>. Consultado em 22 de maio de 2002.

BARRETO, Angeli Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP. Papyrus, 1999 - (Coleção Turismo).

_____. **Turismo e legado cultural**. 3.ed. Campinas-SP: Papyrus, 2002. (Coleção Turismo).

BARROCO, Hélio Estrela. **Ecologia e turismo**. Ilhéus: Editus, 2000. 22p.

_____. **Das imagens sacras ao maracatu: turismo cultural**. In: Artigo apresentado no IV Congresso sobre turismo cultural, lusufonia e desenvolvimento. Out. 2002, Maputo- Moçambique (Org. Instituto Superior Politécnico e Universitário-ISPU).

BARROS, Aidil J. da S. LEHFELD, Neide A. de S. **Fundamentos de metodologia**. 2 ed. ampliada. SP: Makron Books, 2000.

BARROS, F. B. **Memória sobre o município de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p.88

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentado do turismo. **Turismo em Análise**, v.10, n.1, mai.1999.

BONFIM, Marcos Vinicius. **Análise da capacidade de geração de emprego e renda do setor de alimentos e bebidas da cadeia produtiva do turismo no município de Ilhéus-ba**. 2001. 57p. Monografia (conclusão de curso) - Faculdade de Ciências Econômicas.Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

CAIRO, Thiana de Souza. **Origens dos alimentos e bebidas (A&B) para o abastecimento da rede hoteleira de Ilhéus**. 2001. 77p. Monografia (conclusão de curso) - Faculdade de Ciências Econômicas.Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

CALIXTO, Maria Teresa Silveira. **Turismo rural como opção econômica para o município de Ilhéus-BA: O caso da fazenda primavera**. 2003. 36p. Monografia (conclusão de curso) - Faculdade de Ciências Econômicas.Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

CARNEIRO, Mariana. Fazendas baianas ganham dinheiro com turismo rural. **Gazeta Mercantil**, 16 e 17 de fevereiro de 2002.

CARVALHO, Caio Luiz de . **Turismo uma arma poderosa para incrementar o crescimento**. Disponível:
<<http://200.236.105.123?embnova/destaque/artigo.htm>> Consultado em 26 de abr. de 2000.

CASTRO, R.B. de. **Hulha branca**. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1945, p.119.

COSTA, José Fialho. **Conjuntura cacauieira do sul da Bahia**. Salvador: Bureau, 1992.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. Turismo, cultura e folclore. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Átomo, v.1, n.1, p.11-20, jan. 2001.

FLEISCHER, Soraya. **A natureza e a cultura desafiadas pelo turismo rural**. Disponível: < <http://redebonda.cbj.q12.br/ielusc/turismo/lventbl/trab-area03-02.htm> >. Acesso em: 10 de jul.2002.

FONTES, Maria Josefina Vervloet. **Turismo de Ilhéus: vantagem comparativa versus vantagem competitiva**. 2001. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA.

FUCKS, Patrícia Marasca. **Patrimônio arquitetônico e turismo cultural rural**. In: Anais completos do VI Encontro Nacional de Turismo Base Local. Campo Grande-MS, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cerdim Cavalcante. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo : Pioneira. 1999.

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. CEPLAC/Cacau. Ano 25. **Desenvolvimento e participação**. Brasília, 1982.

KRÜGER, H. **Psicologia das crenças: perspectivas teóricas**. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da Universidade do estado do Rio de Janeiro, 1995. 144p. (Tese de concurso para professor titular).

KRUSCHEWSKY FILHO, Gabino. Gabino e Andreolina (Dadí). **Diário de Itabuna**, Itabuna, 29 jun. 1963.

LANE, S. T. M.. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção primeiros passos; 39).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 2.ed.São Paulo, Atlas,1990.

LEÃO, Mônica Moura. **Diagnóstico da demanda dos empresários hoteleiros de Canavieiras por capacitação profissional da sua mão-de-obra, no período de janeiro a dezembro de 1999**. 2000. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Economia de empresas da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus-BA.

LIMA, Ignez Magdalena A. de.; MATIAS, Marlene. **A cultura no contexto do turismo no espaço rural brasileiro**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Turismo rural: turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999.

LUCAS, Sônia Maria de Mattos. Turismo cultural resgata história de região cafeeira. **Agropecuária**hoje, FEALQ, nov-dez 2000, ano VI, nº 34

_____. **Turismo Cultural e desenvolvimento sustentável**: Vale da Paraíba - Uma experiência histórica. Rio de Janeiro, 2003. *Em prelo*.

MACEDO, J.R. de; RIBEIRO, A.L.R. **Ilhéus: tempo, espaço e cultura**. Itabuna: Gráfica Editora Agora, 1999, p.67-68

MARINHO, José Luis Barbosa. **Qualificação da mão-de-obra no mercado formal do setor de serviços turísticos das praias de Ilhéus**. 2003. 50p. Monografia (conclusão de curso) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

MIRA, Elson Cedro. **Turismo “rural” e “no meio rural”**: uma demarcação conceitual. Ilhéus-BA, 2002. *Em prelo*.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo rural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999. 62p.

MOURA, A.M.F. Turismo, meio ambiente e meio rural. In: FUNRARI, P.P; PINSKY, j. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003, p.71-73.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 2 ed. (ver e amp). São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza. **Planejamento do turismo rural**. In: 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba, 2000.

OLIVEIRA, Ana Cristina. Rio do Braço é exemplo da decadência da zona rural. In: **Jornal A Tarde**, Salvador, [s.d.].

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1997.

PETROCCHI, Mario. **Gestão em pólos turísticos**. In: Palestra realizada na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA, out. 2001.

_____. **Turismo e planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998. 373p.

PIRES, Mário Jorge. **O turismo rural e a preservação de valores sócio-culturais**. In: Anais do III Congresso de Turismo Rural. Piracicaba: FEALQ, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999. 127p.

PRODETUR NE II. **Síntese do diagnóstico do pólo litoral sul**. Produzido por FGV/HVS International - São Paulo Office. Outubro/2002.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 2000. 262p.

REIS, Fábio J. G. **Patrimônio cultural**: revitalização e utilização. Disponível em : <http://www.unisal-lorena.br/nova/patrimoniocultural.doc>. Acesso em: 10 nov. 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001, p. 101-116. (Coleção Turismo Contexto).

_____. Turismo Eco-rural: Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**, Campinas-SP: 2000. p.111-126.

RODRIGUES, Ivone da Silva. **As abordagens tipológicas envolvendo o turismo no espaço rural**. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo rural: turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 2000.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1999. 199p.

SALVATI, Sérgio Salazar. **Trilhas**: conceitos, técnicas de implantação e impactos. Disponível: < www.infotrilhas.hpg.ig.com.br/fr06_bibliot.htm> Acesso em 18 de agosto de 2003.

_____. **Turismo rural**: conceitos e atividades. Disponível: < www.infotrilhas.hpg.ig.com.br/fr06_bibliot.htm> Acesso em 18 de agosto de 2003.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. Trad: Dolores Martin Rodrigues Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 89p. (Coleção primeiros passos; 110).

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível: <http://www.sct.ba.gov.br/> Acesso em 29 de nov. de 2002.

_____. Roteiros ecoturísticos da Bahia costa do cacau. 2.ed. Salvador: **A Secretaria**, 2002. 104p

SILVA CAMPOS, J. da. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981. p.287-360.

SILVA, Mauren Fronza da.; ALMEIDA, Joaquim Anércio. **Turismo rural e comunicação no desenvolvimento local**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Turismo rural: turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999.

SOUZA, R. I. C.; SILVEIRA, J.J.C.; BARAN, M. Caminhos de dentro: um modelo de turismo sustentável para Porto Belo (SC). **Turismo, visão e ação**. Ano 4, n.9, p. 9-26, fev. 2002.

TOLEDO, S. F. **A questão do patrimônio cultural**. Disponível: <http://www.valedoparaiba.com> Acesso em : 20 de out. de 2003.

TORRES, Ana Paula. **Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental- o caso da cidade de Itacaré-Bahia**. 2001. 50p. Monografia (conclusão de curso) - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas, SP: Papirus, 1998- (Coleção Turismo)

TROPIA, Fátima. **Turismo no meio rural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. 75 p. (Coleção Pequena Empresa)

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 136-143.

VIEIRA, José Haroldo Castro. **O visgo do cacau**. São Paulo: GRD, 1994. 331p.

_____. **O amigo do cacau: Baú de recordações**. São Paulo: GRD, 1999, p.1-31.

VIERTLER, R.B. **A idéia da sustentabilidade cultural: algumas considerações críticas a partir da antropologia**. In: BASTOS FILHO, J. B. et al. (org.). **Cultura e desenvolvimento; a sustentabilidade cultural em questão**. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999. p.17-35.

VIRGENS, João Dantas das. **Crise e situação agroeconômica da cacauicultura no eixo Ilhéus-Itabuna**. 1996. 45p. Monografia (pós-graduação) - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.

ZENONE, L. C. Marketing de relacionamento. In: LAS CASAS, Alexandre L. (coord.), **Novos rumos do marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996. 67p.

_____. **Turismo no espaço rural e natural**. Disponível: <http://zimmermann.com.br/turrural.htm>. Acesso em 10 de julho de 2002.

_____. **Perfil do consumidor do turismo rural**. Disponível: <http://zimmermann.com.br/com...> Acesso em 10 de julho de 2002.

APÊNDICE I

ENDEREÇOS DAS FAZENDAS PESQUISADAS

Fazenda Tororomba

Endereço: Rua Luiz Eduardo Magalhães, s/n, Olivença - Ilhéus-BA.

Tel: (73) 269-1150 / E-mail: info@fazendatororomba.com.br

Contato: Roberto de Castro e Azambuja

Fazenda Rainha do Sul

Endereço: BR 101, Km 580, Camacã-BA.

Tel: (71) 351-9621 / E-mail: marita@cpunet.com.br

Contato: Maria Joaquina Moura Pinto Marita

Fazenda Boa Esperança

Endereço: BA 270, Km 15, Santa Luzia.

Tel: (73) 284-1242 (Falar com Miguel)

Contato: Adauto O. dos Santos

Fazenda Santa Cruz

Endereço: BR 101, Km 07, Itabuna-Buerarema.

Tel: (73) 212-5952

Contato: Maria Celeste Barroco Fontes

Fazenda Santo Antônio

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca, Km 4,5

Tel: (73) 639-3096

Contato: José Augusto

Fazenda Vida

Endereço: BA- 001, a 17 Km de Una.

Tel: (73) 236-6054 / E-mail: fazendavida@uol.com.br

Contato: Vida Vidmar

Fazenda Ardenas

Endereço: Rodovia Una-Santa Luzia, Km 3 – Ramal dos Lençóis.

Tel: (73) 236-2087 / E-mail: fazendaardenas@uol.com.br

Contato: Sérgio Lima Vieira.

Fazenda Primavera

Endereço: Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 22.

Tel: (73) 231-3996 - Contato: Virgílio Amorim

Fazenda Alto da Esperança

Endereço: Rua Pedro Longo, nº 229, Itacaré.

Tel: (73) 251-2257 / E-mail: claudiolopo@uol.com.br

Contato: Cláudio Lopo

Fazenda Villas de São José

Endereço: Estrada Parque Ilhéus-Itacaré, Km 64.

Tel: (73) 251-2188 / E-mail: erica@itacarebrasil.com -

Contato: Cleber Filho

Fazenda Terezinha de Jesus

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca - Km 30 até a entrada do Rio do Braço. Tel: (73) 634-6399 - Contato: Guilherme Filho

Fazenda Rio do Braço

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca - Km 30 até a entrada do Rio do Braço. Tel: (71) 237-0099 - Contato: Eduardo Catalão/ Sr.^a Déa.

Fazenda Estrela da Manhã

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca - Km 30 até a entrada do Rio do Braço. Tel: (71) 358-1133 - Contato: Fernando Pedreira Silva

Fazenda Remanso

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca - Km 30 até a entrada do Rio do Braço. Tel: (73) 634-4982 - Contato: Eusínio Lavigne Gesteira.

Fazenda Norma

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca - Km 30 até a entrada do Rio do Braço. Tel: (73) 632-8496 - Contato: Sirgley Nascimento Maia.

Fazenda Riachuelo

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca até o Km 20 entrando à esquerda.
Tel: (73) 9983-7590 - Contato: Uilson Alves Pereira (Supervisor)

Fazenda Provisão

Endereço: Rodovia Ilhéus-Uruçuca. Tel: (71) 247-4811
Contato: Albino Eduardo Novaes.

Fazenda Alegria

Endereço: Rodovia Ilhéus – Itabuna, Km 15. Tel: (73) 231-1721
Contato: Antônio Lavigne Lemos.

Fazenda Diva

Endereço: Rodovia Ilhéus-Itabuna até o portão da Diva a 1 Km.
Tel: (73) 632-3689 - Contato: Marco Antônio Sampaio Chagas.

Fazenda Porto Novo

Endereço: Rodovia Ilhéus-Itabuna, Km 04.
Tel: (73) 613-6090 / E-mail: roabude@bol.com.br
Contato: Ronaldo Abude Eustáquio da Silva.